

PRA  
FRENTE  
ALAGOAS



Rui  
Palmeira

UM PLANO DE GOVERNO  
PARA ALAGOAS SEGUIR  
EM FRENTE

PROPOSTAS PARA O DIÁLOGO

2022



# Ficha Catalográfica



## ORGANIZAÇÃO

RUI PALMEIRA

Candidato a Governador do Estado de Alagoas

ARTHUR ALBUQUERQUE

Candidato a Vice-Governador do Estado de Alagoas



*Que o tempo passe, vendo-me ficar  
no lugar em que estou, sentindo a vida  
nascer em mim, sempre desconhecida  
de mim, que a procurei sem a encontrar.*

*Passem rios, estrelas, que o passar  
é ficar sempre, mesmo se é esquecida  
a dor de ao vento vê-los na descida  
para a morte sem fim que os quer tragar.*


*Que eu mesmo, sendo humano, também passe  
mas que não morra nunca este momento  
em que eu me fiz de amor e de ventura.*

*Fez-me a vida talvez para que amasse  
e eu a fiz, entre o sonho e o pensamento,  
trazendo a aurora para a noite escura.*

**Soneto dos vinte anos.  
Lêdo Ivo**

## MENSAGEM DO CANDIDATO

---



Sou das alagoas, da terra de grandes líderes do nosso país. Muitos me conhecem como filho de Guilherme Palmeira. Vou sempre honrar a sua história e fazer o melhor pelo povo da nossa terra. Não vou abaixar a cabeça para ninguém. Temos muito a fazer por Alagoas. Sou ficha-limpa. Não respondo a processos criminais; fiz uma gestão transparente em Maceió. Sou plural, como o povo alagoano, e tenho orgulho da nossa história. O Brasil se encontra em Alagoas. Aqui residem brasileiros de todas as origens e ajudam a impulsionar uma das mais promissoras economias do País. Quero que Alagoas seja um exemplo de sociedade justa, acolhedora e próspera. Quero Alagoas como um exemplo de governo eficiente e comprometido com seus cidadãos e com o futuro da nação. Temos história, trabalho e biografia, por isso não precisamos de muletas.

Nosso plano de governo vai focar nas pessoas e não em ideias mirabolantes, pois o lado certo da política é o lado do povo! Nosso grupo é coeso e determinado! Queremos melhorar a gestão pública, melhorar os serviços públicos de saúde, aperfeiçoar e qualificar a educação para atender as demandas do mundo contemporâneo, investir em transportes e no escoamento da produção. Investir nas cadeias produtivas, na economia criativa, no parque industrial e fomentar empresas mais competitivas e mais inovadoras, que gerem melhores empregos. Precisamos capacitar nossos jovens para o trabalho, com educação integral e profissionalizante, boas escolas técnicas e boas universidades. Precisamos de Alagoas forte nas regiões e integrado nos serviços públicos.



# “Alagoas quer seguir em frente. E nós estamos prontos para liderar essa caminhada !”

Vamos em frente! Precisamos de um governo que inspire todos a fazer melhor ou muito melhor aquilo que já fazemos! Precisamos de crescimento! Prepararemos o estado para a vanguarda tecnológica, investiremos muito na infraestrutura e na educação de Alagoas. Sabemos que o crescimento vai exigir que as infraestruturas existentes funcionem melhor, sejam mais eficientes. Isso se chama produtividade. Precisaremos elevá-la, aumentando a eficiência da economia como um todo. Pactuaremos resultados, estabeleceremos parcerias com a iniciativa privada, consorciaremos com municípios e dialogaremos com a sociedade.

Por sinal, produtividade e qualidade são essenciais ao setor público. Buscaremos mais eficiência, mais agilidade, mais transparência para ofertar serviços de qualidade aos cidadãos em Alagoas. Vamos investir cada vez mais na ampliação das redes de atendimento na área social, creches e escolas técnicas, mais vagas nas universidades, mais saúde preventiva, mais centros de média e alta complexidades. O que pressupõe avançarmos, portanto, na qualidade e eficiência do que fazemos.

Vamos avançar na cobrança por resultados. Queremos que cada órgão público, que cada Secretaria de Estado, que cada empresa pública seja cobrada pelo que traz de benefícios aos cidadãos e ao setor produtivo de Alagoas. Nosso compromisso é ter metas e cobrar resultados e lutar pela conformidade dos processos e serviços públicos. Envolver a sociedade na gestão pública, ampliando a transparência e ampliando o papel e a responsabilidade da sociedade na cobrança pelos resultados.

Queremos investir decisivamente no estabelecimento de metas e cobranças por resultados na ação governamental com entregas ambiciosas de eficiência e de qualidade. E que as escolas, os postos de saúde, os hospitais, as delegacias e o Detran, os mais simples serviços aos cidadãos e às empresas funcionem com qualidade.

**“O povo já conhece a minha história e meu trabalho como gestor público. Temos muito a fazer por esse povo e sei que posso colaborar para nosso Estado avançar mais, principalmente na área social.”**

Precisamos colocar em Alagoas o conhecimento e inovação a serviço da sustentabilidade. A serviço dos desafios de ter uma trajetória de crescimento que não comprometa as gerações futuras, que saiba aliar desenvolvimento econômico e qualidade ambiental e que se pautem por uma matriz energética limpa.

Nossa ênfase maior no conhecimento, na sustentabilidade e na competitividade será junto ao setor privado. Temos o desafio de criar e ampliar a rede de empresas que inovam de forma sustentável em Alagoas. Temos o desafio de ser mais competitivos, de agregarmos mais valor e exportarmos mais, com critérios estritos de responsabilidade ambiental.

Vamos reforçar nossas ações de apoio à competitividade e sustentabilidade das empresas, estimulando que agreguem mais e mais valor, que tenham uma postura ativa na área tecnológica e na responsabilidade ambiental, que inovem e que busquem também oportunidades no mercado exterior.

Queremos gerar bons empregos e queremos uma estrutura produtiva renovada. Uma indústria e uma base de serviços diversificada, em que se sobressaiam os setores sustentáveis e intensivos em tecnologia, criando empregos de qualidade.

Ao apresentar nosso conjunto de propostas para a sociedade alagoana e brasileira, reitero o meu compromisso com o desenvolvimento humano e sustentável do meu querido estado de Alagoas. O conjunto de propostas que apresento enfatiza o cidadão como foco da ação governamental. Nosso objetivo é aumentar a capacidade das pessoas de se realizarem e de serem protagonistas na construção de um mundo melhor para todos.

**“Meu lado é o lado do povo,  
vou trabalhar para fazer nosso  
Estado seguir em frente,  
desenvolvendo Alagoas e  
melhorando a vida de todos”.**



**RUI PALMEIRA**

# Apresentação Geral

Em conformidade à legislação eleitoral vigente, apresenta-se o conjunto de diretrizes gerais do Plano de Governo do candidato ao Governo do Estado de Alagoas Rui Palmeira, tendo como candidato a Vice-Governador Arthur Albuquerque.

A elaboração deste documento decorreu do trabalho e da interlocução de especialistas nas mais diversas áreas das políticas públicas, da colaboração de representantes da sociedade civil organizada, servidores públicos e cidadãos dos mais diversos municípios de Alagoas. Este trabalho será o ponto de partida para um processo de amplos e democráticos debates com a sociedade alagoana, por meio de seus diversos segmentos, com o propósito de detalhar as presentes diretrizes, mediante a indicação das ações transversais, bem como das ações e programas específicos.

Na elaboração das diretrizes, definiu-se um rol de seis princípios fundamentais, que devem estar presentes em todas as diretrizes e nos futuros programas governamentais, quais sejam:

**1** Cuidar das pessoas, estabelecendo projetos e ações que pensem nas necessidades de todos os cidadãos, principalmente dos mais vulneráveis

**2** Descentralização, levando a solução do problema para perto de onde ocorre, mediante forte ação estadual, com reconhecimento do papel fundamental dos municípios

**3** Simplicidade, reduzindo as complicações burocráticas para pessoas, empresas, organizações e governos

**4** Confiança, de forma a tornar menos oneroso e mais ágil o processo produtivo, de relacionamento com o terceiro setor e o processo decisório no país

**5** Acolhimento, como prática e atitude de respeito na prestação de serviços públicos às pessoas

**6** Transparência, com efetivo acompanhamento da sociedade na execução das políticas públicas



# Diretrizes Gerais

1

## PROGRAMAS BASILARES

Receberão atenção especial os serviços públicos envolvendo as áreas da Saúde, Educação, Segurança e Desenvolvimento Regional.

2

## INTEGRAÇÃO REGIONAL

As regiões com menor desenvolvimento devem ser objeto de maior atenção em todas as áreas de governo.

3

## INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL

Os diversos sistemas das secretarias devem ser integrados e buscar a devida conexão com outras esferas de governo de modo a otimizar os serviços públicos e simplificar a vida do cidadão.

4

## COMPLIANCE PÚBLICO

Os principais indicadores do estado (mortalidade infantil, mortalidade materna, IDH, taxa de homicídios e de furtos e roubos, índices de saneamento, índices escolares etc) deverão ser objeto de acompanhamento público via Conselhos Estaduais e outros fóruns sociais.

5

## VALORES DE GOVERNANÇA

Em todas as ações de governo deverão ser observados os princípios de: acolhimento, inovação, protagonismo, compromisso, resiliência, pertencimento e solidariedade.



# Diretrizes Programáticas

São 5 eixos, ou diretrizes programáticas, que estruturam o conjunto de propostas que apresentamos a seguir:

1. Saúde integral;
2. Educação plena;
3. Paz e acolhimento;
4. Infraestrutura sustentável; e
5. Governança e desenvolvimento



# Modelo da Estratégia

As diretrizes estruturam um universo programático por áreas e induzem a visão e a missão do projeto de governo.

**VISÃO:** Alagoas como o melhor estado para as pessoas viverem e trabalharem.

**MISSÃO:** ser a referência brasileira na qualidade de vida, no acolhimento, na produção e sustentabilidade.





**PRA  
FRENTE  
ALAGOAS**





# ALAGOAS DA SAÚDE INTEGRAL

## **SITUAÇÃO ATUAL**

Gestão pública com baixa eficiência e agravamento da saúde pública



A saúde é uma das áreas sociais mais importantes para a qualidade de vida da população. A promoção da saúde individual e coletiva envolve mais do que a estrutura predial e técnica existente, envolve o meio ambiente, a dimensão social, especialmente das condições de vida no estado, além dos conhecidos fatores condicionantes – alimentação, moradia, saneamento, trabalho, entre outros. Saúde é um assunto de interesse público e direito fundamental da pessoa humana.

Esta área deve envolver esforços e ações da administração pública e da iniciativa privada nas diferentes escalas e esferas de poder de maneira a proporcionar o melhor nível de oferta e de qualidade dos serviços de saúde. Isso porque ninguém pode ser privado de receber tratamento eficiente e humano, importante para cada pessoa, mas também para a coletividade.

Em Alagoas, a situação é muito preocupante, tendo em vista o quadro geral da saúde da população e a ineficácia do Sistema Único Estadual, ou seja, no estado são elevadas as taxas de incidência de doenças e é crítica a oferta dos serviços de saúde, quadro que é perceptível pela demora, pela precariedade na realização de procedimentos e atendimentos e pela falta de leitos hospitalares e unidades de tratamento intensivo (especializados e não especializados).

A população de Alagoas não aceita mais conviver com atrasos deliberados de recursos públicos que deveriam estar nos municípios e desaparecem na burocracia do governo, ora por incompetência, ora por má-fé. O Estado de Alagoas, no nosso governo, vai garantir o direito ao cidadão de ser atendido e tratado na cidade onde mora.

As atribuições do Estado na saúde e no Sistema Único de Saúde estão definidas constitucionalmente e por leis especiais (Lei n.º 8.080/1990), portanto o direito à saúde se insere na órbita dos direitos sociais constitucionalmente garantidos. Trata-se de um direito público subjetivo, uma prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas. Conforme define a Constituição Federal, em seu artigo 196:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Em linhas gerais, o Estado tem que promover a descentralização e prestar apoio técnico e financeiro aos municípios, implementar e monitorar redes hierarquizadas do SUS e executar programas de saúde relacionados aos serviços e às ações de média e alta complexidades. No nosso estado de Alagoas, o cidadão que não tem garantido o atendimento quando dele precisa deixa evidente as diversas falhas de gestão que ocorrem em decorrência dos mais diversos motivos, sendo possível citar: a falta de planejamento adequado das ações, a falta de critérios de regionalização e cooperação com os municípios e a falta de alinhamento dos esforços do governo estadual com os governos municipais em prol do cidadão que tenham critérios técnicos voltados a um atendimento mais humano.

Além das falhas em planejamento, regionalização e cooperação, observa-se, também, falhas na regulação do setor de forma integrada em todo o estado.

Tenho convicção como cidadão e como uma pessoa que dedicou os últimos anos a trabalhar como homem público, que é crucial o papel do Poder Público na prestação dos serviços de saúde.



É a partir desta convicção que definimos nosso enfoque e as medidas necessárias à universalização do acesso e à integralidade de assistência na área de saúde pública. A integralidade será um eixo prioritário da política de saúde com o objetivo de concretizá-la como uma questão de cidadania, o que significa compreender sua operacionalização a partir de dois movimentos recíprocos a serem desenvolvidos pelos segmentos envolvidos nos processos organizativos em saúde: a superação de obstáculos e a implantação de inovações no cotidiano dos serviços de saúde, nas relações entre os níveis de gestão do SUS e nas relações destes com a sociedade.

Para atingir um nível de excelência é preciso contar com dados e informações confiáveis, de qualidade, claros e capazes de orientar efetivamente o planejamento do setor de saúde em nosso estado.

Para melhor planejar o setor, é preciso ter um olhar mais detido no padrão das doenças que hoje afetam o cidadão alagoano. Os serviços de saúde precisam estar preparados e orientados, em todos os seus segmentos (atenção primária, secundária e terciária), a lidar com as doenças do aparelho circulatório, com a insuficiência coronária, com o Acidente Vascular Cerebral (AVC) e com os problemas cardíacos, que são as doenças que mais afetam a população alagoana, ou seja, são as causas cardiovasculares e neurovasculares, seguidas dos cânceres. Quando eu penso no modelo de saúde atual, eu tenho que considerar essa transição epidemiológica e demográfica.

Então, o paciente idoso e o portador de doença crônica são o futuro de qualquer modelo de saúde atual. A primeira coisa é a gente deixar bem claro que o Brasil e os estados da federação, de uma maneira geral, sem exceção, estão vivendo, agora, a transição epidemiológica e demográfica. A população está envelhecendo e o serviço de saúde pública precisa estar atento a isso.

E se o sistema de regulação, a atenção primária, a secundária e a terciária não estão prontos para atender a essa nova realidade? Alagoas precisa ter mais capacidade de resposta para esse novo quadro epidemiológico. O quantitativo de leitos está aquém do necessário para a demanda estadual e hoje há mais de 50 mil pessoas na fila das cirurgias eletivas e 700 mil exames indicados pelos profissionais e ainda não realizados, conforme foi amplamente noticiado nos últimos meses. O número de médicos em Alagoas está abaixo da taxa recomendada, sendo que eles estão muito concentrados

na Região Metropolitana de Maceió. Em muitas cidades, o cidadão tem que viajar 300 quilômetros para ter atendimento médico. Este quadro pode ser assim resumido:

- São ao todo 5.223 médicos (das diversas especialidades) no estado;
- A quantidade de médicos por 100 mil habitantes no Brasil é de 221,2;
- Em Alagoas são 155,2 médicos para cada 100 mil habitantes (19ª posição quando se compara com todas as Unidades da Federação);

O gasto per capita em saúde é menor do que em estados vizinhos. A informação disponível para 2020 mostra que em Alagoas o gasto por habitante foi de R\$ 476,96, contra 501,08 (CE); 716,30 (PE) e 653,29 (SE).

Em Maceió, capital do estado de Alagoas, habitam mais de 1,1 milhão de pessoas, que são atendidas por 3.038 médicos, o que dá uma proporção de 2,76 profissionais por mil habitantes e uma concentração de 58% de médicos morando na capital. As regiões mais distantes e menos desenvolvidas de Alagoas sofrem com a falta de médicos. Esse é um problema que tem se agravado sem a necessária intervenção do governo nos últimos anos.

**Municípios com taxas de mortalidade acima de 20 mortes por 1 mil habitantes sugerem programas e projetos específicos de diagnóstico e implantação de ações mitigatórias. Exemplos que chamam atenção: Pariconha, Olhos D'Água, Água Branca, Batalha, Girau do Ponciano, União dos Palmares, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco e parte de Maceió.**

A área da saúde talvez seja, infelizmente, o melhor exemplo da contradição entre os ideais igualitários da Constituição Federal e da profunda desigualdade que vivemos no Brasil. A Carta Magna descreve que a saúde é direito de todos e dever do Estado e privilegia a adoção de um sistema público único de saúde com acesso universal e igualitário, financiado por toda a sociedade com recursos dos orçamentos públicos. Aos princípios do acesso universal e gratuidade, o SUS adotado no Brasil incorpora o princípio da integralidade, ou seja, todos têm direito ao melhor atendimento médico possível. Isso

torna o sistema brasileiro, em teoria, um dos mais complexos e abrangentes do mundo e, no papel, semelhante ao do Canadá e de alguns países europeus onde prevalecem o gasto público e o acesso universal.

### **Mortalidade materna**

- 1. Santana do Ipanema aparece com frequência um dos principais pontos de preocupação em saúde pública do estado;**
- 2. Os 10 piores resultados entre os municípios estão acima da taxa brasileira média de 0,01: Ibateguara, Santana do Ipanema; Joaquim Gomes; Junqueiro; Maragogi, São Luis do Quitunde; Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro e Penedo.**

A saúde pública brasileira, nas últimas décadas, avançou em algumas áreas que são destaques: campanhas de vacinação, Programa de Saúde da Família, programas especiais como é o caso do Programa Nacional da AIDS. No entanto, a saúde no Brasil, sem exceções regionais, sofre de dois principais problemas, quais sejam: falta de financiamento adequado e ineficiência.

### **Mortalidade por diarreia.**

**As cidades de Batalha, Jaramataia, Jacuípe, São José da Laje e Ibateguara apresentam taxas de mortalidade acima de 0,10 por 1 mil habitantes e, sendo assim, sugerem programas e ações específicos de diagnóstico e implantação de ações mitigatórias em especial voltadas ao saneamento básico e atendimento médico voltado ao combate à diarreia.**



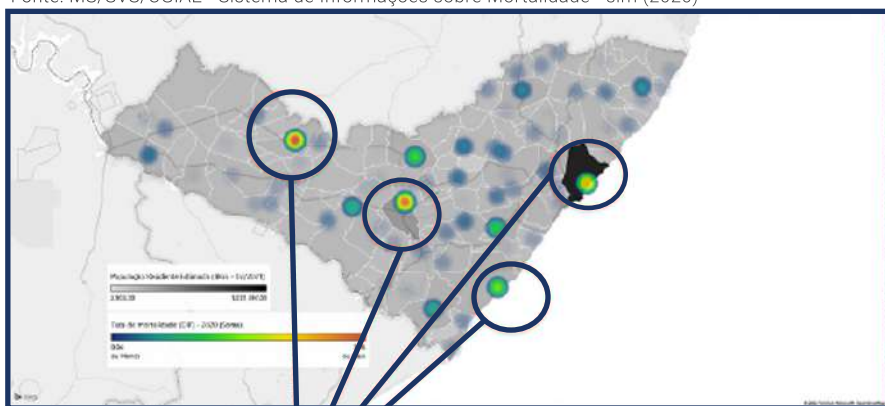
Via de regra, em todo o Brasil os serviços públicos de saúde, em sua maioria, não são certificados, oferecem baixa resolutividade e são caracterizados por filas longas, não possuindo uma integração adequada entre os subsistemas de atenção primária, secundária e terciária.

## Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias

1. Santana do Ipanema, Arapiraca, Maceió e Cururipe, aparecem com frequência entre os piores índices do estado;
2. Destaca-se que os quatro piores resultados do estado são muito superiores à taxa média no Brasil de 1,25.

## Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias

Distribuição geográfica das taxas de mortalidade por DIP por municípios em Alagoas.  
Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - sim (2020)



- A taxa de mortalidade mede a quantidade de óbitos doenças infecciosas e parasitárias registrados em relação a cada 1 mil habitantes.
- Alagoas apresenta taxa de 1,34, ligeiramente superior à brasileira (1,25);
- Em 2020 foram registrados 4.511 óbitos do tipo no estado.

**Ponto de atenção:** Santana do Ipanema, Arapiraca, Cururipe e Maceió.

Tal qual a mortalidade decorrente da diarreia, a mortalidade por DIP requer programas e ações específicos de diagnóstico e implantação de ações mitigatórias em especial voltadas ao saneamento básico e atendimento médico voltado ao combate ao tipo de doença.

O cidadão alagoano precisa receber a melhor prática médica, baseada em evidências, e, para tanto, o sistema precisa ter uma gestão forte e eficiente. No momento, o sistema de saúde em Alagoas sofre de problemas de organização e de baixa eficiência, além da falta de autonomia das instituições de saúde e da pouca transparência na transferência de recursos, o que pode sugerir, talvez, desvios de finalidade. O sistema no nosso estado também sofre de problemas associados a equidade, entre outros fatores.

O estado de Alagoas não tem, nos moldes atuais, a saúde como prioridade, principalmente quando entram em questão o acesso, a capilaridade do sistema e da regulação, além da integração dos serviços nas regiões. É fundamental investir na atenção primária, fortalecendo a parceria com municípios e estabelecendo uma verdadeira regulação em todo o estado.

Vamos avançar observando as seguintes diretrizes de planejamento e ação:

**1.** A focalização e institucionalização das ações voltadas para a área de saúde devem ser baseadas em:

- Aproximação com a população do interior do estado;
- Promoção de ações de prevenção à mortalidade em diversas esferas com integração a outros setores de atuação do Estado (Infraestrutura, Assistência Social e Educação);
- Melhorar a distribuição/regionalização da atuação das equipes de saúde da família;
- Políticas focadas em maior abrangência de oferta de serviços de saúde por todo o estado;

**2.** Considerar o panorama nacional em especial os contextos sociais das regiões do país na elaboração de estratégias e de metas para a Saúde;

**3.** Promoção da integração entre a população e as equipes de assistência à saúde com foco na humanização do atendimento;

**4.** Foco na modernização do ambiente de trabalho dos profissionais de saúde para melhoria da eficiência do trabalho e potencialização da geração de informações de saúde de qualidade;

**5.** Desenvolvimento de estratégias de aproximação da Liderança Política Governador ou Secretário Estadual de Saúde ao efetivo de assistência à saúde;

- 6.** Planejar e executar ações de geração e melhoria de processos de atendimento e protocolos de saúde eficientes para resposta rápida a situações e eventos adversos;
- 7.** Promoção e fortalecimento de estruturas (comitês) técnicas especializadas para planejamento de estratégias e ações específicas de atuação na Saúde;
- 8.** Desenvolver programas de prevenção a doenças comuns a áreas de menor acesso a tecnologias e de vulnerabilidade social.

Ratifico que nós vamos ampliar e aperfeiçoar o Programa de Saúde da Família, que tem um impacto claro sobre as condições gerais da população em todo o País e em Alagoas, desde que melhorado e ampliado. Para tanto, vamos implementar programas de prevenção da saúde cardiovascular, com iniciativas claras e em parcerias junto às áreas dos esportes e da cultura para atenção especial à prática do exercício físico e para a adoção de hábitos saudáveis de vida, contemplando a nutrição adequada, a saúde mental e psíquica, programas de cessação ao tabagismo e controle e prevenção da hipertensão arterial, diabetes e dislipidemia (problemas de elevação do colesterol e triglicérides no sangue).

Outra iniciativa importante é a criação de um cadastro unificado de saúde, onde as informações dos pacientes estejam disponibilizadas em diversas instituições da rede. Trata-se de um grande desafio e vamos lutar para aperfeiçoar e para integrar as informações dos pacientes. Nessa mesma linha de integração, faz-se decisiva a criação de centrais regionais de regulação, com a visão global das vagas cirúrgicas, clínicas e de leitos de UTI, tendo como objetivo a eficiência e a definição de prioridades para a internação.

Todo esse conjunto de iniciativas e diretrizes irá contar ainda com os recursos da chamada telemedicina: a utilização da tecnologia de informação com recursos audiovisuais para segunda opinião, confirmação diagnóstica e visitas aos leitos de UTI. Isso traz segurança na tomada de decisões e busca maior eficiência, baseada na expertise de grandes centros e de especialistas.

É necessário contar com protocolos, com rotinas de atendimentos, com previsão de resultados e com metas de atendimento. Portanto, é necessária a publicação periódica dos indicadores de cada hospital ou serviço e a comparação com outros que podem trazer benefícios a curto e a longo prazo para aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade

de todo o sistema e de cada uma e suas unidades, com identificação e solução dos problemas e o estabelecimento de planos de ação.

Vamos criar uma unidade de gestão de risco e segurança do paciente em cada hospital, para promover ações continuadas visando maior resolutividade.

Quanto aos pacientes idosos e crônicos, criaremos instituições de menor complexidade, uma unidade em que o leito custe menos para nutrir, reabilitar e cuidar desse paciente.

Vou promover parcerias com instituições de ensino superior, faculdades de medicina estaduais, federais e privadas, visando a troca de conhecimento entre os profissionais, a atualização e o treinamento das equipes com educação médica continuada, além de promover a capacitação do aluno para a prática de saúde e ao mesmo tempo melhorar a gestão dos hospitais públicos.

Irei, ainda, incorporar o uso de alguns recursos tecnológicos em prol do cidadão que precisa recorrer ao sistema de saúde, tais como aplicativos, SMS, Whatsapp e e-mail para tirar dúvidas de pacientes, agendamento e checagem de exames, marcação de consultas e orientação.

E, por fim, vou trabalhar para melhorar a estrutura dos hospitais das menores cidades e regiões. Vou fazer uma melhor definição do território estadual em regiões/microrregiões de saúde, obedecendo a critérios sanitários, epidemiológicos, geográficos, sociais, de oferta de serviços e de acesso. Essa regionalização irá permitir:

- apresentar o diagnóstico dos principais problemas de saúde e das prioridades de intervenção;
- construir módulos assistenciais resolutivos, formados por um ou mais municípios, que garantam o primeiro nível da média complexidade, visando ao apoio às ações de atenção básica;
- definir os fluxos de referência para todos os níveis de complexidade e os mecanismos de relacionamento entre estado e município, além de organizar redes assistenciais específicas; e
- estabelecer um programa de investimentos que procure suprir as lacunas assistenciais identificadas, de acordo com as prioridades de intervenção. Para isso vamos identificar áreas estratégicas como saúde da mulher, da criança, do

idoso, saúde bucal, controle da hipertensão e diabetes. Serão criados módulos assistenciais resolutivos formados por um ou mais municípios, para garantir, no âmbito microrregional, o acesso ágil e oportuno de todos os cidadãos a um conjunto de ações de saúde necessárias para atender os problemas mais comuns, ações essas que nem sempre podem ser oferecidas em todos os municípios de pequeno porte populacional. Em conclusão, nós temos que aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde, identificando com clareza as prioridades de atendimento do setor público, além de legitimar e fazer uso adequado do setor privado em benefício da construção de um sistema de saúde de excelência;

- Ao mesmo tempo, como as pessoas estão morrendo do coração, de doenças neurovasculares, de câncer, nós vamos estabelecer como prioritário em nosso governo, um programa de prevenção de saúde cardiovascular.

## COMPROMISSOS NA SAÚDE



### 1. Melhoria da gestão do sistema de saúde:

- Fortalecer a gestão do sistema de saúde utilizando-se de indicadores e tecnologia da informação para tomada de decisão estratégica em saúde, baseadas nas contratualizações acordadas;

### 2. Inteligência e gestão da informação em saúde:

- Instituição de um centro de produção de informações e decisões estratégicas em Saúde com base na Tecnologia da Informação para congregar informações importantes e determinantes e condicionantes em saúde, com objetivo de tomar decisões estratégicas com foco em resultados para população;

### 3. Modernização do parque tecnológico da saúde:

- Garantir aos municípios alagoanos e regionais da saúde equipamentos de TI necessários para se fazer contatos online, em tempo real, entre nível central, regionais e unidades municipais, com objetivo de fortalecer a saúde



**4. Estruturação da atenção primária (Modelo ESF):**

- Aumentar o número de equipes de saúde da família para uma média próxima à brasileira (1 para cada 1.893 habitantes), com condições de trabalho, incluindo equipe, infraestrutura e equipamentos médico-hospitalares básicos;
- Facilitar o acesso da população à atenção primária da saúde com qualidade e humanização, com profissionais de saúde qualificados e exames complementares laboratoriais básicos, e fortes investimentos em infraestrutura adequada e equipamentos médico-hospitalares essenciais para oferecer maior capacidade de consultas médicas do tipo (a produção atual é baixa nesse tipo de serviço);
- Universalizar a atenção primária em saúde no modelo de estratégia de saúde de família, parametrizada conforme orientação do MS, sendo contratualizada com o nível central;

**5. Rede especializada da atenção ambulatorial, fortalecendo os sistemas:**

- Ambulatório Médico de Especialidades (AME) – Construção de AME nas cidades do interior com índices baixos de indicadores relacionados à qualidade de saúde com foco ao combate de índices de mortalidade, em especial a Região Metropolitana do Médio Sertão que apresenta altas taxas de mortalidade (infantil, materna, por diarreia e DIP) tendo sua cidade sede, Santana do Ipanema, figurando entre os piores índices do tipo;

**6. Programa de Apoio ao Paciente Crônico – Criação de estruturas móveis e/ou itinerantes para apoio aos municípios do interior nos atendimentos a idosos com doenças crônicas (diabetes e hipertensão), bem como apoio e transporte aos idosos às unidades especializadas para tratamento adequado;****7. Fortalecimento de Centros de Referência: prover equipes de saúde aos municípios, onde se fizer necessário, condições de trabalho, incluindo equipe, infraestrutura e equipamentos médico-hospitalares básicos;****8. Ênfase na atenção especializada:**

- Investir em Hospitais de referência em Oncologia e doenças Cardiovasculares para atendimento SUS e contratação de médicos especializados em oncologia pediátrica e cirúrgica;
- Reorganização da disponibilidade da oferta de serviços dos principais hospitais gerais (HGE – Maceió, Hospital Geral Professor Ib Gatto Falcão, HMA, HRN, HRM e HAS) e especializados;

- Estruturação da internação domiciliar com o objetivo de humanizar o atendimento e diminuir custos de diárias de UTI de pacientes crônicos;
- Disponibilização de leitos de UTI para aproximação da oferta ideal preconizada pela OMS;

**9.** Fortalecimento da gestão regional e suporte de equipamentos fundamentais para toda a rede:

- Investir para que todos os municípios tenham laboratórios de análise clínica para exames complementares básicos essenciais;
- Investir para que todos os municípios que necessitem tenham acesso facilitado a equipamentos médicos essenciais, tais como desfibrilador, ultrassom e eletrocardiógrafo;
- Resgatar para o Governo do Estado os hospitais regionais municipalizados, em comum acordo com os municípios, promovendo a reforma e a ampliação dessas unidades. Fazer custeio destes na forma de cofinanciamento entre o Estado e os municípios;

**10.** Atuar nos 100 primeiros dias com grande programa de acesso às crianças – que diz respeito aos novos hospitais, às UBSs e, se necessário, conveniar com terceiros. Objetivo principal: zerar a demanda reprimida por atendimento à criança na atenção primária.

**11.** Construir uma sala de situação em saúde, com o objetivo de estabelecer conhecimento dos principais indicadores estaduais e, por meio de estratégia e prioridade, elaborar planos, projetos, ações e políticas necessárias ao povo alagoano.

**12.** Reordenar toda a assistência às neoplasias e investir em centros de alta complexidade para a Oncologia no estado de Alagoas.

**13.** Revitalizar o Hemocentro de Alagoas, ampliando e modernizando sua estrutura, tecnologia e gestão.

**14.** Ampliar, nos hospitais estaduais e nos credenciados, vagas para leitos de UTI neonatal.

**15.** Atuar nos 100 primeiros dias com um mutirão de cirurgias eletivas com demanda reprimida, em particular para as questões de ginecologia e hérnias.

**16.** Nos 100 primeiros dias atuar com ação intensiva para zerar a demanda reprimida de diagnósticos para o câncer uterino, próstata e mama, em particular para os idosos.

**17.** Criar Policlínica específica para os Idosos, com atendimentos multiprofissionais e acolhimento à família.

**18.** Investir em gestão, equipamentos e profissionais em toda a rede, mas em particular em dois equipamentos públicos muito importantes, quais sejam: Hospital do Passo do Camaragibe (na região do Norte de Alagoas) e São Brás (na Região do Baixo São Francisco). O objetivo é fortalecer a capacidade de atendimento e estabelecer o embrião de policlínicas e acolhimento à família.

**19.** Projeto básico da Policlínica para a descentralização da saúde

- A Policlínica é um modelo que tem por objetivo a integralidade do atendimento por meio de um ambiente de diagnósticos realizados a partir de ampla gama de equipamentos sofisticados, como tomógrafos, retinógrafos, aparelhos de densitometria, e amplo laboratório, dentre outros.
- O atendimento busca oferecer também espaço de acolhimento para os familiares de doentes internados, por meio de alojamento.
- A ideia é existam, dentro do possível, veículos para funções diversas, como exames, atendimentos itinerantes, campanhas de vacinação e, eventualmente, transporte de equipes para ações regionais.
- Nos hospitais pretende-se investir na ampliação de leitos de longa duração (6 meses), principalmente para idosos.

**20.** Atendimento Especial - Idosos:

- O Projeto tem por objetivo estabelecer incentivo para equipes de saúde da família no atendimento familiar aos idosos e pessoas com grande dificuldade de locomoção, seja in loco ou por meio de traslado ao posto do PSF.
- Trata-se de uma proposta de incentivo compartilhada com os municípios (financeiramente) para que as famílias em vulnerabilidade, em particular os idosos sem condição de locomoção, possam ser assistidos em domicílio ou transportados para o posto de saúde da família
- Incluem-se nesse rol de assistidos os crônicos: diabéticos, hipertensos etc.
- Na sequência, o projeto poderá ser ampliado para as crianças, estabelecendo os principais ciclos de atendimentos primários.
- O projeto não descarta a telemedicina.

**21.** Telemedicina de supervisão e teleatendimento para casos crônicos:

- Projeto para garantir acesso ao especialista através de videoconferências nas unidades estaduais, podendo haver parcerias com Universidades e Graduação em Medicina.

- Visa a ampliação da oferta de atendimento e da qualificação diagnóstica (supervisão) da telemedicina no Estado de Alagoas para as unidades do estaduais
- Os impactos positivos se referem a melhoria da qualidade de vida associada ao acompanhamento próximo de doenças crônicas que exigem tratamento especializado ou de diagnósticos diferenciais sobre casos raros.

**22.** Prontuário médico eletrônico nas unidades estaduais de saúde:

- O prontuário eletrônico é uma ferramenta que armazena e disponibiliza os dados do paciente. É um sistema que possibilita aos profissionais de saúde registrarem informações (anotações, exames, prescrições) que podem ser acessadas facilmente.
- Um bom prontuário eletrônico possui uma interface intuitiva, com recursos a poucos cliques de distância e funcionalidades inovadoras, como integração de dados.
- Além do PEP, existe também outro tipo de prontuário, conhecido como PEC – Prontuário Eletrônico do Cidadão.
- Os dois modelos de prontuários são iniciativas distintas, mas exercem a mesma função. Vejamos:
  - a) PEC: implementado em toda a rede pública de saúde, nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Conta com as informações mais básicas do paciente
  - b) PEP: usado no atendimento público e privado, com mais funcionalidades e informações que o primeiro. Pode integrar dados da rede pública, sem necessidade de migração para a plataforma do SUS.

**23.** Atendimento remoto para mulheres e crianças

- Implantação do aplicativo com iniciativas voltadas para saúde da população alagoana e aumento do acesso, com início nos grupos de mães e bebês.
- Visa a melhoria da qualidade de saúde da Capital, iniciando pelo pré-natal, com garantia de acesso ao parto e a consulta puerperal precoce; saúde da criança, com monitoramento e acompanhamento do processo de desenvolvimento das crianças da faixa etária de 0 a 24 meses. Após, pretende-se alcançar os demais programas de saúde previstos pelo Sistema Único de Saúde.
- Alcance para toda a população alagoana a partir da implantação do aplicativo, visa a facilidade e, conseqüente aumento do acesso. A população poderá agendar as consultas ou procedimentos pelo próprio celular, além de possuir dicas para cada programa de saúde de acordo com seu perfil.
- O projeto piloto será iniciado pelos programas de saúde públicos voltados para mães e bebês.

#### **24.** Triagem para atendimento e marcação por telefone

- Trata-se de um serviço de orientação para triagem, orientação e encaminhamentos por meio de ligação telefônica, atendimento pré-clínico e informação em saúde por telefone, videochamada ou chat durante 24 horas por dia, 7 dias por semana
- Os serviços ofertados são: informações em saúde, direcionamento do trajeto do usuário no sistema de saúde (orientação à pessoa se ela deve ir e quando é necessário procurar um Centro de Saúde, uma Unidade de Pronto Atendimento ou um Hospital), atendimento pré-clínico, agendamento

Atualmente, a municipalização da saúde não atende às demandas no setor, pois observamos que os municípios estão suportando um ônus demasiado, eles não têm as condições técnicas e financeiras para garantir o atendimento digno e eficiente aos usuários do SUS. O estado não pode ser um expectador do sofrimento da população, como vem acontecendo em Alagoas, onde existem sistemas municipais isolados, superlotados e sucateados.

A vida é o bem mais precioso. Não podemos admitir a sua mercantilização, muito menos o sucateamento dos serviços de saúde. Todas as pessoas envolvidas no Sistema Único de Saúde (gestores, servidores, usuários) devem estar sensíveis e comprometidas com a melhoria da saúde pública no estado. Defendemos dois caminhos entrelaçados: do bem-estar e satisfação do usuário; e da humanização e eficiência do SUS.

Para tanto, entendemos ser necessário mudar a visão política da saúde no estado. Isto implica: praticar novos métodos e ações mais inclusivas na área; implementar novas tecnologias e procedimentos administrativos inteligentes; formar e qualificar de forma contínua os profissionais da saúde; construir redes de articulação federativa (políticas microrregionais de saúde); incluir as municipalidades na gestão da Central de Regulação; manter abertos os canais de diálogo com a sociedade e com o usuário, possibilitando a participação e o controle social; e avaliar permanentemente os sistemas e os serviços de saúde.

Além dos projetos apresentados aos debates neste documento, declaro outros compromissos que assumo junto ao povo alagoano, que estão a seguir resumidos:



- Otimizar a distribuição regional dos leitos hospitalares e leitos de UTI disponíveis pelo Sistema Público de Saúde e gerenciar melhor sua utilização pelo sistema.
- Dar prioridade para gestão de unidades e serviços de saúde, sob a responsabilidade direta do ente estadual e para serviços próprios e filantrópicos na aplicação de recursos.
- Reestruturar os serviços de atenção psicossocial no estado.
- Desenvolver serviços de atendimento à urgência e à emergência, incluindo o serviço móvel de urgência.
- Implementar políticas de saúde intersetoriais e transversais, relacionadas às questões ambientais, às questões sanitárias e às demandas das populações e grupos vulneráveis.
- Fortalecer a política de transplante no estado, ampliando as informações e o controle nas regiões.
- Priorizar ambientes de serviços adequados às necessidades técnicas e da população usuária.
- Valorizar a atuação dos servidores do Sistema de Saúde de Alagoas.
- Buscar fixar os profissionais de saúde nas regiões mais distantes.
- Implementar ações e serviços de saúde bucal.



*"O que fizemos pela Educação de Maceió podemos fazer por toda Alagoas! À frente da Prefeitura de Maceió, realizamos uma verdadeira revolução na Educação."*

**Rui Palmeira**

# ALAGOAS DA EDUCAÇÃO PLENA

## SITUAÇÃO ATUAL

Para dar um salto de qualidade em seu desenvolvimento, as políticas públicas de educação, de ciência e de tecnologia assumem um papel de extrema relevância no atual momento da história de Alagoas.

A Educação Básica, em particular, é decisiva para a construção de uma sociedade baseada no mérito, no valor do trabalho e fundada em uma verdadeira igualdade de oportunidades. A educação e o progresso econômico podem assegurar ao cidadão a autonomia, a liberdade e o progresso que são as bases de uma sociedade livre, democrática e próspera.

Em nossas escolas públicas, que atendem à maioria de nossas crianças e jovens, principalmente oriundos da população menos favorecida e desatendida dos direitos básicos previstos em nossa Constituição, encontramos a “morte precoce” dos futuros cidadãos, professores e profissionais da educação.

As atuais políticas educacionais passam longe de uma educação que contribua para a autonomia e a liberdade do cidadão e passa longe de uma educação que permita ao jovem ser mais produtivo. Considerando a situação real em que se encontra o sistema e as unidades educacionais, são necessárias mudanças a partir de uma nova gestão administrativa e pedagógica, que se comprometa com uma educação com qualidade, inovação em seus métodos e em sua tecnologia. Uma educação que promova a valorização dos profissionais do ensino, incentivando-os a serem mais produtivos e comprometidos com bons resultados pelos estudantes. E uma educação que garanta acessibilidade, inclusão social, participação da comunidade e melhores oportunidades para geração de trabalho, emprego e renda. A educação pública deve servir, prioritariamente, à comunidade. É para ela que o sistema existe e deve funcionar.

A Educação, a Ciência e a Tecnologia são componentes fundamentais para resolvermos o problema da produtividade e da inovação na economia, que são requisitos essenciais para o crescimento do emprego e da renda. Seu design, governança e infraestrutura têm impacto direto sobre a vida e as oportunidades dos cidadãos, em um cenário no qual a desigualdade social está presente no espaço educacional, com escolas que ainda não participam da sociedade e se encontram divididas por fronteiras invisíveis que tomam a forma de exclusão social, cultural e econômica.

Nossa meta fundamental, aquela para a qual caminharemos a passos largos e seguros, para os objetivos a serem alcançados, é a educação como agente transformador, emancipador e inclusivo.

Há a necessidade urgente de promovermos mudanças significativas no espaço do EDUCAR. Espaços esses misteres para estudantes, professores e comunidade, juntos, “aprenderem a aprender”, “aprenderem a ser”, “aprenderem a estar” e “aprenderem a conviver”. Constituindo, assim, um espaço físico de educação com qualidade social para todos e com atenção às necessidades primeiras de toda a comunidade, como: Saúde, Segurança Pública, Segurança Alimentar, Lazer, Esporte e Cultura.



Nos últimos anos, a gestão estadual da educação em Alagoas não foi capaz de assegurar resultados de qualidade e de boa aprendizagem para os seus estudantes. A



rede estadual pública de ensino possui 307 escolas, mais de 178.000 alunos e cerca de 22.000 professores em atuação. Contudo, a administração estadual não assumiu uma postura vigilante e proativa para assegurar uma gestão em prol de bons resultados de aprendizagem para a maioria dos estudantes ou sequer em benefício do acesso ao conhecimento e de melhores níveis de aprendizagem. Isso tudo em um contexto em que cada vez mais o conhecimento será um fator decisivo para produção de riquezas e para assegurar à maioria o emprego e a renda. Há necessidade urgente de fazermos uma leitura crítica das verdadeiras causas e problemas do sistema educacional em nosso estado e assim desmascarar o discurso pouco realista de que a educação está “melhorando”.

Os índices educacionais alcançados no estado, evidenciados nas pesquisas e avaliações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constantes também em alguns documentos estaduais, como o Plano Estadual de Educação (Lei n.º 7.795, de 22 de janeiro de 2016: Aprova o Plano Estadual de Educação, para o decênio 2016/2026 e dá outras providências), evidenciam que o estado de Alagoas ainda apresenta números muito abaixo do razoável.

Um dado particularmente preocupante é a cobertura de vagas em creches, espaço educacional que deveria ser a porta de entrada para a criança numa trajetória de formação consistente para todo o seu percurso escolar. É possível dizer que esta porta não está aberta para a imensa maioria das crianças alagoanas, vejamos:

Estima-se que o déficit de vagas em creches no estado pode chegar a 150.000 crianças. Nos municípios abaixo listados o déficit calculado é superior a 87.000 vagas:

<b>Nome do Município</b>	<b>Crianças sem vagas em creches</b>
Arapiraca	12.425
Delmiro Gouveia	2.571
Maceió	50.533
Marechal Deodoro	3.032
Palmeira dos Índios	3.312



Nome do Município	Crianças sem vagas em creches
Penedo	3.099
Rio Largo	4.536
Santana do Ipanema	2.616
São Miguel dos Campos	2.193
União dos Palmares	3.258
Total	87.575

Fonte: Instituto Rui Barbosa - <https://irbcontas.org.br/sobre-o-irb/> O Instituto Rui Barbosa – IRB é uma associação civil criada pelos Tribunais de Contas do Brasil em 1973 com o objetivo de auxiliar os Tribunais no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Tribunais de Contas.

A falta de vagas em creches é, sem sombra de dúvida, um fator de grande apreensão para os pais das crianças. Na maior parte das vezes os genitores precisam se ausentar para trabalhar e não têm como deixar as crianças a cuidados mais apropriados.

Às crianças, por sua vez, são negadas oportunidades fundamentais. Diversas pesquisas científicas, realizadas nas maiores universidades do mundo, encontraram fortes evidências que os cuidados adequados e que os estímulos corretos, desde a mais tenra idade, certamente farão diferença na vida das crianças, proporcionando-lhes um maior desenvolvimento cognitivo e físico.

O Governo de Alagoas e a Secretaria de Estado da Educação veiculam que o estado alçou patamares elevados na oferta e nos resultados na Educação Básica. Enfatizam que as metas de índice foram alcançadas e até superada. De fato, em 2019 a rede estadual superou as metas ao atingir um Ideb de 5,2 no primeiro segmento do Ensino Fundamental (EF) e de 4,4 no segundo segmento. As metas fixadas eram, respectivamente, 4,9 e 4,2.

Esses dados, contudo, precisam ser examinados em detalhes no quesito qualidade da educação e, só assim, se pode desvendar um quadro pouco animador que se esconde atrás desses números. Ele começa a revelar-se, sobretudo, quando se percebe que os dados do Ideb foram “impulsionados” nos últimos anos, em Alagoas, pelo aumento nas taxas de aprovação dos alunos.

A taxa de aprovação no primeiro segmento do Ensino Fundamental usada no cálculo do Ideb pelo INEP MEC foi de 95%, já no segundo segmento foi de 90%. Pode-se dizer, fazendo coro à propaganda oficial, que estes são indicadores de primeiro mundo.

Entretanto, o Ideb, que é o principal termômetro da educação brasileira, não se resume a taxas de aprovação. O índice também é composto pelos níveis de aprendizagem, que são medidos por meio dos resultados alcançados pelos alunos na Prova Brasil.

Os baixos resultados de aprendizagem explicam uma realidade na qual poucos alunos das escolas públicas de Alagoas chegam aos ciclos mais avançados sabendo interpretar um texto ou dominar conceitos básicos das ciências, da história, da matemática, da realidade em que vivem ou contar e estabelecer parâmetros intelectivos entre os vários conteúdos disciplinares e a realidade concreta em que vivem.

Abaixo apresentamos os resultados de aprendizagem sumarizados, conforme estudo feito pela iniciativa Qedu (Qualidade da Educação) instituição voltada à propagação de boas práticas em educação. A análise tomou por base os resultados da Prova Brasil, aplicada em 2019. (fonte: <https://novo.qedu.org.br/uf/27-alagoas/ideb>).

Apresentamos os resultados alcançados pela rede estadual. A situação é, para dizer o mínimo, dramática. Senão vejamos:

## **Em português no 5º ano do EF: 43% com aprendizagem adequada**

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na rede pública de ensino.

## **Português, 9º ano: 29% com aprendizagem adequada**

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede pública de ensino.

Nota-se que, no aprendizado de língua portuguesa, a base construída nos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) não é boa. **Menos da metade dos alunos alcançaram o padrão considerado adequado.**

Contudo, o dado mais constrangedor para o sistema estadual de educação é que no 9º ano o percentual é menor: menos de 30% dos estudantes alcançaram o nível adequado. O estado é o administrador das escolas que abrigam mais de 178 mil estudantes no segundo segmento do Ensino Fundamental.

Em matemática, os resultados são ainda mais desanimadores e evidenciam, de forma inequívoca, o fracasso do sistema estadual de educação no quesito qualidade. Conforme apurado pela iniciativa Qualidade da Educação, a partir da Prova Brasil do MEC, tem-se que:

### **Matemática, 5º ano: 32% com aprendizado adequado**

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas de lógica e matemática até o 5º ano na rede pública de ensino.

### **Matemática, 9º ano: 12% com aprendizado adequado**

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede pública de ensino.

Observa-se os resultados insuficientes alcançados no ensino fundamental se perpetuam no ensino médio. Dificilmente isso poderia ser diferente, uma vez que a base mal construída é muito difícil de ser corrigida ao longo dos anos. Ao final da educação básica, os resultados sumarizados são os seguintes:

**Resultados obtidos na Prova Brasil de 2019 pelos estudantes do ensino médio (3º ano) da rede pública estadual Alagoas:**

**21% dos estudantes com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa;  
2% com aprendizagem adequada em matemática**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definiu que o Ensino Fundamental tem os seguintes objetivos (Lei n.º 9.394/1996):

- I.** O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II.** A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III.** O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV.** O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Considerando os objetivos definidos em lei, o Ensino Fundamental ofertado pela rede estadual de ensino em Alagoas não está realizando esses objetivos. Um compromisso de nossa gestão na educação será o de transformar essa realidade de má qualidade.

Por sua vez, a LDB, definiu como objetivos do Ensino Médio (EM):

- I.** A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II.** A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III.** O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV.** A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A linha interpretativa mais adequada das diretrizes legais é de que o Ensino Médio é a etapa da Educação Básica que se destina a preparar os jovens para o ingresso no Ensino Superior e, para desta forma, poderem frequentar um curso universitário com uma base sólida que lhes permita alçar o pleno desenvolvimento intelectual e uma formação profissional e acadêmica com a consistência que Alagoas necessita.

Por outro lado, para os estudantes que não pretendem ingressar no Ensino Superior e priorizam seguir uma carreira técnica, o Ensino Médio deve assegurar a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências e de habilidades que os permitam ingressar no mercado de trabalho. Neste sentido, vamos perseguir as duas metas estabelecidas no plano estadual de educação para a expansão do ensino técnico, profissionalizante e de qualificação profissional em Alagoas. As metas são as seguintes:

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos no Estado de Alagoas, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência deste plano. Para esse indicador, de acordo com o monitoramento realizado pelo INEP, em 2020 o percentual atingiu apenas 5%. Para pelo menos se aproximar da meta é preciso ampliar a oferta em mais 20.000 vagas até o final da vigência do plano.

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Diante desses desafios, como anda o Ensino Médio em Alagoas? Inicialmente, cumpre destacar que cerca de 7% dos jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, este é o retrato feito pelo IBGE em 2019. Esta é a faixa etária em que os jovens deveriam estar, desde que matriculados na idade correta, frequentando o Ensino Médio.

Em se tratando do Ensino Médio, alguns números também podem ser usados para “dourar a pílula”. Por exemplo, a crescente taxa de inclusão de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio. Contudo, o Ideb, em 2019, ainda esteve abaixo da meta, pois o índice foi de 3,6 frente a uma meta que era de 4,4.



Ademais, é preciso perseguir a qualidade do ensino por meio da ampliação do número de escolas em tempo integral e aumentar o número de vagas em Ensino Técnico e Profissionalizante, que hoje é reduzido na rede estadual. A meta estabelecida no PEE Alagoas com relação à matrícula de estudantes em ensino integral é de 25%. Em 2020, o estado alcançou 18,1%, de acordo com o monitoramento do Inep/MEC. Então, para atingir a meta em 2026 são necessárias cerca de 40.000 novas matrículas.

Outro indicador que revela a baixa eficiência do Ensino Médio em Alagoas é a taxa de distorção idade-série, que indica a proporção de estudantes que estão fora da idade correta para o ano escolar. Em 2019, conforme estimativa feita pelo Inep/MEC, a partir do Censo Escolar, 35,3% dos alunos estavam em situação de distorção no ensino médio, que é o nível de ensino prioritariamente de responsabilidade do Poder Público Estadual. A distorção representa um enorme desperdício de recursos públicos.

Este alto percentual de distorção idade-série representa um desperdício de recursos humanos e financeiros. Os jovens que estão fora da idade correta para sua série escolar veem seus sonhos se frustrarem porque não conseguem progredir na escola. A distorção representa um grande desperdício de recursos financeiros que são entregues pelo cidadão na forma de impostos e tributos direcionados ao Poder Público. Estes recursos precisam ser usados com eficiência. É preciso melhorar a escola, torná-la mais atrativa e alinhada às necessidades dos jovens, sobretudo daqueles que precisam adquirir conhecimentos para ingressar no mercado de trabalho logo após concluírem o Ensino Médio.

Para melhorar o Ensino Médio, fazer avançar o Ideb desse nível da Educação Básica e usar os recursos orçamentários com mais eficiência, apresentaremos algumas proposições, neste documento, para o julgamento do povo de Alagoas.

A baixa qualidade da educação no Ensino Médio do estado é tão grande e perversa que só podemos explicá-la pela deformação da própria estrutura do estado como gestor.

Os dados sobre a escolaridade da população em Alagoas demonstram que a média de anos de estudo da população acima de 25 anos de idade, em 2019, era de 6,38 anos. O estado avançou em relação a 2012, quando a média de anos de escolaridade era de 5,89 anos. Porém, ainda resta muito a avançar para alcançar o patamar nacional, de 8,22 anos e da OCDE de 12 anos.

Portudo até aqui exposto, estamos convictos que os resultados mais recentes alcançados pelo estado evidenciam fragilidade das últimas gestões em promover uma educação pública de qualidade, especialmente no que se refere aos níveis de aprendizado, o que nos remete à necessidade de se buscar formas de mudança do atual quadro apresentado.

Neste cenário, vale citar a LDB, na qual está estabelecida que a educação brasileira deverá ser universalizada com a oferta de ensino para toda a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade. Compreende, portanto, como oferta obrigatória os Ensinos Infantil, Fundamental e Médio a todos, inclusive aos que não tiveram acesso à escola na idade própria.

Importantíssimo ressaltar o que é obrigação do governo estadual quanto ao que deve ser ofertado pelas escolas públicas, conforme consta no inciso VI do artigo 10 da LDB, in verbis: “assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no artigo 38 desta Lei”.

A oferta de creches e de Educação Infantil (esta sim modalidade obrigatória), como etapa inicial da Educação Básica, é de responsabilidade dos municípios. Compete ao estado a elaboração de políticas públicas de abrangência estadual para a área, em conjunto com os municípios, por meio de articulação e de apoio para o seu desenvolvimento, além de estabelecer parceria para outros encaminhamentos, como a formação dos profissionais para atuarem na área.

No que se refere à Educação Profissional, enquanto qualidade, não foi realizada, ainda, uma avaliação formal, pelo estado, do desenvolvimento de suas ações, especialmente uma avaliação externa, como existe no Ensino Fundamental e Médio, através do Ideb e Enem.

Com esta falta de avaliação formal, percebe-se certa fragilidade das Unidades, especialmente quanto à infraestrutura física e à desvalorização dos profissionais que nela atuam, bem como aos cursos oferecidos. O estado de Alagoas não tem uma matriz estruturadora de política de estado prioritária de qualificação profissional dentre as diversas ações públicas formalmente constituídas, especialmente em sintonia com a política socioeconômica e com o mapeamento da necessidade de profissionais

em alinhamento a uma estratégia para o desenvolvimento, com foco em demandas adequadas às vocações locais e regionais.

As parcerias público-privadas de capacitação com foco no mercado, que certamente podem alavancar o desenvolvimento do estado, não ocorreram devido à falta de rede pública bem estruturada.

Além disso, o estado executa ainda uma política para o corpo docente das nossas escolas que precária a carreira do magistério. Atualmente, o número de professores contratados em caráter temporário ou contratados como monitores e suprimindo a falta de docentes é alto. O assunto foi abordado recentemente em diversos órgãos de imprensa. Para melhorar a educação no estado é preciso valorizar os profissionais, por meio de incentivos diversos e um deles é o reforçar o quadro permanente de professores. O profissional temporário é para suprir emergências já definidas em lei.

Certamente existem hipóteses aceitáveis de contratação temporária, previstas na Constituição, para casos excepcionais, mas na prática os dados retratam uma contraditória “política permanente de contratação temporária”, prejudicando o sistema educacional, os alunos e os professores.

Assim, o processo de regularização do vínculo dos profissionais da educação é uma exigência constitucional e um pré-requisito para qualquer política significativa de qualificação e de gestão de pessoal.

Além de buscar de forma intensiva a melhoria dos padrões de funcionamento da Educação Básica, é preciso olhar com para a Universidade do Estado de Alagoas (Uneal) que é um patrimônio educacional, cultural e científico do nosso estado e precisa ter condições para mudar de patamar. Diversos são os problemas vivenciados na Universidade, dentre os quais os que chamam maior atenção estão a seguir destacados:

- Falta de critérios técnicos e acadêmicos na nomeação dos dirigentes universitários.
- Precária situação de infraestrutura em muitas unidades espalhadas pelo Estado;



## COMPROMISSOS PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Como ponto de partida para o desenvolvimento da política pública de educação do estado de Alagoas, é importante destacar que o Brasil possui o Plano Nacional de Educação (PNE), com as suas Diretrizes Gerais definindo Metas e Estratégias de Ações, aprovado em 2014 pelo Congresso Nacional. O estado de Alagoas, por sua vez, aprovou a Lei n.º 7.795, de 22 de janeiro de 2016: Aprova o Plano Estadual de Educação, para o decênio 2016/2026



Desta forma, pretendemos, em nossa gestão, desenvolver e fortalecer as metas, diretrizes e estratégias constantes do Plano Estadual de Educação (PEE), respeitando o modo pelo qual foi construído o processo que gerou o plano e toda a legislação educacional vigente. Assim sendo, não mediremos esforços para seu cumprimento. Entretanto, precisaremos considerar as condições do estado em cumprir as periodicidades estabelecidas no plano. Caso sejam necessárias alterações nas metas inicialmente propostas, estas serão realizadas em diálogo com o povo alagoano e, particularmente, com toda a comunidade escolar.

A partir de então, prioritariamente, objetivaremos construir políticas de integração e articulação entre o estado e os municípios para o desenvolvimento de uma educação de qualidade – transformadora, emancipadora e inclusiva – por meio de mecanismos legais para o fortalecimento conjunto da ação pública, visando o desenvolvimento de colaboração e de cooperação, norteadas principalmente pela Meta quatro do Plano Estadual de Educação: afigurar qualidade na Educação Básica.

### **“Meta 4 – Assegurar até a vigência final deste Plano a melhoria da qualidade da Educação Básica em suas etapas e modalidades e do fluxo escolar, a partir dos indicadores das avaliações externas, incluindo e cumprindo os índices estabelecidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB”.**

A meta 4 é basilar em toda o Plano Estadual de Educação. E desta forma será tratada em nosso governo. O estado de Alagoas é muito rico em sua cultura e diversidade, tornando-se imperiosa e fundamental a busca incessante da inclusão de todos no atendimento educacional. Uma nova concepção e implementação gradativa de escola pública de qualidade, respeitada e valorizada pela sociedade, com ampla participação da comunidade e com acessibilidade para todos é imprescindível, tornando-se essencial para a construção de projetos que possam ser capazes de revolucionar as bases



estruturantes do ensino, promovendo a estruturação de uma consciência crítica no aluno e que contribua para situar Alagoas em um nível elevado de desenvolvimento social.

Nossa tarefa, como gestor público responsável pela educação em nosso estado, será conceber fisicamente e culturalmente uma escola capaz de educar as crianças, os jovens e os adultos, tal como eles são, a partir das especificidades locais e da situação real em que se encontram no campo ou nas cidades.

Para isso devemos avançar na articulação das políticas setoriais e intersetoriais no âmbito da educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia, saúde e meio ambiente.

Um dos grandes desafios a serem perseguidos pela nova gestão é construir bases sólidas na Educação Básica para que possamos conduzir uma política de Educação Superior acompanhada de formação de recursos humanos de alto nível. Nessa direção, o estado implementará políticas públicas que favoreçam os processos de internacionalização e de mobilidade acadêmico-científica intra e interinstitucional, bem como a geração de processos e produtos inovadores que impulsionem a competitividade e o desenvolvimento.

Pelo exposto até aqui podemos assim resumir os principais problemas na educação do estado de Alagoas a serem enfrentados em nossa gestão:

- O acesso às creches é muito restrito. Essa etapa do ensino exerce grande influência sobre o desempenho escolar nas etapas seguintes.
- O Ensino Fundamental está praticamente universalizado em termos de acesso, mas Alagoas precisa melhorar os indicadores de qualidade, como: nível de proficiência médio maior e percentual de alunos com aprendizagem adequada.
- É preciso intensificar os esforços em proficiência nas etapas iniciais.
- Alagoas e o Brasil, quando o assunto é o Ensino Médio, precisam avançar muito na conclusão desta etapa.
- Ensino Técnico e Profissionalizante: proporção de matrículas baixa quando comparada com outros Estados brasileiros.

Nossas propostas de enfrentamento dessa dura realidade, estão abaixo apresentadas. Pretendo que elas contribuam para materializar o atendimento às missões constitucionais do estado na seara da educação, dentro da disciplina legal dos Planos Nacional e Estadual de Educação, ambos aprovados pelos respectivos Poderes Legislativos.

**1. Projeto de atendimento ao autista: autismo e família - Diagnóstico, atendimento específico, assistência familiar**

- Escopo: O projeto de criação do Centro de Assistência Integral à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), busca cobrir uma grande lacuna das políticas públicas de educação, saúde e assistência.
- Não há protocolos e centros especializados na rede pública, sequer para diagnosticar esses transtornos, deixando milhares de jovens e famílias sem conhecer a real situação, tampouco as terapêuticas necessárias para mitigar as deficiências decorrentes do transtorno.
- Centenas de milhares de crianças e jovens no estado não possuem qualquer assistência. A proposta, portanto, é de um ineditismo singular, integrando em um ambiente especializado público, uma equipe multidisciplinar (psicólogos, médicos, assistentes sociais, fisioterapeutas e psicopedagogos) para estabelecer formas de tratamento, encaminhamentos especializados, medicamentos.

**2. Projeto: aceleração do conhecimento para a juventude**

- Escopo: política de educação e inovação - Empreendedorismo e Valor Público - Como complemento ao projeto dos Laboratórios Makers das unidades escolares e ampliação das oportunidades de capacitação especializada extracurricular, integrando as experiências tecnológicas e digitais, a partir das habilidades constatadas. O Governo do Estado de Alagoas implantará centros de capacitação e interação digital, em parceria com Terceiro Setor e Sistema S, Universidades, Iniciativa Privada, visando o desenvolvimento de habilidades complexas e de alto rendimento em crianças e jovens alagoanos, se estabelecendo como ambientes de interação e colaboração tecnológica.
- Espaço diferenciado e inédito de aprendizado e formação de jovens em tecnologia de ponta;
- Oportunidade de conhecimento para jovens da rede pública;
- Espaço de formação e parceria com as universidades;
- Círculo virtuoso: soluções para necessidades do poder público;

**3. Proposta de projeto: idiomas na educação.**

- Qualificação do ensino: Educação, Internacionalização, Turismo, Negócios

**Escopo:**

- Criar espaços especializados em ensino e aprendizagem de idiomas estrangeiros e promoção de visão de mercado nacional e internacional

- Busca ativa por crianças, jovens e adultos para o ensino de idiomas estrangeiros.
- Apoio do sistema S e outros parceiros do terceiro setor e de entidades internacionais (consulados etc.)

**4. Projeto: Sala da Família - políticas de atendimento integral: educação, assistência, saúde**

- Implantar nas escolas de tempo integral estaduais um espaço de assistência que acolha as famílias dos alunos e suas vulnerabilidades e necessidades.
- A Sala da Família será assistida por multiprofissionais: assistente social, psicólogos e pedagogos, dentre outros. Eles farão o acolhimento das famílias e os encaminhamentos possíveis para as suas demandas.
- Pretende-se ampliar o atendimento para a prevenção à violência por meio de atendimento de agentes de segurança, palestras e encaminhamentos.
- A sala da família também terá uma missão especial: identificar, ainda que preliminarmente, os portadores da Síndrome do Transtorno do Espectro do Autismo, que hoje sequer é diagnosticado. Feito isso, será encaminhado para o Centro de Atendimento especializado ao Autista.

Além dos projetos aqui esboçados, outros compromissos desde já são assumidos como linhas de ação para debate junto ao eleitorado alagoano. São temas de grande para que Alagoas dê um salto a frente e a educação possa ser um dos grandes impulsionadores para o futuro do nosso estado.

Mais Avanços na Educação: questões estruturantes

- 1.** Fortalecimento do Regime de Colaboração entre Estado e os Municípios;
- 2.** Melhoria da articulação entre Redes;
- 3.** Investimento em formação continuada: Rede Estadual e no Regime de Colaboração;
- 4.** Fortalecimento da atuação das equipes regionais, para que estas possam fortalecer as equipes municipais;
- 5.** Necessidade de instituir uma política de alfabetização junto aos municípios: buscar cumprir a meta de toda criança efetivamente alfabetizada ao final de três anos de escolarização. Esta meta está inscrita no PNE e no PEE.

6. Melhorar as parcerias do transporte escolar entre as duas Redes (Municipal e Estadual);
7. Fortalecimento da busca ativa: combate ao abandono e evasão escolar;
8. Regulamentação dos incentivos de transferência de recursos aos municípios;
9. Ampliação das escolas em tempo integral;
10. Criação de uma política pública de formação continuada;
11. Ampliar a oferta de escolas em Tempo Integral;
12. Garantir apoio às Universidades Públicas Estaduais, considerando que elas são vetores de desenvolvimento do Estado nas áreas de Educação e Saúde;
13. Garantir maior adesão ao Programa CRIA;
14. Reduzir a escassez de infraestrutura e de recursos pedagógicos nas escolas estaduais, com foco em:
  - Aumentar a quantidade de computadores disponíveis para os alunos;
  - Instalar bibliotecas nas escolas que não dispõem deste equipamento;
  - Instalar laboratórios de ciências nas escolas que não dispõem deste aparato;
  - Aumentar a quantidade de escolas que possuem dependências acessíveis aos portadores de deficiência.
15. Reduzir os índices de evasão escolar;
16. Elevar a qualidade do Ensino Médio, com investimento em docentes, em planos de ensino e em equipamentos. Modernização do currículo para apoiar o estudante seja para ingresso no ensino superior ou para colocação no mercado de trabalho;
17. Criar incentivos à permanência, na escola, dos alunos mais vulneráveis ao abandono;
18. Aumentar significativamente as vagas de Ensino Profissional Integrado com o Médio;
19. Melhorar a sistemática de mapeamento no estado das demandas do setor, de forma integrada, para gerar banco de dados estatísticos e gerenciais a fim de aprimorar a qualidade das políticas educacionais;
20. Fazer proveito das experiências de sucesso no Brasil e em Alagoas para aprimorar a eficiência na educação;

- 21.** Ampliar gradativamente a oferta de vagas e profissionais nas unidades educacionais para pessoas com necessidades especiais, nas classes comuns, e viabilizar as condições de acessibilidade;
- 22.** Promover a realização de Concursos Públicos, na medida das necessidades de regularização do vínculo dos profissionais da educação nos termos da legislação específica;
- 23.** Ampliar a estrutura logística de transporte escolar;
- 24.** Implementar ações de fortalecimento de atividades do Sistema de Educação e dos Conselhos Municipais de Educação;
- 25.** Trabalhar para a melhoria das ações de gestão administrativa e pedagógica das unidades educacionais.
- 26.** Desenvolver ações educacionais específicas para os privados de liberdade e os que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas.
- 27.** Assegurar acesso, permanência e aprendizagem ao aluno.
- 28.** Estabelecer a implantação de políticas públicas de Educação Infantil, assim como um Programa de Educação de Qualidade para o Ensino Fundamental voltado aos municípios.
- 29.** Realizar uma Avaliação da Educação Profissional Pública, ajudando na ampliação de vagas e melhoria da qualidade;
- 30.** Construir, ampliar e melhorar a infraestrutura das unidades educacionais em parceria com o governo federal;
- 31.** Implementar políticas de educação ambiental;
- 32.** Transformar as escolas em centros de referência para as ações da comunidade.

Para o Ensino Superior, propomos desenvolver ações inspiradas no seguinte:

- 33.** Novo ordenamento institucional que elimine a politicagem que destrói sua democracia, seus valores acadêmicos e sua estrutura administrativa e que possa ampliar o foco da ação educacional, colocando como protagonistas os, docentes, os servidores e os estudantes com o objetivo de proporcionar à sociedade o melhor de sua produção científica, cultural e tecnológica.



- 34.** Retomada dos investimentos nos setores essenciais da instituição que buscará integrar e envolver a comunidade universitária com os grandes desafios do presente.
- 35.** Apoio à adoção de uma política de transparência orçamentária e administrativa na universidade.
- 36.** Descentralização dos recursos financeiros da instituição.
- 37.** Garantir, por meio de parceria entre a Escola de Governo e a Uneal, investimentos na qualificação e na requalificação dos Servidores Técnico-Administrativos.
- 38.** Ampliar e fortalecer a assistência ao estudante na Uneal;
- 39.** Apoiar o aprimoramento do corpo docente da Uneal ampliando o número de mestres e doutores na Instituição.
- 40.** Aumentar o protagonismo da Uneal como polo gerador de ideia e conceitos para o estado.
- 41.** Ampliar o investimento em infraestrutura para adequar, ampliar e construir novas unidades acadêmicas.
- 42.** Ampliar o investimento em instalações que permitam ampliar e melhorar e pesquisa, tais como laboratórios, biblioteca, farmácia-escola e indústria-escola.



# ALAGOAS DA PAZ E ACOLHIMENTO

## INTRODUÇÃO

Ademais, os indicadores médios normalmente escondem grandes desigualdades, pois por diversas regiões e municípios estão abaixo da média estadual, ou seja, estão atrás e não podem ser assim deixados.

As desigualdades entre as regiões do estado podem ser perceptíveis por meio da observação do PIB por habitante. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB per capita estadual é de R\$ 17.667,79. O PIB per capita do Brasil é de R\$ 35.161,70. Mas, 33 cidades do nosso estado alcançaram um produto da economia por habitante abaixo de R\$ 10.000,00. Este indicador é apenas um que demonstra que as médias escondem grandes disparidades que precisam ser enfrentadas por meio de políticas públicas orientadas à equidade.

Somente uma ação governamental focada, que destine recursos a bons projetos e a programas eficazes, aproveitando as vocações de cada região, podem reduzir tais desigualdades e podem, assim, dar maior dignidade aos homens de todas as regiões de Alagoas.

As diferenças encobertas pelas médias e indicadores gerais também podem ser percebidas pela leitura do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O quadro a seguir aponta os municípios com maior IDH-M e os com menor índice.

Para elevar o patamar médio do IDH-M em Alagoas, como prioridade, é preciso olhar com mais foco para as cidades com indicadores mais baixos, além de um investimento melhor em formação de capital humano, em saúde e em educação.

A atuação do nosso governo pretende ir ao encontro das necessidades e das expectativas da população, buscando soluções eficazes para os mais graves problemas com o intuito de qualificar a vida dos alagoanos e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes a oportunidade de sonhar com um futuro melhor.



Existe um conjunto de dimensões que devem ser priorizadas e que devem receber maior atenção e esforço da gestão. Sem prejuízos de outros temas relevantes, definimos cinco frentes de trabalho:

- Segurança
- Habitação de interesse social
- Esporte e Lazer
- Cultura
- Ação Social e Trabalho

Em conjunto, a melhoria dos indicadores das referidas áreas se mostra importante para proporcionar a todos, sem qualquer distinção, os meios e as condições necessárias para o trabalho e o usufruto da vida em sociedade. Sem a pretensão de estabelecer um ranking de valores sociais, avaliamos que a saúde, a segurança e a educação são áreas que se destacam na Administração Pública, já que a prestação dos serviços, a provisão de bens públicos de saúde, a formação escolar de qualidade dos jovens e, ainda, a resposta do estado à criminalidade e à violência estão muito aquém do desejado em Alagoas.

Não sendo de outra forma, impera uma sensação inaceitável de desamparo. A população não tem certeza da atenção que irá receber nas unidades de saúde (postos e hospitais), nem da prestação policial e judiciária.

Por outro lado, em ação conjugada, as políticas de esporte, lazer, cultura e entretenimento podem contribuir para a realização do indivíduo em outras dimensões que não apenas a física, proporcionando a integração desta com as demais dimensões, tais como psicológica, social e espiritual. E as políticas de promoção e inclusão social devem ser dirigidas aos segmentos sociais vulneráveis, desconsiderando o caráter meramente assistencialista, de modo a promover ações positivas que, além de corrigir injustiças, perscrutam as necessidades sociais atentas aos diversos aspectos nos quais a vulnerabilidade ocorre, buscando superá-los com medidas conjugadas às demais políticas sociais e econômicas.

O estado não pode apenas tratar emergencialmente dos problemas sociais, ele deve promover o conforto e o bem-estar da população a partir de políticas públicas mais interativas, aquelas que incentivam as relações interpessoais e, ao mesmo tempo, contribuem para dinamizar ainda mais setores da economia estadual: cultura e entretenimento.

Nosso compromisso é o de romper com a tradição de assistencialismo pelo assistencialismo, abordagem que não promove a efetiva autonomia das pessoas. Para tanto, deve-se assumir novas posturas na gestão da coisa pública por meio de um estado parceiro e amigo da população; e incentivador dos segmentos do setor terciário moderno.

Desenvolver ações e aplicar recursos públicos na área social é investir em nossa gente, garantir vida digna com qualidade e oportunidades para todos, além de emprego, renda e recursos para o estado.





# SEGURANÇA

## SITUAÇÃO ATUAL

Aumento da criminalidade e sensação de insegurança do cidadão

O relativo crescimento econômico do estado de Alagoas nos últimos anos, isto é, o aumento do Produto Interno Bruto, contrasta com os altos índices de criminalidade e violência. Entendemos que a criminalidade é um fenômeno complexo, movida por fatores biopsicossociais, mas ainda assim o estado é o principal responsável pela redução das tensões e pela garantia da harmonia social. Sabemos que a produção de riquezas e a geração de empregos não são suficientes para oportunizar a todos trabalho e renda, em verdade, existe forte tendência de concentração do capital e de exclusão dos menos favorecidos neste processo, daí o papel do estado e a necessidade de justiça social.

Analisando dados de Alagoas (Atlas da Violência – IPEA 2020) podemos pontuar que: a escalada da criminalidade acentuou-se no estado, especialmente os crimes contra a vida e contra o patrimônio:

- Alagoas está em 6º lugar entre as maiores taxas do país, com 35,54 homicídios por 100 mil habitantes;
- Embora tenha ocorrido uma redução da taxa de homicídios no Estado, o fato é que os números são ainda dramáticos. A taxa nacional é de 23,54 e, desta forma, o estado tem que trabalhar muito para melhorar estes índices.
- Alguns municípios de Alagoas possuem uma taxa acima da média estadual. São eles: Arapiraca; Atalaia; Maceió; Maragogi; Pilar; Rio Largo; São José da Tapera. Estas cidades abrigam praticamente metade da população do estado.
- Situação preocupante em todo o Brasil é a escalada da violência contra a mulher. Um breve resumo dos fatos mostra que em Alagoas o Poder Público tem muito a fazer para mudar o quadro de agressões e assassinatos:
- No Brasil foram registrados, em 2019, 3.737 feminicídios. 3,5 é a taxa nacional dessas ocorrências a cada 100 mil mulheres;
- No Nordeste, em 2019, foram registrados 1.295 assassinatos de mulheres. Esse número corresponde a 4,38 por 100 mil. ü
- Em Alagoas, em 2019, foram registrados 90 feminicídios, uma taxa de 5,18 ocorrências a cada 100 mil mulheres

As estatísticas mostram que crimes contra a vida e contra o patrimônio são muito recorrentes, sem falar da problemática dos crimes que não são contabilizados nas pesquisas em virtude da ausência de comunicação do ilícito às autoridades, o que também demonstra o descrédito da população nas instituições de segurança pública.

No geral, os crimes letais intencionais (homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte) e os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) são numerosos e causam prejuízos emocionais e financeiros. É indispensável que sejam combatidos por meio de ações eficientes e integradas entre as diversas políticas sociais, pois o nosso objetivo primeiro é o de proteger os cidadãos e resguardar patrimônios.

Está em curso a interiorização da violência, ou melhor, as aglomerações urbanas permanecem com elevadas taxas de criminalidade, mas outras regiões também se destacam neste “mapa do crime”.

Existe um triste perfil dos sujeitos envolvidos e afetados pela violência (autores e vítimas), este retrato deixa claro que se trata de problema crônico, agravado pela deficitária capacidade de resposta do estado.

A democratização da violência vem acompanhada da mobilidade do infrator, logo, a criminalidade organizada e não organizada está expandindo continuamente sua área de atuação, empregando esforços em novas regiões do estado e nichos do mercado clandestino (tráfico de pessoas e drogas, roubo de cargas, roubo a bancos e crimes contra a Administração Pública, redes de exploração sexual, crimes virtuais e outros).

O retrato da violência em Alagoas contribuiu para aumentar o temor de rompimento da coesão social. Os delinquentes possuem características em comum, mas o que mais assusta, no caso específico de violência homicida, é o perfil homogêneo das vítimas: jovens, negros e pobres. Ademais, atentemo-nos para a situação de vulnerabilidade das crianças, das mulheres e dos idosos em seus lares e na sociedade, para os dramas do abandono familiar, da violência doméstica e do desamparo. A criminalidade tem muitas facetas, não é seguro padronizar o fenômeno nem estabelecer medidas repressoras invariáveis.

Diante dos dados e fatos expostos, constatamos um cenário nada confortável em Alagoas, que pode vir a piorar com a combinação de diversos fatores relacionados à má administração: déficit no efetivo das Polícias Civil e Militar; estrutura administrativa precária (prédios, instalações, mobília); falta de condições de trabalho (alimentação, materiais, sistema de informática) e equipamentos (viaturas, armamento, coletes).

Assim sendo, o estado não consegue prestar um serviço de qualidade para o cidadão – socorrer a vítima, dar assistência à família e demais prejudicados, prevenir e reprimir o crime. Ao contrário, ele potencializa os efeitos da violência nas cidades, produz artificialmente uma clientela prisional e difunde a cultura do medo e da insegurança.

A segurança pública, constitucionalmente, deve ser uma prioridade do estado, e do nosso certamente será. Pretendemos reformular a noção e a forma de atuação das corporações de segurança pública (Polícias Militar e Civil, Bombeiros e Defesa Civil), assegurando condições de trabalho e valorização profissional dos servidores, eficiência na resposta estatal e atendimento adequado ao cidadão.

## COMPROMISSOS



### **Na segurança**

Investimentos, integração e fortalecimento das instituições de segurança pública para enfrentamento do crime.

A criminalidade e a violência assumiram patamares alarmantes em Alagoas, que exigem respostas imediatas e incisivas para assegurar proteção ao povo alagoano. Em nossa visão, as iniciativas não devem ser resumidas aos investimentos na área de segurança pública unicamente, mas deverão ser estruturadas em políticas concomitantes nas áreas de: educação, cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade urbana, segurança alimentar, emprego e renda, entre outras.

Garantindo, assim, a prestação adequada dos serviços hoje ineficazes, além de políticas específicas voltadas aos jovens, mulheres e negros, construindo uma rede de incentivos e proteção social que deverá contribuir com a melhora significativa na área de segurança pública.

Nossa visão é de que não podemos cortar gastos governamentais (policimento, Defesa Civil, serviços de informação e inteligência), sob pena de sermos cúmplices da bandidagem. Imprescindível é resgatar a admiração da sociedade pelas instituições de segurança e isso deve ser feito com o aumento dos investimentos no setor, de maneira que a Polícia Militar consiga reprimir o crime, que a Polícia Civil exerça seu papel investigativo e que o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil atendam satisfatoriamente às demandas.

O primeiro nível de investimento deve ser em pessoal e em condições de trabalho, pois um profissional só pode exercer satisfatoriamente suas funções se for valorizado e se tiver os meios necessários para tanto. O policial deve ter orgulho de ser policial, deve estar motivado para realizar bem o seu trabalho. Por outro lado, a sociedade alagoana deve ter orgulho de suas instituições policiais.

O compromisso é ter, nas corporações, quadros de pessoal em número suficiente e remunerados de forma mais condizente com a natureza de suas funções, com bonificação por desempenho. A redução no contingente não pode ser um problema dentro das instituições, ao contrário, a saída de servidores deve motivar a aposentadoria segura e o reconhecimento do profissional pelos serviços prestados.

O segundo nível de investimento será direcionado às instalações e à construção de ambientes sociais especializados e adaptados à prestação dos serviços. O cidadão quando procura determinado órgão deve ser bem recebido, acomodado em local correto, ouvido e atendido por profissional capacitado. Não devemos dar continuidade a procedimentos policiais burocráticos realizados em lugares insalubres. Aliás, é vergonhoso o estado dos prédios públicos das corporações, das delegacias e das unidades prisionais, locais que depõem contra a dignidade do ser humano. Estrutura administrativa em boas condições físicas e sanitárias é o mínimo que o estado pode proporcionar, mas vamos além: iremos inovar na prestação dos serviços – construiremos espaços particularizados, destinados ao melhor atendimento do cidadão e da vítima (violência doméstica, crime sexual, entre outros).

O terceiro nível de investimento concentra-se na área de inteligência dos órgãos policiais, em outros termos: a implementação de métodos e práticas afetos à tecnologia da informação pode contribuir positivamente para o desenvolvimento da capacidade das corporações. De tal forma, muitos setores das instituições serão contemplados com mudanças na rotina administrativa, policial, judiciária e em todos os setores das



organizações de segurança pública. Esta proposta está em perfeita sintonia com a ideia de articulação das instituições de segurança pública e de fomento ao trabalho em conjunto das Polícias Civil e Militar, fortalecendo, de fato, o aparelho estatal de justiça e de repressão ao crime.

Alguns projetos são apresentados a seguir em delineamento preliminar, mas constituindo-se em compromissos que assumo com o povo do nosso estado.

Projeto: Criação da Cidade da Polícia - políticas de segurança e integração - Identificação, monitoramento, conjunção de forças - Integração das câmeras com os bancos de dados e com as diversas forças de segurança de Alagoas, de outros estados e da União. Será um grande avanço de integração para a construção de ações integradas de inteligência em segurança.

- A Cidade da Polícia será um sistema conectado e integrado de câmeras localizadas em todas as entradas e saídas do Estado de Alagoas em vias e rodovias. O sistema registra automaticamente todos os veículos que entram ou saem do Estado, transferindo de forma instantânea para a Central de Controle e Operações do Estado
- A proposta visa aperfeiçoar significativamente a atual sala de situação integrando largo sistema de câmeras com OCR em rodovias e identificação biométrica em locais estratégicos
- O objetivo da Cidade da Polícia é monitorar: evasão fiscal, furto de veículos, cargas roubadas, fugitivos da justiça, tráfico de drogas, dentre outros.
- A tecnologia vai trazer a integração de dados nacionais e de outros estados, oferecendo maior capacidade de combate ao delito.
- A tecnologia dos Drones poderá ser utilizada em situações como as ações de inteligência policial, monitoramento ambiental, de trânsito ou de fronteiras, no acompanhamento de alvos e no apoio a operações policiais

Projeto Segurança para o turismo - atendimento especializado, segurança para o turista

- O projeto visa implantar um serviço especializado de atendimento ao turista que visita Alagoas, trazendo um ambiente de acolhimento específico para os brasileiros e os estrangeiros.

- Os agentes de segurança serão versados nos idiomas espanhol e inglês e terão repartições policiais específicas para o atendimento ao turista, munidos de contatos com serviços de alfândega, consulados, dentre outros.

Projeto: Avanços na gestão corporativa e na segurança - políticas de segurança e administração de pessoal - Temporários, maria da penha, moradia

- 1. POLICIAL TEMPORÁRIO:** contratação de policiais temporários (8 anos) para atividades administrativas prioritariamente, deslocando os efetivos para atividades operacionais.
- 2. POLICIAL APOSENTADO OU INATIVO:** contratação de policiais aposentados ou inativos para policiamento ostensivo
- 3. PROGRAMA MORADIA SEGURA:** projeto de financiamento de moradias em ambientes seguros para os agentes de segurança pública;
- 4. MARIA DA PENHA:** investimento em novas equipes específicas para os crimes relacionados à Lei Maria da Penha, incluindo a ampliação da Sala Lilás nas unidades do IML em Maceió e Arapiraca;
- 5. SAÚDE MENTAL:** programa de saúde mental para os agentes de segurança pública, cobrindo o servidor e respectiva família nos tratamentos.
- 6. Equilíbrio financeiro** entre os agentes prisionais e os agentes da polícia civil

Outros compromissos a serem estabelecidos:

- I.** Desenvolver programa com foco na redução das taxas de homicídio do estado, com projetos-piloto nos municípios de maior população
- II.** Buscar alternativas para otimização de despesas em segurança pública (parcerias para gestão de presídios, por exemplo);
- III.** Combater o crime organizado no estado promovendo integração entre ações antidrogas e os crimes adjacentes derivados do tráfico (roubos de automóveis, cargas, violência na zona rural);
- IV.** Promover a transparência e qualidade nos dados de ocorrências, denúncias, processos, efetivos policiais e gastos com segurança pública no estado, de forma que a administração pública e demais atores envolvidos possam diagnosticar de forma recorrente os resultados e propor melhorias;

- V.** Aliar-se à tecnologia para alcançar eficácia e efetividade na resolução de crimes;
- VI.** Diagnosticar e desenvolver estratégia de estímulo a melhorias no desempenho das forças policiais do estado; Fortalecer as Delegacias de Homicídios e Delitos Patrimoniais: pessoal, estruturas físicas e logística;
- VII.** Fornecer suporte pericial, com ferramentas modernas e profissionais capacitados: laboratórios modernos e profissionais capacitados;
- VIII.** Núcleo de Combate ao Crime Organizado e a Corrupção, dentro da estrutura da Secretaria da Segurança Pública, preferencialmente vinculado a Subsecretaria de Inteligência;
- IX.** SUSP: formação de um completo banco de dados criminais, padronizando e unificando as informações dos diversos órgãos direta ou indiretamente envolvidos com o tema Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas. SUSP: dentro de um tronco comum, implantação de políticas de segurança pública nacional, estaduais e municipais, com indicadores, metas e aferição de resultados, como parâmetros para investimentos a serem realizados nessa área (Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social);
- X.** Novo modelo de atendimento e despacho: Centro Integrado de Atendimento e Operações. Número único para emergências (190); monitoramento remoto de viaturas;
- XI.** Boletim Único de Ocorrências;
- XII.** Gerenciamento e análise de informações criminais: Mapa do Crime;
- XIII.** Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP: definição de responsabilidades, estabelecimento de metas, cobrança de resultado e incentivos;

As políticas precisam ser focadas territorialmente e precisam ter sinergia entre as diversas áreas.

Algumas diretrizes se destinam ao tratamento do menor infrator. Penso que melhorar a atuação do Poder Público nesta área irá contribuir para que muitos jovens tenham um futuro longe do crime, recuperando aqueles que praticaram atos infracionais. São elas:

- Desenvolver ações com um forte caráter educativo, pautadas em um projeto pedagógico que oriente a ação e a gestão do atendimento socioeducativo;
- Privilegiar o protagonismo juvenil responsável e consequente na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas;
- O caráter educativo deve ser percebido como agente de mudança, com posturas e atitudes fundamentadas na visão integral e na crença na capacidade de transformação da pessoa e do adolescente, em sua condição peculiar de desenvolvimento;
- A educação deve ter uma dimensão de exemplaridade e que respeite a singularidade do adolescente, pois estas são condições necessárias na ação socioeducativa;
- A disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa, construindo, coletivamente, regras claras de convivência cidadã;
- Organização espacial e funcional dos programas de atendimento socioeducativo como possibilidades de desenvolvimento pessoal e social do adolescente;
- Participação da família e da comunidade, ativamente, contribuindo e responsabilizando-se pela experiência socioeducativa;
- Participação efetiva da família na dinâmica do atendimento educativo e no desenvolvimento do educando;
- Fortalecimento do núcleo familiar, visando às relações de afeto, às questões de sobrevivência e de exercício da cidadania;
- Processo pedagógico voltado para apreensão de valores que fortaleçam a coesão social, no qual o adolescente deve romper com a prática delituosa, por meio da releitura de sua capacidade de interagir, recriar e construir a sua nova história de cidadania;
- Prática educativa voltada para um atendimento personalizado, individual e em pequenos grupos;
- Valorização dos profissionais que atuam com menores infratores, favorecendo sua formação continuada, um ambiente físico acolhedor, seguro, em modelo residencial, organizado, estruturado pedagogicamente e de forma compartilhada, cuidado e mantido pelo educador e pelo educando.



# AÇÃO SOCIAL E TRABALHO

## **SITUAÇÃO ATUAL**

Exclusão social e precária proteção da população carente



Os dados administrativos do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022), que serve como base para concessão dos benefícios do Programa Auxílio Brasil evidenciam a dimensão da pobreza agora em Alagoas e em todo o Brasil.

Tabulação para família – referência maio de 2022

<b>Recebe PAB família</b>	<b>Faixa da renda familiar per capita</b>					<b>TOTAL</b>
	<b>Extrema Pobreza</b>	<b>Pobreza</b>	<b>Baixa Renda</b>	<b>Acima de 1/2 S.M.</b>	<b>Sem Resposta</b>	
<b>Não</b>	46.139	24.005	99.659	126.730	0	296.533
<b>Sim</b>	454.142	25.464	8.341	0	0	487.947
<b>Sem Resposta</b>	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	500.281	49.469	108.000	126.730	0	784.480

Fonte: [https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php) - Ministério da Cidadania – consulta realizada em 28 de julho de 2022.

Os dados mais recentes mostram, por número de famílias, o universo da pobreza em Alagoas. Chama a atenção que são de 550 mil famílias que vivem com renda per capita abaixo de R\$ 210,00. São as famílias caracterizadas nas faixas de extrema pobreza e pobreza.

O quadro a seguir traduz a realidade em número de pessoas.

– Referência maio de 2022

Tabulação para pessoa – referência maio de 2022

Recebe PAB família	Faixa da renda familiar per capita					TOTAL
	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	Sem Resposta	
<b>Não</b>	77.472	41.766	253.968	166.439	0	539.645
<b>Sim</b>	1.213.931	91.179	30.487	0	0	1.335.597
<b>Sem Resposta</b>	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	1.291.403	132.945	284.455	166.439	0	1.875.242

Fonte: [https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php) - Ministério da Cidadania – consulta realizada em 28 de julho de 2022.

Mais da metade da população do Estado está inscrita no Cadastro Único. Este universo de 1,8 milhão de pessoas e o segmento amplo que precisa de mais e melhores políticas sociais. Neste conjunto, há um grupo ainda mais necessitado de ações eficazes de política social, trata-se das quase 1,3 milhão de pessoas que se enquadram na faixa de extrema pobreza. Isto é, as que se declararam com renda per capita inferior a R\$ 105,00.

Este quadro só não está mais grave em função da dinâmica de ações e de gastos sociais que foram criados, especialmente, a partir da Constituição Federal de 1988. Mais recentemente, a experiência brasileira com programas de transferência direta de renda contribuiu, sem dúvida, com a melhoria das precárias condições de vida dos mais desfavorecidos.

O auxílio financeiro às camadas mais pobres, que constituem as denominadas políticas de proteção social de origem não contributiva, beneficiam atualmente mais de um 1,3 milhão de pessoas em todo o território alagoano. As iniciativas de maior alcance são: o Benefício de Prestação Continuada, o Programa Auxílio Brasil e o programa estadual denominado Cartão CRIA.

Quanto aos Programas Auxílio Brasil e Cartão CRIA, o nosso governo irá aprimorar os processos de gestão, dentro de suas competências administrativas. O objetivo não é, nem de longe, punir famílias com corte de benefícios. A questão importante é aprimorar

os processos de cadastramento e de verificação das informações cadastrais de modo a garantir que as famílias mais necessitadas sejam as que recebam o benefício.

As taxas de pobreza e de desemprego e o insuficiente rendimento médio do trabalhador no estado são importantes indicadores no que se refere à situação social da população. De acordo com o IBGE, o rendimento nominal mensal domiciliar per capita originário no trabalho, em 2021, foi de R\$ 777,00.

Na falta de melhores oportunidades de trabalho e de renda, as famílias ficam expostas às mazelas sociais (miséria, pobreza, fome, desnutrição, violência, exclusão e marginalização). Ignorando as intrínsecas relações entre as políticas econômicas e as sociais, a atual gestão não desenvolveu políticas públicas verdadeiramente emancipadoras e que construíssem a autonomia dos cidadãos. Isso pode ser exemplificado pela pífia oferta de vagas em cursos técnicos e de formação profissional para os jovens alagoanos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), um amplo e esmiuçado diagnóstico da situação do emprego e do desemprego em todo o Brasil, com nível de desagregação por Unidade da Federação. Em resumo, a situação do emprego, mas recentemente pesquisada pelo IBGE por meio de sua pesquisa está assim caracterizada:

A taxa de desemprego foi considerada estatisticamente estável em 26 dos 27 Estados do Brasil entre o quarto trimestre de 2021 para o primeiro trimestre de 2022.

Em Alagoas, o desemprego ficou em 14,2%. A única queda considerada significativa (que supera o intervalo estatístico, segundo o IBGE) ocorreu no Amapá (-3,3 pontos percentuais); ficando em 17,5%.

No primeiro trimestre, as maiores taxas de desocupação foram as da Bahia (17,6%) Rio de Janeiro (14,9%). Os menores resultados foram registrados em Santa Catarina (4,5%); Mato Grosso do Sul (6,5%). Na média nacional, a taxa de desemprego foi de 11,1% no primeiro trimestre, mesma de 2021.

O conceito de desocupação utilizado pelo IBGE na tabulação de seus resultados de pesquisa é o seguinte: “Desocupados: chamamos de desocupadas (popularmente

conhecidas como desempregadas) as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem” (IBGE) No primeiro trimestre de 2022, o número de desocupados em Alagoas foi algo em torno de 189 mil pessoas. (IBGE - PNAD contínua)

Em nosso governo, vou melhorar a realidade do ensino técnico em Alagoas, pois acredito que assim contribuiremos de forma séria para aumentar as oportunidades para o povo do nosso estado.

Fonte: IBGE/PNAD Contínua <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> - consulta em 17/06/2022

Neste contexto, políticas públicas de emprego e renda são de vital importância para reduzir o quadro de pobreza e de vulnerabilidade que afetam parcelas significativas da população de Alagoas.

Neste contexto, reafirmo que a ampliação do ensino técnico e oportunidades de ampliação de qualificação profissional são estratégias e estruturantes. Devem ser ineridas no conjunto amplo de iniciativas voltadas à juventude de nosso estado.

O IBGE estima que a população de 15 a 29 anos de Alagoas alcança, hoje, mais de 800 mil habitantes. Este grupo etário geralmente é mais afetado pelo desemprego. Em geral, os empregadores são reticentes em oferecer oportunidades a quem não tem experiência. Ademais, são muitos os jovens que não completaram a educação média, ou a completaram sem a qualidade mínima que poderia ampliar suas oportunidades de melhor inserção no mundo do trabalho.

Em meu governo vou desenvolver uma série de políticas, como mais qualidade da educação básica, mais e melhor ensino técnico, que irão contribuir para inclusão de nossa juventude no segmento produtivo. Ademais, também iremos buscar agir em projetos mais específicos, como apoio ao empreendedorismo, cultura e esporte voltados a esse segmento de nosso povo. Nesse contexto, menciono o investimento em Projetos como: Juventude Empreendedora e criação da Escola da Juventude, que irá se tornar uma referência na qualificação de jovens empreendedores na área de alimentação e outros assuntos. São iniciativas que além da qualificação profissional e inserção dos jovens no

mercado de trabalho formal, estimulam os participantes na formação empreendedora e orienta para criação de pequenos negócios geradores de renda.

No meu governo vamos trabalhar na identificação, promoção e no apoio aos empreendimentos e às iniciativas da chamada economia criativa, da tecnologia da informação, dos novos materiais e novas tecnologias, dentre outros, de forma a criar um ambiente inovador amigável, em especial para a juventude empreendedora, contribuindo para ampliar as oportunidades de geração de emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza em Alagoas.

Essa visão que aqui exponho está alinhada a uma percepção de política de assistência social que foi reformulada em termos teóricos e práticos nos últimos anos. Isto significa que a arcaica visão assistencialista deve ser abandonada pelos gestores. Neste novo contexto, não basta fornecer atenção e suporte material para a população carente, se faz oportuna a efetiva proteção das famílias, a garantia dos benefícios sociais e de oportunidades de trabalho e renda.

Ao conceber a proteção social como uma política capaz de enfrentar a pobreza, exige-se que as instituições e seus trabalhadores operacionalizem ações para além de mera aplicação financeira. Nesse sentido, a política de assistência social se posiciona como estratégica para instituir uma rede protetiva de combate à pobreza, além de procurar corrigir injustiças e prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais, contribuindo para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população pobre.

As ações deverão manter um constante esforço de proximidade e relacionamento com as demais políticas sociais e com a política econômica. É triste constatar que os espaços de acolhimento de indivíduos e grupos sociais em situação de risco (abrigos, albergues) são estigmatizantes e avultam o sofrimento do ser humano. Estes lugares, do modo como estão sendo administrados, não conseguem criar perspectivas para a população carente e nem fornece as ferramentas para a emancipação das pessoas.

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão para esta política pública. O SUAS determina as funções das três esferas de Governo na execução da política pública, estruturando a assistência social para garantir



as seguintes dimensões, que servirão, sem dúvida, de parâmetro para estruturar a área no nosso governo:

**De acolhida:** provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a permanência de indivíduos e famílias, em períodos de curta, média e longa permanência;

**De renda:** operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho;

**De convívio ou vivência familiar, comunitária e social:** através da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retomada de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais;

**De desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social:** pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais;

**Apoio e auxílio:** pela garantia de sobrevivência das famílias e indivíduos em situações de riscos circunstanciais, emergenciais e temporárias. As ações de proteção social são organizadas em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 6º).

**A proteção social básica:** atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. A unidade de referência para oferta de seus serviços, programas, projetos e benefícios é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).



## COMPROMISSOS



### **Na proteção social**

**Acolhimento, respeito, direitos humanos assegurados**

O objetivo estratégico das iniciativas de combate à pobreza e assistência social é reduzir a vulnerabilidade e o risco pessoal, familiar, comunitário e social.

Neste sentido, tem-se como de grande relevância ações no campo da qualificação para o trabalho entre os beneficiários de transferência de renda de modo a ampliar suas capacidades para inserção econômica e ampliação do apoio técnico e financeiro aos municípios alagoanos, qualificando-os na gestão e oferta dos serviços à população em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, notadamente à população em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes.

Este conjunto de diretrizes irão nortear a criação de programas, o detalhamento de ações voltadas à efetivação de propostas e dos seguintes compromissos:

**1.** Propostas de políticas transversais Combate ao trabalho infantil e incentivo aos conselhos municipais de Assistência - políticas de proteção, assistência, fiscalização, captação de recursos, direitos humanos:

- Implementar o combate ao trabalho infantil em parceria com outros órgãos, tais como, delegacia do trabalho, tribunal de justiça
- Incentivo à implantação ou efetivação de conselhos de assistência social no intuito de estruturar a assistência no âmbito municipal e se habilitar à captação de recursos federais

**2.** Propostas de políticas transversais Ampliação da Rede de Assistência para o estado: Segurança Pública, Assistência, Acolhimento, Proteção:

- Ampliar a rede de proteção, acolhimento, assistência e saúde para população em situação de vulnerabilidade
- Ampliar a rede de assistência para: a) Casa da Mulher Brasileira e b) Casas de Passagem para Mulheres

**3.** Criação do Centro de Humanização e Ressocialização (PORTA ABERTA): trabalho, capacitação, remuneração, ressocialização

- O projeto tem por objetivo criar um modelo prisional mais humanizado e ressocializados. A exemplo do estado de Santa Catarina, pretende-se a associação junto a uma empresa privada para a implantação de um sistema de trabalho para os detentos.
- O modelo prevê o pagamento ao detento, que pode ser particionado, tal qual em SC, sendo: 50% depositado numa poupança, 25% entregue ao detento e 25% a cargo da instituição pública prisional para seu custeio.
- O modelo prevê, segundo legislação pertinente, a possibilidade de diminuição da pena;
- A proposta é que o projeto piloto seja com as mulheres encarceradas em Alagoas.

**4.** Programa Trabalho para todos visa criar postos de trabalho com carteira assinada especificamente às pessoas vulneráveis na sociedade (pessoas cadastradas no CADUN, em situação de rua, desvalidos etc.);

- O programa incentivará que toda empresa (seja ela de porte grande, média ou pequena) contrate essas pessoas para suprir os seus postos de trabalho abertos recebendo em troca créditos no ICMS;
- A projeção inicial é de incremento de um percentual do estoque atual de empregos no estado

## **5.** PROGRAMA AUXÍLIO ALAGOAS

Objetivo: a) Cidadãos em situação de pobreza e extrema pobreza com crianças matriculadas na escola e cartão de vacina atualizado. b) Apoio para o empreendedor: novos empreendedores receberão um valor extra por seis meses como apoio para abertura de negócios; c) mais segurança: quem acabou de ter a carteira assinada continua recebendo. A perspectiva de aumentar e melhorar a proteção social em nosso estado nos move a propor a ampliação dos benefícios à família em situação de vulnerabilidade, que terá como foco os seguintes segmentos: assentados, idosos e ou deficientes e com crianças de 0 a seis. Incorpora-se, aqui, os benefícios do Cria e se ampliam significativamente a margem de cobertura para os mais vulneráveis.

- Visa ampliar recursos às famílias com idosos com mais de 65 anos, com casos de cegueira, Síndrome de Down, PCD, deficiência mental e intelectual, transtorno ou doença mental, transtorno do espectro autista e trabalho temporário no meio rural;
- Com a proposta, seria criado um programa de atendimento amplo, atendendo públicos não observados atualmente e que incluiria o CRIA dentro de um rol de benefícios;

## **6.** AMPLIAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS VOLTADOS ÀS MULHERES

- Fortalecer as políticas voltadas para as mulheres por meio da implementação e aperfeiçoamento do Plano de Políticas para as Mulheres, construído pelas mulheres de todo o Estado de Alagoas, com orçamento, programas, projetos e ações intersetoriais para atender às mulheres de todas as idades em suas dimensões e diversidades: às trabalhadoras dos campos e das cidades de todo o Estado de Alagoas em especial as indígenas, às negras e quilombolas.
- Investir na implantação de delegacias para mulheres de forma regionalizado , buscando o funcionamento 24h por dia.

- Construir política de aluguel social para as mulheres vítimas de violência.
- Ampliar o programa CRIA de segurança alimentar para gestantes e nutrisse.
- Ampliar, de forma consorciada com os municípios, o acesso a creches no estado de Alagoas, em particular às famílias inscritas no CAD ÚNICO.
- Investir para a instalação de Salas Lilás em hospitais da rede estadual de saúde.
- Investir nas equipes de Segurança Pública destinadas às vulnerabilidades de violência contra a mulher (Maria da Penha) no estado de Alagoas de forma regionalizada.
- Fortalecer o Conselho Estadual da Mulher.

## DIREITOS HUMANOS

### Corrigir desigualdades sociais e efetivar direitos fundamentais

A concentração da renda é um fato que depõe contra a justiça social. O trabalho, que é fundamental para a produção de riquezas, é uma construção coletiva e todos que para ele contribuem devem aferir uma renda suficiente para atender às necessidades e às expectativas de sua família. O estado deve criar mecanismos que possam facilitar o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho e que possam capacitá-lo para que consiga melhores oportunidades e remuneração.

Uma população despreparada para assumir postos de trabalho não terá muito a contribuir no processo de desenvolvimento social e econômico e, desta forma, cria-se a sensação de exclusão social. O primeiro passo para a inclusão social, vinculado ao enfrentamento das contradições sociais, é ter política pública direcionada à qualificação



do trabalhador e a sua inserção no mercado de trabalho. O segundo passo consiste em adotar estratégias diferenciadas para proteção e reinserção de indivíduos e dos grupos vulneráveis. A ressocialização dos reeducandos se coloca como iniciativa de grande valia e será uma das ações a que daremos ênfase.



Além de trabalho e renda, justiça e inclusão social também sugere efetividade dos direitos e garantias fundamentais. Ao nosso ver, o estado deve cumprir a Constituição Federal e garantir cidadania a todos. Indivíduos e coletividade(s) possuem direitos e demandas próprias, o estado deve ter centros de atenção e apoio especializados de modo a cumprir a sua função. Nossa intenção é construir redes de serviços públicos essenciais, estes vinculados aos direitos fundamentais, como exposto a seguir:

- Qualificação do trabalhador.
- Proteção da família (violência doméstica, abandono familiar, entorpecentes).
- Afirmação da cidadania e combate ao preconceito em todas as suas formas.
- Fortalecimento da dignidade humana (profissionais do sexo, infratores da lei, moradores de rua).

A violência é um problema sério e que assola a sociedade brasileira desde seus primórdios. Um dos tipos de violência que, infelizmente, persiste ao longo da história é a violência contra a mulher. Esse tipo específico de violência se revela uma prática enraizada e de difícil combate, por diversas razões como, por exemplo: a) vergonha por parte das vítimas; b) heranças culturais; c) dependência da vítima em relação ao egresso, dentre outras.

Uma ferramenta para mudar essa realidade é a implementação de políticas públicas com foco ao combate desse tipo de violência.

Todas as políticas públicas mencionadas estão de acordo com a ideia de um estado justo e humano, que respeita e protege a população, e sabemos o que deve ser feito para efetivar em nosso estado uma gestão eficiente. Ainda como política e diretrizes importantes, cumpre mencionar o que se segue.

## COMPROMISSOS



### **Assegurar que os direitos sejam respeitados**

- Capacitar mão de obra e facilitar o acesso ao mercado de trabalho de indivíduos e grupos em situação de risco ou vulnerabilidade social.
- Desenvolver programas e ações que busquem a revitalização de espaços destinados à assistência e à inclusão social.
- Fornecer estrutura e apoiar ambientes de intercâmbios sociais, culturais e econômicos.
- Prestar serviços públicos de qualidade necessários à cidadania (registro civil e demais documentações).
- Facilitar o acesso à Justiça por meio da atuação das instituições públicas que atuam na área de segurança pública e de assistência social.

- Fortalecer políticas públicas em direitos humanos e implementar ações afirmativas que contemplem temas de suma relevância: gênero; infância e juventude; velhice; deficiência; questão étnica e racial.
- Fortalecer projetos de inserção dos reeducandos por meio de parcerias com a iniciativa privada.
- Promover ações de reconhecimento e empoderamento de mulheres chefes de família, líderes comunitárias, entre outras, com atuação política.
- Garantir a implementação da transversalidade de gênero nas políticas públicas estaduais e incentivar nos municípios.
- Garantir os direitos das mulheres à educação de qualidade, à saúde, à moradia, ao trabalho, à geração de renda, ao lazer e aos demais serviços públicos.
- Fomentar a capacitação dos profissionais dos diversos segmentos em questões de gênero, de forma a promover a igualdade e a humanização nos atendimentos.
- Estimular a participação das mulheres na formulação, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos do estado nas questões de gênero.
- Acompanhar os indicadores sociais com todos os recortes de gênero, revisando as estratégias conforme as necessidades constatadas.
- Ampliar o número de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.



# HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

## **SITUAÇÃO ATUAL**

Insuficiência e inadequação da produção habitacional



O conceito de habitação do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos/ HABITAT se reporta ao conjunto das condições voltadas a oferecer ao cidadão vida digna e com qualidade. Desse modo, falar de habitação hoje significa tratar da oferta de moradia em espaço adequado, com acessibilidade física, segurança, garantia da posse, estabilidade estrutural e durabilidade, iluminação e ventilação adequados, infraestrutura básica apropriada, contendo equipamentos de água, esgoto e coleta de lixo, qualidade ambiental e fatores que respeitem as condições de saúde das pessoas que utilizam estes espaços, tudo isso próximo ao trabalho, a equipamentos públicos e a custos acessíveis.

A provisão de habitação de interesse social, no Brasil, atende a um ordenamento legal nacional e que deve ter em cada Unidade da Federação (estados e municípios) a elaboração de planos de ação para enfrentar os maiores problemas do setor, especialmente o denominado déficit habitacional.

**Déficit habitacional é um conceito que tem dado sustentação aos indicadores que buscam estimar a falta (déficit) de habitações e/ou existência de habitações em condições inadequadas como noção mais ampla de necessidades habitacionais. Déficit e inadequação habitacionais podem ser entendidos como a “falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo” e que, por algum motivo, não fornece.**

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil: 2016 - 2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.

Neste sentido, a Política Nacional de Habitação tem como objetivos:

- a)** Universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação, levando-se em conta a disponibilidade de recursos



existentes no sistema, a capacidade operacional do setor produtivo e da construção, e dos agentes envolvidos na implementação da PNH;

- b)** Promover a urbanização, a regularização e a inserção dos assentamentos precários à cidade;
- c)** Fortalecer o papel do estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados;
- d)** Tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH;
- e)** Democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis;
- f)** Ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional;
- g)** Incentivar a geração de empregos e renda dinamizando a economia, apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão de obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e equipamentos e contribuir com parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB).

Nesse contexto, a política de habitação em Alagoas, nos últimos anos, revelou-se insuficiente. As iniciativas para enfrentamento das necessidades habitacionais da população são ações incompletas diante da realidade e complexidade que a questão atinge nas áreas urbana e rural. O que é oferecido à população são as casas e os apartamentos, construídos em modelos que se repetem em todo o país, sem atender aos padrões familiares, culturais ou climáticos do estado.

O que a gestão atual trata como política habitacional é precário, pois não oferece o principal: a integração da oferta de serviços públicos essenciais às famílias beneficiárias aos equipamentos urbanos (creches, escolas, postos de saúde, entre outros), tampouco há oferta de transporte público que viabilize o acesso a esses equipamentos. Ademais, as intervenções são pontuais e desconectadas nas distintas esferas de governo, voltadas unicamente à oferta de novas moradias, o que proporciona resultados de questionável eficácia.

O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), pela Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas foi lançado em 2011, já apontava que há consideráveis necessidades

habitacionais não satisfeitas e que os problemas são mais visíveis nas cidades, mas podem ser percebidos igualmente nas áreas rurais. Naquela ocasião foi publicado que o déficit habitacional no estado era de 109 mil unidades.

É urgente a elaboração de um novo plano de habitação social para Alagoas para um horizonte de dez anos, com ampla participação dos diversos segmentos da sociedade, com planejamento urbano e visão de futuro.

Estes segmentos devem ser atendidos igualmente, pois constituem forte fator de exclusão social e de segregação espacial da população de menor poder aquisitivo, refém das políticas governamentais e sem condições de acessar os financiamentos habitacionais ofertados pelos bancos. O quadro a seguir contém o resumo das carências de habitação no estado de Alagoas, conforme estimativa da Fundação João Pinheiro, órgão de pesquisa habitualmente contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que sucedeu ao Ministério das Cidades, para projetar as necessidades de habitação social no Brasil.

Considerando o déficit habitacional relativo (como proporção do total de domicílios do estado), Alagoas apresentava em 2016 um percentual de 10,0%, ocupando a 18ª posição.

Em 2019 a posição relativa do Estado caiu um pouco, ficando na 22ª posição com 11%. (ATLAS/PNUD).

Para reduzir o déficit habitacional é necessário ter um planejamento de longo prazo com destinação de recursos com previsibilidade. Só assim é possível assegurar que o percentual caia de forma sustentável.

As carências de habitação social em Alagoas, considerando o ponto de partida da estimativa do déficit assumido pelo Plano Estadual de Habitação de Alagoas de 2011, indicava as necessidades de construção e/ou melhoria de 109.000 unidades. O referido plano apontou essas inúmeras carências, que estão presentes nas diversas configurações de assentamentos precários, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos e cortiços. Esse déficit, em sua dimensão qualitativa, representa sérios problemas de saúde pública, pois não promove tratamento e destinação final do esgoto doméstico e dos resíduos sólidos.

Em 2019, a Fundação João Pinheiro atualizou os estudos de déficit habitacional para todo o Brasil (estados e regiões metropolitanas). Acima foram explicitados os dados relativos. Em termos absolutos, o déficit em Alagoas, nesta última medição, era de 126.594 unidades habitacionais novas ou melhoradas/adequadas. Portanto, entre 2016 e 2019 houve um aumento de 1 p.p no déficit relativo e um aumento em termos absolutos, que aliás pouco foi, de fato reduzido, entre os anos de lançamento do plano e o ano da informação mais recentemente divulgada.

De todo modo, considero que as necessidades de atuação do estado no campo habitacional são muitas. O ponto de partida quantitativo das necessidades é, seguramente, próximo a 130 mil unidades a serem construídas ou melhoradas. A construção de novas unidades é apenas uma das ações a serem desencadeadas, uma vez que o déficit habitacional é dimensionado a partir das seguintes categorias:

- I.** Domicílios precários: são domicílios improvisados e rústicos, inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco;
- II.** Coabitação familiar: quando famílias convivem em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo;
- III.** Ônus excessivo: quando famílias com renda de até 3 salários-mínimos dispendem valor igual ou superior da renda familiar com aluguel;
- IV.** Adensamento excessivo de domicílios alugados: quando o adensamento por dormitório é maior que três moradores.

Por sua vez, os componentes da inadequação domiciliar são classificados em:

- a)** Domicílios carentes de serviço de infraestrutura;
- b)** Domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva;
- c)** Adensamento excessivo em domicílios próprios.

Face ao que foi descrito, observa-se que a política de habitação praticada em Alagoas tem sido insuficiente por desconsiderar as diferentes dimensões da questão habitacional da qual hoje se trata e, ademais, não se origina em um processo de planejamento coordenado pelos órgãos estaduais. Não mantém uma fonte garantida de recursos estaduais que viabilizem o planejamento a longo prazo e voltado a todas as dimensões que envolvem a questão habitacional.

O estado de Alagoas abriga um fantástico patrimônio natural que deve ser preservado. O grande desafio é conciliar o desenvolvimento econômico e a urbanização com o compromisso de proteger e valorizar o meio ambiente.

Produzir habitação é produzir cidade. A habitação é um conjunto de bens e serviços necessários para o bem-estar e o desenvolvimento humano. Assim, a construção de habitações deve estar articulada à oferta regular de água potável, coleta e tratamento de esgoto, energia elétrica e iluminação pública, transporte e mobilidade urbana, sistema de drenagem pluvial, coleta e tratamento de resíduos sólidos, saúde pública e educação.

Há que se ter o compromisso em respeitar tipologias consagradas pela prática local de forma a garantir a preservação de costumes e hábitos, preservar, tanto quanto for possível e adequado, o modo alagoano de morar. É o patrimônio arquitetônico e cultural que guarda e registra a história local e na produção das cidades, especialmente na produção de moradias, este patrimônio deve ser preservado, valorizado e incorporado às novas soluções.

O compromisso com o planejamento deve ser praticado e incentivado. Falta integração entre os diferentes órgãos públicos que têm como atribuição estruturar as cidades para ter condições para a produção habitacional.

Vou priorizar urgentemente o investimento no saneamento das cidades, especialmente na oferta de solução para a coleta e tratamento de esgoto. O Governo deve eliminar todas as situações de risco e trabalhar na regularização fundiária e urbanística dos assentamentos precários.

É igualmente importante a oferta regular de habitações de interesse social, antecipando-se a ocupações espontâneas e respondendo a novas demandas decorrentes do processo de industrialização, produzindo moradias para abrigar a população que será atraída pelo novo dinamismo econômico do estado. As ocupações não asseguram dignidade às pessoas, antes pelo contrário, retira dignidade.

Vou recuperar o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, que está esvaziado, e fortalecer o Conselho Gestor destes recursos, que está sem função, pois não ocupa seu

espaço de debate e de tomada de decisões. É necessário reconstruir o funcionamento deste sistema, que muito pode auxiliar na execução da política habitacional.

É importante que se invista na qualificação do quadro técnico permanente do estado; respeitar a atuação do movimento popular em Alagoas que historicamente tem importância na política habitacional local; e na criação de canais de comunicação e informação à população, garantindo a transparência da Administração Pública.

A política aplicada até então atende a interesses diversos que tutelam a produção habitacional, extraindo dos futuros usuários o direito de participação na escolha dos terrenos, sua localização, a definição do tamanho dos cômodos e os padrões construtivos e arquitetônicos mais adequados ao perfil de nossas famílias e ao contexto cultural, resultando em moradias que sofrem constantes alterações em sua estrutura física, sem assistência técnica, o que coloca em risco as condições de segurança daqueles que as habitam.

A regularização fundiária urbana e rural tem sido reconhecida como uma das atividades mais importantes para garantir o direito à moradia, ao trabalho e à renda no campo e na cidade, além de reduzir a exploração extrativista da terra, viabilizando e priorizando os investimentos sustentáveis de médio e longo prazo.

O diagnóstico predominante indica que é premente a qualificação administrativa das atividades de cadastro georreferenciado das áreas rural e urbana, com a consequente regularização fundiária das áreas rurais e a regularização urbanística e fundiária das áreas urbanas. Por esse motivo é indispensável dar andamento aos processos existentes, garantindo os recursos tecnológicos necessários para permitir as referidas titulações, sanando as dúvidas pendentes. É importante que se garanta o apoio e o fomento à regularização urbanística e fundiária das áreas urbanas.

Nossa visão defende que o diagnóstico é um componente essencial do planejamento e tem no cadastro rural e urbano o instrumento primordial para obtenção de informações precisas. Essa concepção terá que se iniciar a partir da visão da necessidade da elaboração de um cadastro multifinalitário e único das áreas rurais e urbanas, no qual a produção das informações constituirá atividade permanente de planejamento e gestão do



território, integrada a todas as áreas do governo, garantindo transparência e publicidade às suas ações.



# COMPROMISSOS



## Na habitação de interesse social

- Atuação prioritária no provimento da habitação de interesse social, buscando reduzir o déficit habitacional e a inadequação domiciliar;
- Instituição do conceito de moradia digna como o conjunto de meios que viabilizem o abrigo, a convivência familiar, a relação comunitária e a inserção urbanística sustentável;
- A produção de unidades habitacionais de interesse social de qualidade, classificadas no conceito de moradia digna;
- O cofinanciamento para produção, para melhoria e para regularização de habitação de interesse social;
- Promoção da intersetorialidade na aplicação da política habitacional de interesse social, envolvendo as demais políticas públicas;
- Incentivo ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias construtivas nos projetos de habitação de interesse social;
- Criar mecanismos de apoio aos municípios na instituição e execução de programas de melhorias habitacionais e equipamentos urbanos;
- Promover ações de regularização fundiária do estoque de imóveis produzidos pelo Governo do estado.
- O Governo Estadual deve criar as condições técnicas, financeiras e operacionais para a execução da política habitacional estadual, de forma a reduzir o déficit habitacional e a atender demanda das famílias de baixa renda no estado de Alagoas;
- Planejar e orientar as ações do setor habitacional de modo a eliminar as construções insalubres ou inseguras de áreas urbanas;
- Estabelecer parâmetros para construção de habitação popular garantindo padrões adequados de habitabilidade, dotadas de obras de infraestrutura, que assegurem a seus moradores condições de salubridade e higiene compatíveis, de forma a garantir o acesso das famílias de pequena capacidade de pagamento;
- Integrar à política de habitação às demais políticas urbanas;
- Oferecer habitações de qualidade e com infraestrutura adequada à população da área rural;

- Atuar em parceria com os municípios no processo de monitoramento da política de habitação;
- Criar programas voltados à requalificação de imóveis deteriorados;
- Promover parcerias com entidades e movimentos sociais que atuem na área de habitação;
- Adotar cadastro único e atualizado de candidatos e beneficiários de programas habitacionais;
- Promover a regularização fundiária combinada com a oferta de serviços sociais, especialmente nas periferias urbanas e no campo;
- Adotar métodos e técnicas modernas de levantamento de dados sobre a estrutura fundiária no estado;
- Fortalecer os mecanismos de participação e consulta popular em áreas de conflitos fundiário;
- Descentralizar serviços na esfera administrativa e manter cadastro atualizado e acessível para consulta e melhor atendimento ao cidadão;
- Estabelecer procedimentos diferenciados para os processos de regularização fundiária em áreas de fronteira, de quilombolas, de extrativismo vegetal e de outras que configuram processos especiais;
- Promover a transparência na gestão das informações e nos procedimentos de regularização;
- Implementar estratégia específica de regularização fundiária na região de fronteira do estado.



# ESPORTE E LAZER

## SITUAÇÃO ATUAL

Insuficiência de políticas públicas e de compromisso social

O crescimento demográfico de Alagoas sinaliza que somos mais de 3.000.000 de habitantes, aproximadamente 90% vivendo nas cidades. Esta numerosa população precisa de opções de lazer, esporte e entretenimento, atividades essenciais ao desenvolvimento integral da pessoa humana e ao bom convívio social. Em verdade, as práticas recreativas e desportivas são fundamentais para redução de problemas sociais e formação de capital humano e ademais contribui decisivamente para a saúde mental e física das pessoas, em todas as faixas etárias.

Nosso estado, em razão dos aspectos territorial, ambiental e populacional, possui boas perspectivas para ampliação da cidadania por meio das áreas mencionadas. Temos que investir na inclusão social. No entanto, notamos, com preocupação, que as pastas especializadas não conduzem a política pública setorial com afinco. Os programas e ações não possuem a necessária articulação institucional.





Em resumo, existem apenas iniciativas esparsas, baseadas em projetos pontuais, que não produzem efeitos sociais concretos. Construir uma sociedade baseada na justa retribuição aos seus membros envolve medidas e ações governamentais relativamente simples, mas bem planejadas e estruturadas no âmbito das demais políticas de governo.

## COMPROMISSOS



### No esporte e lazer

Engajamento do Estado e fortalecimento da cidadania

A iniciativa privada oferece produtos e serviços que proporcionam opções diversificadas de esporte e lazer para uma camada da população que possui recursos financeiros. Contudo, as classes sociais menos favorecidas dificilmente podem acessar esta parcela do mercado sem comprometer a renda familiar. Desse modo, cabe ao Estado estimular as atividades recreativas e desportivas, tanto amadoras quanto profissionais. Agindo assim, o poder público contribui para o desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais da população e para o bem-estar social. Destarte, investir em ações que viabilizam um modo de vida mais saudável da população, contribuindo positivamente com as áreas de saúde, educação e segurança.

Acredito firmemente que o esporte é um instrumento de inclusão social, assim como o entretenimento. As ações nesta direção são importantes para manter as crianças, os adolescentes e os jovens na escola e fora de situações de risco, longe das drogas. Elas também contribuem para melhorar a qualidade de vida, sobretudo de deficientes e de idosos; para proporcionar trabalho e renda aos atletas amadores e profissionais; para diversão e entretenimento para toda a população, ao mesmo tempo em que a reunião dos diferentes grupos viabiliza a interação e fortalece o respeito mútuo, características de uma sociedade pluralista.

As ações nas áreas de esporte e lazer devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local. No meu governo pretendo ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo do esporte e lazer capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida. Neste contexto, a proposta reafirma um conjunto de valores que tem em sua essência a disciplina, a autoridade, o diálogo, a cooperação, a participação social, a conscientização para que haja uma apropriação crítica e reflexiva em relação ao contexto social em que se vive, reconstruindo identidades culturais.

Alagoas pode se inserir nacionalmente com projetos de relevância na área esportiva. Na área de lazer, esporte e entretenimento, o estado deve ser parceiro dos segmentos que atuam no setor para que tenhamos uma sociedade dinâmica e de bem com a vida. Destacam-se iniciativas como:

- Implantei na minha gestão como Prefeito de Maceió o projeto Acessibilidade à Praia. Vou retomar essa iniciativa e levá-la a toda a orla do nosso estado.
- Reformular programas e assegurar ações governamentais que incentivem práticas recreativas e desportivas contribuindo com um estilo de vida mais saudável da população;
- Apoiar projetos e investir em eventos de promoção do lazer, desporto e diversão.
- Desenvolver iniciativas que ampliem a participação de grupos vulneráveis (menores, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais, indígenas e outros) em atividades de lazer e esporte;
- Formar e qualificar profissionais no setor, sobretudo apoiar financeiramente atletas amadores e profissionais;
- Incentivar clubes, equipes e atletas de alto rendimento;
- Ampliar e melhorar os ambientes de treinamento e de integração social voltados às práticas desportivas;
- Estimular atividades de lazer, culturais e de entretenimento voltadas aos jovens e crianças;
- Construir em Alagoas centros de formação de atletas regionalmente distribuídos no interior do estado, atendendo aos diferentes polos regionais;
- Incentivar a prática esportiva nas escolas estaduais recuperando os equipamentos existentes, construindo novos, capacitando e incentivando os professores de educação física e incentivando e fomentando competições esportivas educacionais em todo o Estado;
- Ampliar, recuperar e qualificar os equipamentos de lazer do Poder Público Estadual;
- Promoção do esporte para qualidade de vida dos alagoanos, com programas integrados de saúde, segurança pública, meio ambiente e educação, por meio de parcerias com setor privado e sociedade civil.



Fotografia:  
Wesley Menegari

# CULTURA

## SITUAÇÃO ATUAL

Rico potencial cultural não aproveitado do ponto de vista social e econômico

O estado de Alagoas tem, além de uma rica biodiversidade e bens naturais, uma vasta diversidade cultural e patrimonial. Estas são formas de riqueza que o povo alagoano pode e muito delas se beneficiar. A ideia de riqueza pressupõe o valor econômico e social que a cultura possui, então, não há nenhum motivo para que os setores econômicos, a classe artística, a população e o próprio estado não se beneficiem disso. É lamentável que a atual gestão esteja cortando recursos na área e prejudicando segmentos econômicos, profissionais e populares importantes. Resultado disso é a insuficiente exploração do setor, que, por sua vez, produz consequências muito indesejáveis, prejudicando o potencial de geração de emprego e de recursos financeiros; e a redução das atividades e práticas culturais.

Tenho uma preocupação com a perda de valores e tradições culturais, pois acho que as consequências dessas perdas não são nada salutares para o povo alagoano. Ora, se o estado não apoia iniciativas e projetos na área, se as manifestações tradicionais e os artistas têm dificuldades para ocorrer e o seu trabalho é prejudicado, em razão da falta de estruturas e condições adequadas, perderemos o valor e a ressignificação da cultura. Neste sentido, perdem todos os alagoanos. A cultura, lamentavelmente, é vista como atividade complementar, de menor importância, sem nenhuma prioridade dentro da atual gestão, o que é inconcebível. Portanto, não há planejamento estratégico nem integração de políticas públicas (programas e ações); o setor amarga a falta de investimentos e de apoio do estado.

## COMPROMISSOS



### **Planejamento e desenvolvimento econômico e social apoiado nas atividades e práticas culturais**

A cultura é um complexo de símbolos, valores, práticas, instituições e de pessoas que tem dimensão social e econômica. Ela compreende, necessariamente, as representações sociais, as iniciativas do capital privado e as ações do poder público, desta forma, sendo tema transversal e de interesse público-privado, é imprescindível o planejamento cultural, o estabelecimento de diretrizes, de instituições e de atividades culturais em todo o estado.

Este envolvimento multissetorial proporcionará a efetividade das políticas públicas e a valorização do patrimônio cultural do estado de Alagoas. No âmbito da Administração Pública, a priorização da cultura contará com ferramentas de educação, comunicação e democratização das atividades, de forma que toda pessoa tenha acesso ao bem e ao saber cultural.

Pretende-se dar visibilidade e força a uma nova visão da cultura, que seja mais profissionalizada e qualificada, dimensões que devem envolver todo o setor cultural do estado. Uma estratégia crucial é ampliar a participação do setor cultural na sociedade e na economia de Alagoas, por meio do reenquadramento da cultura na agenda pública, assumindo, de forma consequente e responsável, a conservação do patrimônio e da diversidade cultural, estruturado a partir de princípios e práticas sustentáveis. Nosso foco de atuação é fortalecer a cultura e promover uma rede sustentável de atividades, práticas e serviços culturais, dando visibilidade ao setor na economia estadual.

**1.** Incentivo e Arena Cultura - Espaço multifuncional de desenvolvimento da cultura - Espaço, incentivo, eventos, sustentabilidade:

- a) Criar um equipamento público de cultura para o desenvolvimento de diversos segmentos da cultura, e que ofereça um centro de atração para eventos, capacitação e empreendedorismo
- b) Trata-se da ARENA CULTURAL DE ALAGOAS, um espaço que comporte a Secretaria de Cultura, o Centro de capacitação cultural, o Museu da Cultura Alagoana e um ambiente extenso multifuncional para eventos.
- c) Além disso, propõe-se levar os programas incubados nesse evento de forma itinerante para diversas regiões do estado: as “caravanas da cultura”.
- d) O incentivo ao setor cultural passará pela criação e o fortalecimento dos seguintes instrumentos:
  - Conselho Estadual de Cultura
  - Plano Estadual de Cultura
  - Fundo Estadual de Cultura

**2.** Elaborar o Plano Estadual de Cultura com ampla participação de todos os segmentos envolvidos, principalmente artistas, empreendedores, promotores culturais, dentre outros;

**3.** Implantar o Circuito Cultural Alagoano (caravanas da cultura) em parceria com as Prefeituras, com foco na visibilidade de diferentes manifestações culturais, com



valorização da cultura de Alagoas. O Circuito deverá ser uma forma perene de propagação da cultura do Estado;

- 4.** Implantar um modelo transparente e dinâmico de planejamento e de gestão cultural;
- 5.** Assegurar ampla participação social e técnica nas políticas públicas e na gestão cultural;
- 6.** Implementar estrutura especializada no desenvolvimento da cultura no estado;
- 7.** Investir e desenvolver programas, projetos e ações sustentáveis no setor cultural;
- 8.** Operacionalizar os sistemas de financiamento e de gerenciamento de projetos culturais;
- 9.** Promover parcerias com municipalidades, segmentos e demais atores sociais para realização de projetos e eventos;
- 10.** Valorizar iniciativas culturais de povos e comunidades tradicionais, bem como a diversidade cultural em Alagoas;
- 11.** Agregar valor e conhecimento aos produtos e serviços culturais;
- 12.** Ampliar os benefícios econômicos e sociais decorrentes do setor cultural no estado;
- 13.** Democratizar o acesso ao patrimônio cultural alagoano a partir de políticas educativas e afirmativas;
- 14.** Estimular pesquisas e ações relacionadas à economia criativa;
- 15.** Aprimorar a legislação estadual para o incentivo à cultura;
- 16.** Elaborar editais objetivos e descentralizados da capital, que atendam a todos os municípios de forma justa e eficiente. Assegurar uma distribuição mais ampla dos recursos para todos os segmentos da cultura. Capacitar os gestores e as associações que captam recursos para uma eventual vigência da Lei Aldir Blanc.
- 17.** Valorizar da cultura audiovisual;
- 18.** Incluir critérios claros nos editais atuais, falta de COTAS nos editais. Capacitação dos profissionais do audiovisual em Arapiraca e interior;
- 19.** Incluir a diversidade e quilombolas, dar meios para que essa parcela possa fazer parte da cultura a nível municipal e estadual (ajuda na captação de recursos);
- 20.** Promover o fomento de feiras culturais;

- 21.** Maior incentivo na produção dos livros, fomentar/subsidiar a produção junto as gráficas.
- 22.** Apoiar as rádios comunitárias por meio de editais de projetos e ações.
- 23.** valorizar os artistas locais, nos municípios de todo estado.
- 24.** fortalecer a rede alagoana de pontos de cultura em todo o estado e investir na implantação de pontos de cultura nas escolas estaduais.

Em resumo, uma carência mais básica do setor cultural é capacitação para que os interessados possam participar de editais e tenham a possibilidade de serem contemplados. E que tais editais sejam descentralizados, que não atendam apenas artistas de Maceió e região. No meu governo vou trabalhar para suprir essa carência.



ALAGOAS DA  
INFRAESTRUTURA  
SUSTENTÁVEL

## SITUAÇÃO ATUAL

A política ambiental e de saneamento, por sua natureza, deve se integrar às demais políticas de desenvolvimento urbano, assim como com as políticas econômicas de Alagoas. O estado, apesar de possuir rica biodiversidade, necessita de estratégias de uso racional de tais recursos e a implantação de modelo de desenvolvimento que assegure sua perenidade para as próximas gerações, o que contempla os pressupostos do desenvolvimento sustentável, sem esquecer das necessidades do cidadão alagoano.

Para que isso ocorra torna-se indispensável estruturar políticas responsáveis e avaliar o desempenho da instituição responsável pela gestão ambiental estadual, a SEMARH (Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas), bem como as políticas já implementadas pelo governo nesta área.

Analisando as políticas ambientais implantadas percebe-se o enfoque da gestão ambiental estadual nos instrumentos de comando-e-controle, no uso da fiscalização e licenciamento ambiental, negligenciando o uso de outros instrumentos, como os econômicos e voluntários. Portanto, a política ambiental do estado de Alagoas precisa ser repensada, com o fortalecimento da desconcentração das unidades regionais e descentralização do licenciamento ambiental para os municípios, o ajustamento dos procedimentos administrativos e o arcabouço legal proporcionando segurança jurídica aos seus atos.

Ainda devem ser consideradas a promoção de políticas integradas, a elaboração e execução de projetos eficientes na gestão de suas diversas áreas setoriais, como conservação da biodiversidade, gestão de recursos hídricos, gestão de resíduos sólidos, estruturação da política de redução de emissões e de mudanças climáticas, redução dos índices de desmatamento e de focos de calor que voltaram a crescer nos últimos tempos. É fundamental ampliar a participação social e a consciência sobre o meio ambiente através da educação ambiental, em uma conjunção de ações de governo, sempre buscando maior transparência, ética, eficiência e agilidade nos procedimentos da gestão ambiental estadual.



# MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

## SITUAÇÃO ATUAL

Ausência de diretrizes e fracos resultados de preservação da saúde e do ambiente



Mais do que urgente se faz uma gestão integrada entre o estado e os municípios para a preservação da exuberante natureza alagoana. Vamos, de forma decisiva, expandir os investimentos na preservação e na regeneração da biodiversidade, de espécies da fauna e da flora e de ecossistemas, em parceria com prefeituras, setor privado e terceiro setor. Vamos atuar com responsabilidade e governança para fortalecer as unidades de conservação existentes, investindo no uso sustentável dessas áreas, inclusive para o turismo ecológico. Todo o ecossistema da região do Rio São Francisco é um exemplo claro da falta de gestão ambiental.

A ação do estado de Alagoas deve ser firme, ampliando as ações preventivas e corretivas relacionadas às mudanças climáticas, estimulando medidas para a redução de emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), ou gás carbônico, na atmosfera. Contudo, também, a mão do estado precisa fortalecer a fiscalização e o monitoramento dos recursos naturais e o combate aos crimes ambientais. O grau de vulnerabilidade ambiental em áreas com vegetação nativa remanescente não é trivial.

Quanto à gestão dos recursos hídricos, nós temos muito a fazer. O modelo de gestão é tripartite (União, Estados e Municípios), e isso exige a concertação de interesses e objetivos comuns. Uma das saídas para desburocratização e melhoria da gestão hídrica é o incentivo e o apoio aos comitês de Bacia, descentralizando a gestão hídrica e seus processos administrativos, dentre eles a outorga, que hoje está fortemente concentrada no órgão ambiental do estado (SEMARH). Outra vantagem dos comitês de Bacia é o fortalecimento da representatividade local, auxiliando também na arbitragem de conflitos de uso. A iniciativa desses comitês no estado de Alagoas é claudicante.

Nesse olhar responsável pelos recursos hídricos, cabe salientar o triste quadro ambiental e com fortes impactos negativos na qualidade rios, córregos e cursos da água. Na capital Maceió, a poluição é um problema. O Rio Salgadinho percorre a cidade de norte a sul recebendo esgoto e lixo das populações ribeirinhas e, quando chega à Praia da Avenida, na região Centro-Sul, seu nível de coliformes fecais está milhões de vezes acima do adequado. Isso acontece com outros rios na cidade, como o Riacho Doce, na Zona Norte. Ele percorre o bairro recebendo esgoto e deságua no mar, na praia de Riacho Doce. Somada ao plástico e à sujeira deixados pelos banhistas nas praias, essa contaminação compromete também a biodiversidade marinha.

Quando Prefeito de Maceió, desenvolvemos importantes projetos de saneamento:

**“A Prefeitura está com um importante pacote de obras de infraestrutura em várias regiões da nossa cidade. Por meio do Nova Maceió, lançado em agosto do ano passado, estão sendo executados serviços de pavimentação, drenagem e saneamento básico, considerado um fator fundamental para a saúde pública e a consequente melhoria da qualidade de vida das pessoas. As obras beneficiam moradores de centenas de ruas, principalmente em bairros da parte alta e da Região Norte de Maceió. Ao término dos serviços, essas localidades deixarão para trás a convivência com alagamento e esgoto a céu aberto e passarão a contar com melhores condições de saúde e de mobilidade urbana”, destacou o prefeito Rui Palmeira.**

(<https://www.correiodosmunicipios-al.com.br/2020/07/prefeitura-executa-obras-de-saneamento-em-bairros-da-capital/>)

O Saneamento Ambiental no Brasil abrange o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo dos resíduos sólidos, de águas pluviais e outras ações para a melhoria da salubridade ambiental, incluindo o provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias para populações de baixa renda, segundo o marco regulatório. Uma nova lei regulatória do setor de saneamento para todo o Brasil foi aprovada. Trata-se da

Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020, norma que engloba uma série de regulamentações com o objetivo de aprimorar as condições de saneamento básico no Brasil.

O novo marco legal é um passo importante para a transformação da realidade do saneamento básico no Brasil. Os números atuais do país são alarmantes e os impactos do saneamento se estendem por toda a saúde pública e qualidade de vida da população – em especial dos mais pobres. O impacto da ausência de saneamento na saúde da mulher, por exemplo, tem efeitos devastadores. A relação entre acesso aos serviços de saneamento e o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também é amplamente sustentada por estudos e levantamentos. Hoje, no Brasil, existe uma grande distância entre o investimento necessário para sanar o problema da falta de saneamento e o quanto efetivamente é investido. O marco legal traz a possibilidade de acabar com esse espaço por meio da abertura à participação privada no setor.

O atual Governo do Estado promoveu a concessão do serviço para Maceió e ais treze municípios do entorno de nossa capital. Um segundo processo de concessão abarcou diversos outros municípios, mas ainda restam muitas cidades para serem incluídas em efetivas estratégias de provisão do serviço para assegurar a meta de universalização do saneamento estipulada no novo marco legal.

O desafio de universalizar o saneamento em Alagoas é grande. No setor do abastecimento de água, a cobertura de ligação à rede de água atingiu um patamar muito de 76,3% de cobertura ligada alcançada pela rede. Além da insuficiência de cobertura da rede de água, diversos problemas são persistentes e graves:

- O índice de coleta de esgoto (22,9%) tem aumentado lentamente se considerarmos a faixa de população que recebia o serviço em 2010 (16%), e ainda se afasta muito de bons índices encontrados;
- Nos últimos anos o nível de investimento na função orçamentária saneamento em Alagoas e em sua capital Maceió foi muito baixo: “Maceió está entre as 10 piores cidades do Brasil para o saneamento básico, conforme o estudo “Ranking do Saneamento com foco nos 100 maiores municípios brasileiros”, publicado nessa terça-feira (22/03/22), pelo Instituto Terra Brasil. Ela ocupa exatamente a 10ª posição nesta lista negativa considerando o investimento médio anual por habitante, Maceió aparece como a segunda cidade brasileira que menos investiu, com R\$ 21,61 por habitante. A capital alagoana ficou à frente apenas

de Macapá (AP), que investiu apenas R\$ 11,25 por habitante. O status reflete o cenário de 2020, quando a Casal [Companhia de Saneamento de Alagoas] era a administradora do serviço, e é o resultado da combinação de uma série de fatores.

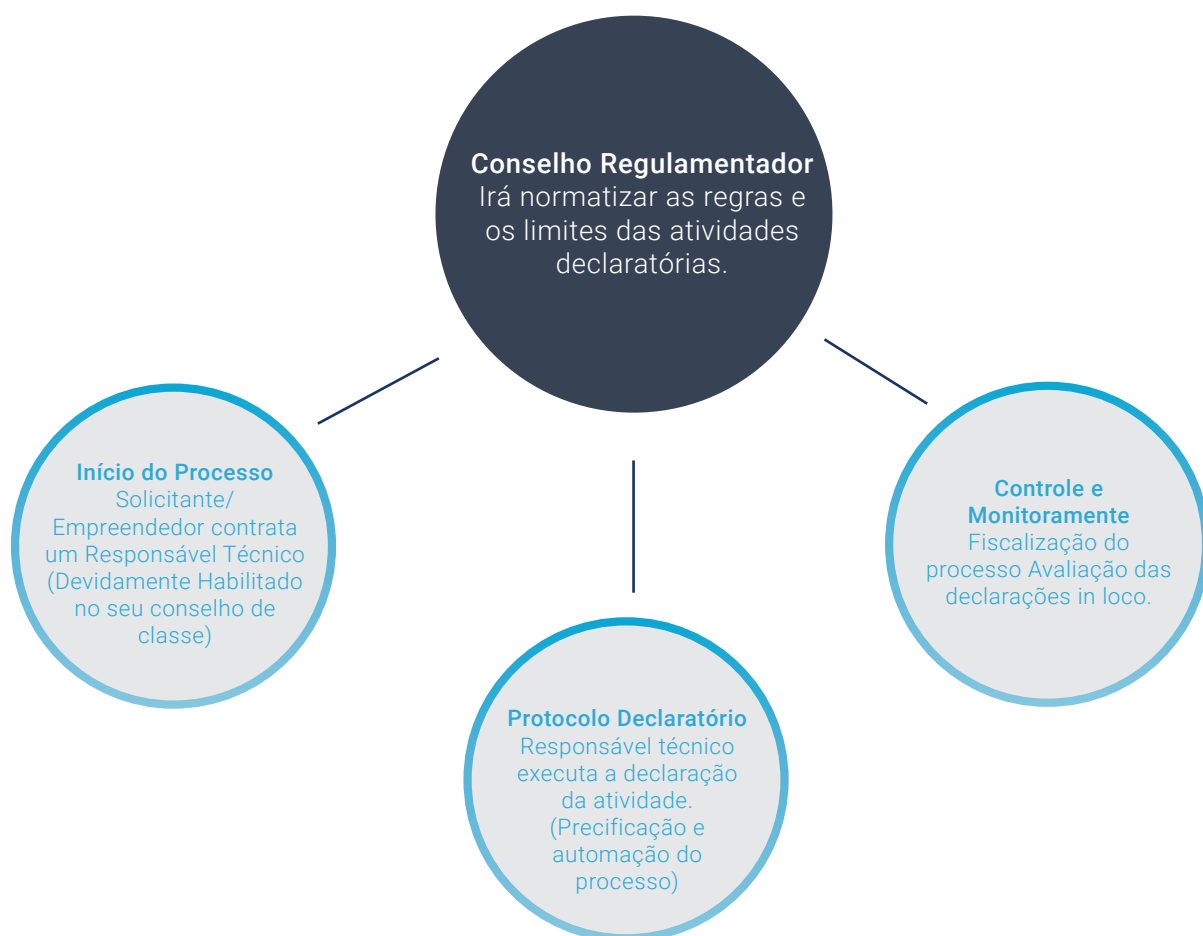
- Existem problemas de gestão que serão certamente uma herança que em meu período de governo terei que enfrentar.

Face o exposto, conclui-se que é fundamental que o Governo Estadual proveja o seu planejamento e apoie os municípios no planejamento e na gestão integrada do saneamento básico, promovendo ação conjunta para o investimento de recursos, principalmente nos sistemas de esgotos sanitários e na construção de aterros sanitários, de forma a reduzir o atraso estrutural de presença do estado nessa área. Ademais, é preciso cumprir de forma transparente, tecnicamente consistente, por meio de processos robustos de governança o papel de Poder Concedente nas concessões já contratualizadas.

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Um dos temas mais relevantes para o desenvolvimento dos projetos econômicos de grande importância para a geração de emprego e renda para o povo alagoano é o do licenciamento ambiental, exigido por lei para a mensuração e adoção de medidas mitigadoras de impacto ambiental.

O licenciamento ambiental é exigência legal para diversos tipos de empreendimentos produtivos, privados ou públicos, variando de acordo com o tipo de atividade a ser realizada e os danos potenciais ao meio ambiente. Assim, é instalado um processo administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, de caráter vinculado, avalia essa obtenção da licença. No entanto, esse procedimento tem sido um grande gargalo na vida de muitos empreendedores que buscam desenvolver uma atividade regular, seja ele comercial, industrial ou rural, por se deparar com um processo extremamente longo e burocrático. É necessário modernizar o procedimento, para dar maior celeridade ao trâmite, e assim, também reduzir gastos. A sugestão é que mudemos o procedimento de licenciamento para um procedimento declaratório, excetuando, é claro, empreendimentos de grande impacto como mineradoras e hidrelétricas.



Solicitante/Empreendedor contrata um Responsável Técnico, que esteja devidamente habilitado no seu conselho de classe e que esteja cadastrado no sistema de licenciamento ambiental do estado.

Responsável Técnico protocola a declaração da atividade em um sistema automatizado (protocolo on-line) e utilização de tecnologias (Imagens)



**Dentro do cadastro ambiental rural, tem-se que ajudar o Programa de Regularização Ambiental a trabalhar de forma eficiente e oferecer incentivo para que essa recomposição seja feita. Esse programa tem que ser feito para todo estado. O estado, a União e o município têm o poder de criar a Unidade de Conservação (UC) e, em seguida, é preciso desapropriar as terras que abrigavam famílias. Fornecer infraestrutura básica para o desenvolvimento do turismo nas maiores unidades de conservação. A realidade é que há uma preocupação populacional muito maior em conservar o que se conhece. Assim como vem sendo feito nos Estados Unidos, os grandes parques oferecem área de camping, mirantes, trilhas e estradas pequenas para conseguir uma arrecadação necessária à manutenção e preservação.**

Apesar de prever investimentos das concessionárias, a título de outorga onerosa na melhoria e ampliação dos sistemas de captação e tratamento de água nos municípios incluídos nos processos de concessão até então formalizados, que serão operacionalizados pela CASAL, ainda, assim, será necessário investimentos estaduais pontuais para novas soluções de captação.

Atualmente existem alguns municípios com situações que necessitam de um olhar mais aproximado no que trata do abastecimento de água, como é o caso de Ouro Branco e Maravilha na região serrana do Médio Sertão, onde apesar de haver obra conveniada com o Governo Federal para ampliação e recuperação do atual sistema de abastecimento (Sistema da Bacia Leiteira) previsto para atender a esses e outros 11 municípios, a oferta já se mostra insuficiente para atender a todos. Neste caso uma possibilidade que a ser tecnicamente viabilizada é construir um sistema independente para atender a essa região, a partir do Canal do Sertão.

No Alto e Médio Sertão existe também a necessidade de levar água a diversos povoados na região, que são atendidos atualmente em grande parte por caminhões pipas.

Na região do Agreste, apesar de ter sido construído um sistema de Abastecimento (captação, adução e tratamento de água) por meio de uma PPP, o sistema hoje já é insuficiente para atender a demanda, por isso, alguns municípios, como é o caso de Coité do Nóia, que é atendido por esse sistema, fica por vezes completamente desabastecido.

Neste caso era prevista a construção de uma solução individualizada de abastecimento que atendesse a Taquarana e Coité do Nória, a partir de captação nova em Taquarana.

Na região do Planalto da Borborema, cidades como Palmeira e vizinhança, sofrem com a pouca oferta de água. Neste caso, foi construído um novo sistema de abastecimento a partir de barragem da Carangueja no município de Quebrangulo, cujas águas vêm sendo desviadas por colônias indígenas situadas no trajeto da adutora até Palmeira dos Índios.

Uma solução em nível de projeto prevê a construção de um novo sistema a partir da barragem do Bálsamo construída no próprio município de Palmeira dos Índios, que contaria inclusive com um novo sistema de tratamento de água para duplicar a capacidade de fornecimento à região.

Ou seja, os desafios no campo de fornecimento de águas ainda são grandes em diversas cidades de Alagoas.



# COMPROMISSOS



## Meio ambiente e saneamento

Neste segmento, destaco a criação uma unidade organizacional especializada para promoção do saneamento, preservação e sustentabilidade do manancial aquífero de Alagoas – democratização

1. Trata-se da criação de uma unidade pública que consorcia outras instituições (universidades, sistema S, fundações etc.) para o desenvolvimento de pesquisas, captação de recursos e aplicação de políticas públicas para a preservação do manancial aquífero de Alagoas.
2. A elaboração de projetos de preservação pode alavancar diversas fontes de financiamento internacional e nacional e explorar de forma sustentável uma das maiores riquezas do estado. Serão beneficiados o meio ambiente, o turismo e a saúde pública.
3. Possibilitar boas práticas ambientais do setor industrial, por meio de incentivos econômicos e outros instrumentos, a exemplo do mecanismo de pagamento por serviços ambientais; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
4. Reconhecer as iniciativas de certificação ambiental das empresas com sistemas de gestão ambiental implantados, com aumento do prazo de validade e reavaliação das condicionantes e de custos para licenciamento; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
5. Definir um modelo de gestão do Canal do Sertão Alagoano para promover segurança e transparência da definição de investimentos do setor agroindustrial; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);

Outros aspectos

1. Fortalecer o controle social na gestão da política ambiental em Alagoas;
2. Promover a descentralização da gestão ambiental para os municípios e fortalecer as Unidades Regionais de gestão;

- 3.** Sanear a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), modernizando a empresa, tornando-a uma organização eficiente, moderna e voltada a uma gestão por resultados: neste campo vamos avaliar a alternativa usar: “A tecnologia mais aceita atualmente que é o processo de separação por membranas, que consiste em um filtro capaz de separar qualquer tipo de contaminante, solúvel ou insolúvel. Uma alternativa que tem se mostrado mais econômica em relação aos processos convencionais é a ultrafiltração ou microfiltração, pois com ela se evita o uso contínuo de produtos químicos e se eliminam organismos patogênicos e lodo. No Brasil, porém, iniciativas como essas ainda são incipientes.
- 4.** Implementar um modelo de gestão ambiental integrado que contemple diversos temas, como recursos hídricos, saneamento, habitação, saúde pública e outros.
- 5.** Realizar pesquisas e estudos ambientais necessários à caracterização da situação ambiental de Alagoas.
- 6.** Adotar mecanismos para articulação e modernização dos órgãos e sistemas que atuam nas políticas ambientais no estado.
- 7.** Incentivar e apoiar o reflorestamento com prioridade para áreas degradadas ou subutilizadas.
- 8.** Fomentar a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas.
- 9.** Desenvolver os planos de Bacias Hidrográficas, pois estes vão trazer a realidade de cada bacia e diretrizes para seu uso e ocupação, respeitando a multiplicidade dos usos.
- 10.** Definir e implementar estratégia de ação visando o cumprimento das determinações da Lei Federal n.º 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 11.** Ampliar os níveis de proteção ambiental a partir de políticas públicas e ações, como abastecimento de água, tratamento de esgoto, manejo de águas pluviais, coleta, reciclagem e destinação adequada de resíduos sólidos e proteção florestal.
- 12.** Buscar soluções integradas, participativas e consorciadas na viabilização de políticas públicas voltadas aos problemas de saneamento e meio ambiente.
- 13.** Combater problemas socioambientais (desmatamento ilegal, incêndios, pesca e caça predatórias) mediante iniciativas preventivas, orientadoras, fiscalizadoras e repressivas.
- 14.** Estimular a inserção de tecnologias limpas nas empresas privadas, inclusive com incentivos fiscais.

15. Estimular a capacitação técnica dos professores da rede pública de ensino para a inserção acadêmica da visão transversal da educação ambiental no currículo escolar.
16. Estimular ações proativas e redução de metas de poluição, inclusive através da inserção de instrumentos econômicos.
17. Criar planos de fiscalização e educação ambiental para reduzir o desmatamento ilegal.
18. Revisar e implementar a política florestal e de mudanças climáticas, incentivando projetos como plano de manejo florestal sustentado e reflorestamento com espécies nativas.
19. Promover políticas voltadas ao desenvolvimento do negócio florestal para criação de regiões de produção e centro de negócios florestais. Neste campo em particular, destaco as possibilidades de geração de emprego e renda que podem ser alavancadas por meio de políticas públicas voltadas para a **cadeia produtiva do eucalipto**.

O eucalipto pode ser utilizado para atender as necessidades de diversos mercados, sendo os segmentos de serraria, painéis e energia os de maior potencial em Alagoas. Os dois primeiros consolidam-se com a indústria secundária de móveis e artigos de madeira para construção civil e outros. Sua vantagem é maximizada através do sistema iLPF. A junção pecuária e floresta é a mais viável economicamente, contribuindo para a recuperação de pastagens degradadas. Essa integração pode ser realizada a partir de cinco hectares, o que inclui os pequenos produtores. O sistema de consórcio cultural diversifica e dinamiza a propriedade rural, gerando diferentes fontes de renda e minimizando possíveis riscos econômicos e ambientais. Esta também é uma forma de fazer com que o produtor domine diversas áreas, tanto do agronegócio, quanto do empreendedorismo. Quanto às questões ambientais, a floresta plantada tem o poder de reduzir a pressão nas florestas nativas e de constituir até 20% de Áreas de Preservação Permanentes (APP) em propriedades rurais. Sua ação na captação de CO<sub>2</sub> propicia a obtenção de créditos de carbono para empresas que reduzam a emissão de gases do efeito estufa. Os ganhos sociais também são consideráveis, visto que a sua cadeia produtiva engloba diversos mercados e proporciona uma maior distribuição de renda do que



a cana. Dentre os segmentos analisados, os de serraria, painéis e energia apresentam um maior impacto socioeconômico no Estado. Através desse desenvolvimento da cadeia de valor, Alagoas obterá os benefícios esperados, principalmente a geração de emprego qualificado, gerando significativo efeito multiplicador. Através de investimentos estruturantes e atração de empresas âncoras, o reflexo é percebido em todas as ramificações produtivas, direta e indiretamente, através de empresas de diversos portes e atividades.

(Fonte: Eucalipto: Plano de desenvolvimento da cadeia produtiva em Alagoas. SEBRAE/FIEA).

- 20.** Incentivar e apoiar o reflorestamento com prioridade para áreas degradadas ou subutilizadas.
- 21.** Ampliar o percentual de áreas cadastradas de propriedades rurais no estado.
- 22.** Ampliar a rede de monitoramento da qualidade da água superficial e subsuperficial.
- 23.** Incorporar o Instrumento do REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) na gestão ambiental do estado, inclusive como suporte à redução do índice de desmatamento e de focos de calor.
- 24.** Promover a integração e a interatividade das leis estaduais ao novo Código Florestal Brasileiro.
- 25.** Reavaliar e criar legislação para assegurar a preservação e conservação dos recursos bióticos e abióticos de Alagoas, aliada ao conceito de desenvolvimento sustentável.
- 26.** Promover parcerias com prefeituras para conter o desmatamento com foco no resultado do sequestro florestal do carbono e comercialização dos créditos.
- 27.** Apoiar acesso dos pequenos produtores rurais aos projetos de pequena escala de florestamento e reflorestamento.
- 28.** Promover a gestão sistêmica de bacias hidrográficas e hidrogeológicas. Neste contexto, é crucial promover a recuperação das bacias hidrográficas da Região Metropolitana de Maceió, assim como das bacias dos rios Mundaú e Paraíba.



# TRANSPORTE E MOBILIDADE

## **SITUAÇÃO ATUAL**

Gargalo para a produção econômica do Estado

A infraestrutura de transportes alagoana está centrada no modal rodoviário, que carece de qualidade nas rodovias disponíveis. A recuperação da rede rodoviária estadual tem um duplo papel: de um lado é ela que tem de agir como alimentadora das cargas que precisam chegar das regiões produtoras aos grandes corredores de transporte; de outro, é pela rodovia estadual que se garante o acesso aos municípios do estado, dando a todo alagoano o direito real de ir e vir.

Com relação à malha rodoviária, que é uma infraestrutura crucial para a eficiência da economia no nosso estado, Alagoas é o 25º estado em tamanho da malha rodoviária, à frente somente de Sergipe e Distrito Federal. A malha rodoviária alagoana representa menos de 1% da brasileira. O estado apresenta um total de 824,6 km de rodovias pavimentadas e 4,4 km de rodovias não pavimentadas. Na comparação entre os estados de CE, PE e SE, é possível verificar que Alagoas possui menos da metade da malha rodoviária dos dois maiores estados. Há 80,4 km de rodovias planejadas no estado, correspondendo a pouco menos de 10% da malha total do estado. Alagoas é o último estado em malha rodoviária planejada no país.

O quadro a seguir apresentado contém a avaliação mais recente, feita pela Confederação nacional dos Transportes sobre as principais rodovias de Alagoas:

Rodovia	UF	Extensão	Estado Geral	Pavimento	Sinalização	Geometria
BR-101	AL	262	Bom	Bom	Regular	Bom
BR-104	AL	111	Bom	Ótimo	Regular	Regular
BR-110	AL	17	Bom	Ótimo	Bom	Bom
BR-316	AL	294	Bom	Bom	Bom	Bom
BR-416	AL	63	Regular	Bom	Regular	Regular
BR-423	AL	107	Regular	Regular	Bom	Bom
BR-424	AL	57	Bom	Ótimo	Bom	Bom

Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias 2021

Entre 2003 e 2016 a frota de veículos no estado aumentou cerca de 33%. No Brasil esse aumento no mesmo período foi de 61%. A proporção de veículos no Estado tem crescido ao longo dos anos. Em 2003, era de 23 veículos a cada 100 habitantes, passando para 54 veículos a cada 100 habitantes em 2016.

Analisando a relação entre o quantitativo da frota de veículos e a evolução da malha pavimentada, nota-se um atraso na evolução da malha enquanto os veículos continuaram aumentando. O fato de a malha rodoviária não ter acompanhado o aumento de veículos nas estradas entre 2011 e 2013 pode ter gerado impacto negativo na infraestrutura urbana e de rodovias do estado.

Embora tenha registrado evolução significativa na malha rodoviária em 2016 o resultado em 2017 indica tendência de queda enquanto a evolução da frota veicular segue em franca ascensão desde 2017 gerando perspectiva de impactos de infraestrutura rodoviária e de transportes no futuro.

Em se tratando de transporte ferroviário, atualmente a malha ferroviária ativa do Estado de Alagoas se limita ao Sistema de Trens Urbanos de Maceió operado por composições diesel em apenas uma linha ferroviária com extensão de 34,73km atendendo a 3 municípios, Maceió, Satuba e Rio Largo.

A participação de outros modais de transporte poderia diminuir os impactos que a dependência do modal rodoviário causa na atualidade, como visto na greve dos caminhoneiros em maio de 2018, que gerou desabastecimento em todo Brasil. Os modais aéreo, ferroviário e hidroviário, no entanto, ainda são pouco utilizados e o estado carece de uma gestão propositiva e com regulação eficiente.

# COMPROMISSOS



## No transporte

- Ampliar o número de rodovias estaduais pavimentadas, assim como melhorar a qualidade de rodovias já pavimentadas estratégicas para o escoamento da produção.
- Viabilizar e incentivar o uso de consórcios intermunicipais como alternativa para melhoria de estradas vicinais, considerando a participação do setor privado, sociedade civil e organismos internacionais.
- Atrair investimentos privados em parcerias (PPPs) para a ampliação e a manutenção da malha rodoviária em trechos que demonstrem viabilidade econômica.
- Elaborar plano de integração multimodal de transporte a fim de aumentar o potencial de utilização dos modais ferroviário, aquaviário e aeroportuário.
- Lutar para a conclusão das obras de responsabilidade federal que constituem os corredores principais de transporte para fora do estado.
- Promover um conjunto de medidas para melhorar a performance do Sistema de Logística e Transporte nos diversos corredores de produção do estado.
- Promover ações para a melhoria e adequação da rede de armazenagem existente para ampliar o prazo de escoamento dos grãos, evitando os picos críticos que levam os sistemas de transportes à exaustão.
- Viabilizar recursos para custeio da produção, permitindo assim que os insumos empregados na preparação da terra e do plantio sejam transportados no retorno dos veículos empregados no escoamento da safra, contribuindo para a redução dos custos de transportes.
- Pavimentar as rodovias estaduais cuja situação atual constitua entrave ao escoamento da produção e da circulação em geral.
- Concentrar recursos estaduais para começar e acabar as obras no sistema rodoviário estadual.



## Mobilidade

Nossas cidades cresceram atendendo ao modelo perverso que as segmentou em centro versus periferia, sendo esse apenas o primeiro ponto merecedor de melhor atendimento na prestação de serviços públicos. Essa lógica dificulta e encarece o sistema de mobilidade a ser instalado, dificultando a concretização de vias de transporte de qualidade para a população que mais necessita. O alto custo do transporte penaliza a população carente quando a obriga a realizar longos deslocamentos a pé ou de bicicleta diariamente para chegar ao trabalho.



A política de mobilidade terá que estar articulada com as várias escalas de acessibilidade, dando ênfase aos deslocamentos cotidianos do cidadão e à infraestrutura e seus respectivos modais. Nesse sentido, deveremos prover uma revisão de prioridades, dando ênfase às calçadas, à acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência, aos sistemas ciclo viários e ao transporte coletivo, em detrimento do transporte motorizado

individual. Da mesma forma, a hierarquização desses investimentos será estabelecida tendo como objetivo o atendimento do maior número de pessoas de menor renda e os bairros e assentamentos precários.

Uma política de mobilidade eficiente reduz o número de acidentes, contribuindo com a segurança no trânsito e diminuindo, dessa forma, a demanda pelo atendimento emergencial e de internação hospitalar na saúde. Mais ainda, a política de mobilidade que incorpore mais ciclovias contribui com estilo de vida saudável que amplia a longevidade e é positivo para a área da saúde igualmente. Depreendendo, assim, a importância dessas políticas setoriais e sua relação com as demais políticas públicas, pois a sua eficiente execução contribui com resultados positivos em diversas outras áreas.

A mobilidade urbana é outra política de responsabilidade dos municípios, segundo a Constituição Federal, mas cabe ao estado apoiá-los. Quanto à mobilidade metropolitana, esta ação deve ser realizada por meio de parceria entre o estado e os municípios metropolitanos, atendendo ao interesse comum estabelecido pela legislação que trata da Região Metropolitana de Alagoas.

Desse situação, pode-se concluir que:

- A estrutura para o transporte público não acompanhou o processo de densidade populacional que ocorreu em algumas áreas da Região Metropolitana.
- O modelo de transporte atual, baseado em veículos individuais, não tem sustentabilidade, visto que a cidade não comporta tantos carros.
- A cidade precisa repensar sua rede de transporte público e o modelo de financiamento desse serviço, uma vez que só a tarifa paga pelos usuários já não consegue arcar com os custos desse serviço.
- O Plano de Mobilidade deve ser reestruturado, baseando-se em uma pesquisa de origem e destino (POD).

Destaca-se, ainda, que alguns fatores importantes afetam a qualidade do transporte público ofertado pelo estado de Alagoas, quais sejam:

- gratuidades, que necessitam ser absorvidas pela tarifa (e pelo usuário pagante).
- o repasse ao órgão gestor, que onera a tarifa.
- a falta de infraestrutura prioritária, como corredores, o que força os ônibus a ficarem presos nos congestionamentos junto com os automóveis, comprometendo sua

velocidade operacional, regularidade e confiabilidade, bem como impactando os custos do serviço.

- o espraiamento urbano, no qual ocupações, normalmente de baixa demanda, geram a necessidade de mais viagens e viagens em distâncias cada vez mais longas por transporte coletivo, o que onera o serviço e acaba gerando uma tarifa mais cara.

No que se reporta à mobilidade urbana, tratada no âmbito das políticas de cada município, entendemos que o estado deverá oferecer a assessoria técnica necessária ao seu planejamento e gestão, atendendo aos parâmetros que garantam qualidade de vida e a integração com outras políticas de desenvolvimento urbano. Por outro lado, ao saber que investimentos em mobilidade urbana resultam em trânsito seguro, reduzindo o número de acidentes e minimizando os impactos na política de saúde, entendemos serem importantes as ações em parceria que contribuam com qualidade de vida para os cidadãos de Alagoas.

## COMPROMISSOS



### Na mobilidade urbana

Diretrizes:

- Priorizar pedestres e ciclistas;
- Valorizar o transporte coletivo;
- Racionalizar o uso dos automóveis; e
- Planejar as redes urbanas.

**1.** Qualificar as redes de transporte promovendo a integração física, tarifária, operacional e informacional entre diferentes meios de transporte e expandir a rede ciclo viária para garantir que o transporte também esteja disponível para pessoas que vivem em áreas remotas e menos densas ainda ao alcance dos corredores de transporte.

- 2.** Investir no aumento de quilometragem de corredores exclusivos e preferenciais nas áreas de maior demanda de usuários, de forma articulada com as diversas alternativas de transporte nas regiões metropolitanas. Dessa forma objetiva-se reduzir o tempo de viagem do usuário de ônibus, o que garante ao serviço maior competitividade ante o modo motorizado individual.
- 3.** Estimular novas centralidades na Rede Metropolitana de forma a reduzir a necessidade de longas viagens de ida e volta.
- 4.** Definir novas fontes de financiamento do setor por meio de mecanismos alternativos como a constituição de fundos específicos, a cobrança de estacionamentos, dentre outros, de forma que os usuários pagantes não sejam os únicos responsáveis pela sustentabilidade financeira do transporte público.
- 5.** Estimular o transporte público oferecendo mais conforto com a modernização da frota, mais rapidez com a integração de modais e conexões com corredores expressos de alta capacidade e racionalização de tarifas com a integração tarifária intermunicipal.
- 6.** Promover atividades de educação, conscientização e fiscalização no trânsito, bem como projetos voltados para a ampliação da mobilidade não motorizada (ciclovias), integrada ao uso do transporte público (exemplo: paraciclos em terminais).
- 7.** Investir na obtenção de dados sobre a estrutura da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos, assim como sobre o comportamento do usuário para desenvolver políticas com embasamento focado na realidade do usuário.
- 8.** Promover a participação social na elaboração das ações referentes à mobilidade, focando nas necessidades dos usuários.



# ALAGOAS DA GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



## INTRODUÇÃO

A população brasileira e alagoana demonstrou, de forma enfática, a demanda por políticas governamentais de qualidade. Esta situação precisa ser analisada em seu contexto político, histórico e socioeconômico e deve servir de alerta aos governantes para que a população seja atendida por meio de políticas públicas estabelecidas a partir de ordenamento de prioridades.

Para planejar o desenvolvimento do estado de Alagoas é necessário ampliar o enfoque de nossas análises e, neste contexto, é essencial que se considere o seu território, as diversidades internas que caracterizam as suas regiões, como base estratégica. Por tudo isso, é importante destacar a dimensão desse espaço de mais de 27.830,661 km<sup>2</sup> e os impactos do processo de desenvolvimento que transformam o seu território e que imprimem novas feições na sua paisagem, em decorrência das mudanças econômicas, sociais e ambientais.

Não há como negar que este estado apresenta inúmeras fisionomias e não esconde que a capacidade de produção de riqueza é bastante distinta entre as diversas regiões. Isso, por certo, impacta nos principais indicadores de qualidade de vida da população. Tais diferenças geram capacidades distintas de resposta, em cada região, aos planos de desenvolvimento, assim, se essas diferenças forem observadas em estratégias específicas, serão dados estímulos diferenciados para potencializar a capacidade de reação às regiões menos dinâmicas. Portanto, fica evidente que buscar o desenvolvimento exige olhar para todas as regiões de maneira apropriada para atender as diferentes necessidades provenientes dessas particularidades.

Por conseguinte, todas as políticas deverão ser consideradas com base no território e nas diversidades internas que caracterizam suas regiões, bem como a dimensão cultural de sua população e as paisagens que as referenciam. Considerando que essa perspectiva de planejamento é conveniente ao estado pelas questões expostas, a nossa proposta se volta à criação dessa capacidade, com esforços voltados à estruturação institucional, adotando-se providências para efetivar políticas de desenvolvimento regional como instrumento de estado e não apenas de governo.

Em Alagoas a crise na gestão pública não decorre da falta de ideias, nem de bons técnicos, mas sim da estrutura ineficiente e descomprometida com o interesse público,

da ausência da prática de planejamento e monitoramento das políticas, da desarticulação entre os diferentes órgãos e da apropriação da “coisa pública” por certos grupos. De concreto, todas estas práticas condenáveis levaram ao sucateamento da prestação dos serviços públicos essenciais, expresso nos preocupantes indicadores sociais que hoje são sentidos por toda a sociedade alagoana.

A gestão atual está amarrada ao passado, na medida em que se vale de métodos que representam a velha política e sempre toma suas decisões com base em critérios questionáveis. A população está apartada do processo decisório e, paradoxalmente, o governo gasta muito do dinheiro público em propaganda justamente para tentar convencê-la do contrário. Uma gestão diferente, compartilhada com a população, é essencial para garantir as melhores condições de desenvolvimento. O povo de Alagoas pode e deve se engajar na construção de seu próprio futuro.

Neste contexto a sociedade tem buscado interagir com as esferas de decisão do governo e apresentado de forma democrática suas necessidades. Estas novas interações têm colocado à prova, todos os dias, a capacidade do governo em dar respostas rápidas às demandas crescentes da sociedade e este será o nosso grande desafio.

Como homem público que oriento a minha atuação pela responsabilidade, sinto-me no dever de alertar o povo alagoano, com transparência e honestidade, que o estado vive hoje uma situação fiscal parcialmente confortável, com risco de dificuldades financeiras a curto prazo.

Do ponto de vista da despesa, o estado tem sofrido, há vários anos, grandes desafios com as questões das finanças correntes, dito isso no que respeita ao fechamento das contas ano a ano, situação sistematicamente apontada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Para lidar com essa situação, o expediente usado tem sido inscrever em restos a pagar, milhões de reais, de modo a postergar para exercícios subsequentes parte das despesas, como ocorreu no ano de 2020, quando o estoque de inscrição em restos a pagar alcançou 487.665.017,27 (fonte: [http://transparencia.al.gov.br/media/reports/sefaz/balanco\\_geral/balanco\\_geral\\_2020\\_VII.pdf](http://transparencia.al.gov.br/media/reports/sefaz/balanco_geral/balanco_geral_2020_VII.pdf)). Com isso, o planejamento fica prejudicado uma vez que as ações deixam de ser executadas para cumprir com as obrigações remanescentes.

Outro fator de risco advindo de crescente despesa é a seguridade social dos servidores, com grandes déficits atuarial e corrente projetados para o futuro imediato. A tendência desse déficit é aumentar uma vez que o estoque de aposentados cresça e a expectativa de vida pós-laboral aumente. Isso exigirá uma redefinição de determinadas regras de aposentadoria. A despesa com inativos em 2020 alcançou o patamar R\$ 2,3 bilhões de reais. [http://transparencia.al.gov.br/media/reports/sefaz/balanco\\_geral/balanco\\_geral\\_2020\\_VII.pdf](http://transparencia.al.gov.br/media/reports/sefaz/balanco_geral/balanco_geral_2020_VII.pdf)

Estas situações evidenciam cristalinamente a necessidade de cuidado com a realidade financeira do estado de Alagoas. Não se trata de insolvência ou inviabilidade financeira – ainda que exija correção imediata para não se encaminhar para isso. Apenas é preciso apontar, com serenidade e firmeza, que os recursos disponíveis para as políticas públicas serão, nos próximos anos, menores que os atuais, o que exige uma reestruturação profunda do perfil da receita e da despesa do estado.

A reestruturação a ser realizada deve aproveitar os fatores econômicos favoráveis ao estado de Alagoas: um cenário de crescimento do comércio nacional e internacional apontando que a atividade agroexportadora deve continuar em alta. Também a pauta da produção agropecuária tem incorporado crescentemente culturas com maior participação do mercado interno e maior possibilidade de agregação local de valor. Assim, existe a necessidade urgente de reestruturação financeira da gestão estadual, mas existem também os pressupostos econômicos que permitem que essa reestruturação seja bem-sucedida.

O desenvolvimento econômico é medido pela capacidade das regiões em produzir bens e serviços que atendam às necessidades locais, regionais, nacionais e internacionais.

No nosso estado de Alagoas, o que se vê é que o planejamento do desenvolvimento não gerou, ao longo do tempo, a integração econômica do estado por meio de um melhor aproveitamento de cada uma de suas regiões.

Para superar o fosso de desigualdades econômicas entre as regiões, em meu governo vou trabalhar intensamente para potencializar as vocações em cada uma delas, implementar projetos públicos voltados a extrair em cada território o que de melhor existe em termos de atividades geradoras de emprego e renda.

Para tanto, é preciso um estado eficiente, com finanças organizadas, que busque aplicar cada real arrecadado em tributos da melhor forma possível. Isso é respeitar o cidadão.

Nossa proposta é instituir uma Governança Inclusiva – que é um ambiente de governança compartilhada (Coparticipação, Captação, Coordenação, Integração) - Modelo de Governança (sistemas, federações, representação Estadual etc.), criação do Conselho de Governança Pública e uma unidade especial de diálogo com a sociedade.

## GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS

### Retrato do período recente

O sucesso na implementação das políticas públicas depende da adoção de padrão de gestão de pessoas, de tecnologias, de estruturas, e de processos que constitua a expressão de uma estratégia de governança e de governabilidade voltadas para o pleno alcance de objetivos de desenvolvimento econômico e social do governo.

O alcance desses objetivos e metas pressupõe a superação do modelo de gestão vigente em Alagoas, em que coexistem construções administrativas, na aparência, de caráter formal burocrático e gerencialista, mas que ocultam elementos do tradicional e perverso patrimonialismo, em que a administração é operada pelos dirigentes públicos sem o necessário zelo pela estrita separação entre o que é público e o que é privado, submetendo os interesses coletivos aos seus próprios, de natureza particular.

Na realidade, planos, orçamentos, estruturas administrativas, recursos humanos e tecnológicos têm sido executados sem uma estratégia definida, expondo o baixo nível de interação entre as funções de planejamento, orçamento e execução das ações governamentais. Dessa forma, valiosos recursos são subaproveitados ou mesmo desperdiçados.

É fundamental fazer uma conexão entre o futuro e o presente, vinculando o futuro de longo prazo, a visão prospectiva, ao de curto prazo, o Plano Plurianual, e os planos de execução, de caráter imediato, e seus programas, projetos e ações governamentais,

por meio de estratégias robustas que garantam o atingimento dos objetivos e metas de desenvolvimento social pactuadas com a sociedade.

O estado de Alagoas precisa de estratégias de longo prazo, construídas de maneira participativa, que sejam robustas o suficiente para garantir a realização das expectativas da sociedade sob quaisquer circunstâncias conjunturais. Essas estratégias, revisadas a cada quatro anos dentro do debate político-eleitoral, serão políticas de estado e não apenas de um governo.

O povo de Alagoas pode e deve se engajar na construção de seu próprio futuro.

Da mesma forma, serão fortalecidos substancialmente os vínculos entre o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, documento de exigência constitucional federal e estadual, explicitando como as orientações para elaboração do orçamento estão vinculadas à execução do plano plurianual e, portanto, às estratégias de longo prazo para a consecução de objetivos e atingimento de metas de desenvolvimento social, considerando expectativas realistas de receitas e os limites legais.

Os indicadores fiscais e os métodos de contabilidade pública estarão alinhados às melhores práticas recomendadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, de modo que as avaliações sobre as finanças públicas representem a realidade, transmitam credibilidade aos agentes financeiros e, mais importante, mantenham o povo bem informado sobre como andam as contas do governo do estado de Alagoas.

O orçamento deixará de ser uma peça de ficção como tem sido na atualidade, cuja execução se dá com adesão insuficiente ao Plano Plurianual que, por sua vez, não tem vínculo com estratégias de desenvolvimento social que deveriam ter sido construídas a partir de exercícios prospectivos.

As ações governamentais constantes do orçamento fiscal e da seguridade, bem como o de investimentos, pode e deve estar conectada não somente com a execução da estratégia de consecução de objetivos e metas de desenvolvimento social como também entre si. Os ganhos de sinergia produzidos pelo alinhamento entre exercício prospectivo, plano plurianual e o orçamento aumentarão a eficiência e a eficácia da ação do governo estadual.



O último elo dessa cadeia é o sistema de implementação da ação estatal, composto pela interação entre pessoas, estruturas, processos e tecnologia. É necessário organizar esse sistema de maneira a garantir a execução do orçamento de maneira eficiente, eficaz e efetiva, realizando de forma concreta as estratégias de desenvolvimento social derivadas do exercício prospectivo e traduzidas em plano plurianual e orçamento.

Isso significará uma mudança de cultura no governo do estado de Alagoas cuja administração terá uma referência estratégica clara, garantindo a necessária consistência interna de políticas públicas bem assim sua coesão sistêmica, condição para a produção e a apropriação social de sinergia da ação governamental.

Essas mudanças, de natureza estruturantes, são fundamentais para retirar o estado de Alagoas da situação fiscal nada confortável em que se encontra do ponto de vista orçamentário, financeiro e fiscal.

O quadro fiscal de dificuldades pode ser bem exemplificado por meio de alguns de seus fatos mais relevantes. O saneamento do resultado orçamentário exige, principalmente, a atualização dos regramentos de tributos estaduais, particularmente o ICMS, com a adoção de uma série de instrumentos de inteligência para a prevenção de sonegação e outros crimes e infrações de natureza tributária, além da racionalização das obrigações acessórias. O objetivo principal será a busca por neutralidade. Não haverá aumento da carga tributária. O governo terá como teto a relação atual entre Produto Interno Bruto (PIB) e arrecadação do ICMS e outros tributos estaduais. Outro vetor que norteará as ações fiscais, esquecido pela atual gestão, é a isonomia. Faremos todo o esforço necessário para que as bases tributáveis sobre o consumo sejam, tanto quanto possível, uniformes em relação a todos os produtos e serviços.

Será necessário dominar a dinâmica do crescimento da dívida atuando sobre suas causas, decorrentes todas da má qualidade do gasto que tem predominado na administração pública do estado.

**Melhorar a receita corrente líquida, nesse contexto, impõe-se como ação fundamental. Em 2020, essa receita foi de R\$ 11.9 bilhões, dos quais 5,1 impostos, taxas e contribuições e 5,3 bilhões de receita de transferências.** Mas, é possível expandi-la substancialmente, inclusive com qualidade. Para isso será necessário adotar modelo de

tributação que incentive a formalização, reduza a sonegação, o descaminho e a elisão fiscal, e simplifique as obrigações acessórias evitando-se procedimentos duplicados que tiram competitividade das empresas alagoanas no âmbito nacional e internacional. O estado não consegue mais gerar resultado primário suficiente para absorver esse volume de despesa financeira.

Se o crescimento da receita deve ser perseguido. O controle da despesa chama a atenção. Neste quesito, a despesa de maior vulto é com pessoal e encargos sociais. Em 2020, tal despesa atingiu o patamar de R\$ 6,0 bi. Na comparação entre 2020 e 2019, a despesa com pessoal teve um crescimento de 19%. Esse, de maneira pode ser o padrão para os anos vindouros, pois senão a capacidade de prestar serviços públicos vai ficar prejudicada. (fonte: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:41464](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41464))

Em resumo, as próximas gestões estaduais certamente terão de enfrentar grandes desafios de política fiscal e adotar medidas disponíveis para administrá-la e avançar com justiça social. O Estado de Alagoas deve ter no seu radar como meta a prioridade de promover ajuste fiscal de suas contas públicas e este é um compromisso fundamental que assumo, pois assim vamos criar uma atmosfera propícia para implementar políticas públicas que atendam aos interesses dos alagoanos.

Uma solução severa envolve ajuste com ações que fortaleçam as funções da administração estadual somadas às políticas de emprego e da renda sob um ambiente econômico favorável e produtivo. A próxima gestão deve, pois, ter estratégias de ajustes fiscais tendo como fundamento alcançar esforços fiscais e financeiros para assegurar prestação de serviços públicos a população. Esse é o objetivo: um ajuste que sirva aos interesses de melhoria do padrão de desenvolvimento social do nosso estado.

Essa problemática ganha maior complexidade pela importância de o ajuste das contas públicas ser realizado dentro de um processo sustentado de recuperação econômica com progresso social, geração de emprego e renda.

É fundamental que o processo de contratações de servidores e de aumento de estruturas de cargos comissionados sejam avaliados criteriosamente, de modo a se manter o ritmo de crescimento dessa despesa em patamar não superior ao crescimento da receita. Isso exige modernizar os processos de trabalho, com mais tecnologia e busca de eficiência.

De todo que novos servidores sejam alocados prioritariamente na prestação direta de serviços públicos, como médicos, enfermeiros e professores, por exemplo.

Um aspecto importante para considerar a viabilidade de obter financiamento para projetos de infraestrutura econômica e social, é verificar a capacidade de endividamento do estado. Neste quesito, Alagoas dispõe de uma situação que se não é extraordinária é bem mais confortável do que diversos entes da federação.

A relação entre a Dívida Consolidada (DC) e a Receita Corrente Líquida (RCL) nos últimos seis exercícios (2016-2021), consolidou uma tendência de redução agregada deste indicador no período da ordem de 9%.

É de salientar que contribuíram para tal resultado o ajuste fiscal de firmado com a União e, de certa medida, as ações realizadas no sentido de melhorar o perfil da arrecadação do estado no âmbito da receita.

De toda sorte, esta perspectiva positiva deve ser olhada com cuidado, considerando o que ocorreu em 2021. É perceptível uma diferença positiva entre as receitas e as despesas deixando claro que houve superávits primários no período compreendido entre 2015-2020.

Por outro lado, em 2021, vale destacar que as despesas passaram a superar as receitas e o Governo Alagoano passou a incorrer em déficit primário acumulado de R\$ 424 milhões nos últimos 12 meses daquele ano. Este valor é inferior em 133% ao alcançado em 2020, o que acende o alerta para que a gestão governamental assuma compromisso forte com a sustentabilidade fiscal do Estado e dirija a gestão para um melhor controle dos gastos de custeio da máquina pública e a implantação de mecanismos de monitoramento e o combate à sonegação fiscal como formas de retornar ao caminho superavitário incorrido nos anos anteriores.

Um novo modelo tributário deve estar fundamentado em inteligência informacional, o que envolverá a construção de capacidade de processamento de grandes volumes de dados retirados de notas fiscais eletrônicas do consumidor, as emitidas entre pessoas jurídicas, da escrituração fiscal digital e registros de transporte de mercadorias dentro das fronteiras do estado, cujo cruzamento também tornará o processo de auditoria fiscal

mais eficiente, efetivo e eficaz, especialmente no caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, o ICMS. É necessário também atualizar e redistribuir o peso desse tributo entre as diferentes mercadorias e serviços, tendo por base sua capacidade contributiva, importância como geradora de empregos e renda e competitividade no nível nacional.

- Outra ação fundamental para aumentar a receita corrente líquida é aperfeiçoar os incentivos à produção no estado de Alagoas, em especial aqueles que impliquem em renúncias fiscais e na outorga de isenções tributárias.
- O que deve ser proposto é uma reformulação da política de incentivos focada em contratuar resultados. Nossa intenção é manter os gastos tributários que geram emprego e renda para o estado. Honrar o compromisso feito com o empreendedor que gera riqueza e rever renúncias pontuais que não encontram ressonância equivalente nos indicadores de economia e desenvolvimento.

É necessário mudar, adotando-se modelo de desenvolvimento industrial que se alinhe com os interesses do povo. Esse novo modelo deve, simultaneamente, aumentar a competitividade do estado de Alagoas frente às outras unidades da Federação para atrair investimentos e garantir ganhos líquidos fiscais para fazer frente aos investimentos sociais. **Renúncias e outros incentivos fiscais devem ser submetidos a uma política de desenvolvimento de recorte territorial, considerando assim potencialidades regionais (vocacionamento e investimento nos distritos industriais), bem como a elaboração de estudos técnicos e econômicos para a implantação de espaços de desenvolvimento, a exemplo de portos secos que existem no país.**

O estado de Alagoas poderá, para esse efeito, ser dividido em territórios de desenvolvimento e haverá um plano específico para cada um deles, construído com a participação da sociedade, a fim de priorizar as oportunidades particulares de investimento a cada uma das regiões. Cada plano de território de desenvolvimento terá um conjunto definido de incentivos de natureza tributária, financeira e patrimonial alinhado com os objetivos de criação de emprego, renda e de desenvolvimento social. Os municípios serão incentivados a vincularem seus planos àqueles dos **territórios de desenvolvimento** para capturarem benefícios sinérgicos.

O sucesso desses planos será medido por indicadores de desenvolvimento de natureza econômica e, principalmente, social. Em respeito ao princípio do uso eficiente dos

recursos públicos, o esforço fiscal do Governo do Estado deve-se refletir em melhorias mais que proporcionais na qualidade de vida do povo.

Portanto, isenções fiscais deixarão de ser uma política de desenvolvimento desalinhada com os interesses do povo. Neste novo modelo, haverá mais exigências em termos de compromissos de geração de emprego e renda, não somente da perspectiva direta, mas também da indireta.

Não há dúvida que as pessoas, os servidores do estado, são a principal parte desse sistema de implementação da ação estatal. Por isso, haverá necessidade de implementação de mudanças profundas no modelo de gestão da força de trabalho. A implementação da estratégia de desenvolvimento social de longo prazo, política de estado, implicará mudar o perfil do servidor público, processo que se fundamentará na seleção meritocrática, adoção de caráter generalista e na flexibilidade funcional. Há manifestação clara de patrimonialismo no serviço público do Governo do estado no processo de ocupação de cargos no governo. E isso tem que ser superado.

A despesa com inativos, em 2020, foi superior 2,3 bilhões e é fundamental, então, que sejam discutidas maneiras para se reequilibrar as contas da previdência do estado para garantir o pagamento de benefícios de aposentadorias aos servidores e pensões a seus dependentes.

Esse desequilíbrio é muito prejudicial para todos, reduzindo cada vez mais a capacidade do estado de Alagoas de investir em áreas essenciais para a construção de seu futuro, como obras de saneamento, rodovias e até desenvolvimento tecnológico.

Nesse contexto, cabe ao Governo agir tanto do lado das receitas quanto dos gastos. Para tanto, do lado dos gastos, há que se conhecer o déficit real da previdência, a partir de análises atuariais; e aperfeiçoar o processo de gestão dos benefícios, com o objetivo de identificar e reduzir despesas não justificadas normativamente. Do lado das receitas, é necessário identificar novas fontes de custeio: ativos monetizáveis como royalties, papéis lastreados em títulos de dívida ativa, imóveis, participações acionárias e recebíveis imobiliárias, entre outros, poderiam compor uma estrutura de custeio de gastos dessa natureza. Com isso, e em estrita obediência ao mandamento constitucional de que os regimes públicos de previdência devem preservar o equilíbrio financeiro e atuarial,



registrado no art. 40, será possível garantir que esse déficit de cerca de 10% da receita corrente líquida do estado de Alagoas adquira dinâmica virtuosa e deixe de representar uma ameaça aos melhores interesses dos alagoanos.

A adaptação da Administração Pública do estado de Alagoas ao novo modelo de gestão com ênfase na consecução de objetivos e metas de desenvolvimento social por meio da implementação de estratégias de longo prazo exigirá mudanças profundas no setor público estadual, para além de seu principal aspecto, aquele dos recursos humanos.

Nesse sentido, outras dimensões do governo estadual, como estruturas, tecnologias e processos, que têm natureza dialógica entre si e são complementares em relação aos recursos humanos, com o qual compõe o sistema de gestão das ações governamentais, serão reorganizadas para garantir a redução do custo de implementação de políticas públicas.

Historicamente, as iniciativas de reforma da gestão no estado de Alagoas têm-se concentrado largamente no retratamento de estruturas, com preponderância à sua expansão. A atenção insuficiente dedicada ao aspecto dos processos intragovernamentais e a falta de ambição na adoção de práticas contemporâneas de governo eletrônico resultaram em situação de excessos e sobreposicionamentos que configuram disfuncionalidade: são Secretarias sem capacidade de elaborar políticas públicas ou de manutenção questionável; Agências com capacidade executiva reduzida ou até inexistente; empresas estatais que não se justificam como tais operacionalmente e que não respeitam o exigido na Lei de Responsabilidade das Estatais. Esse contexto facilita a captura patrimonialista.

Isso é um contrasenso também de natureza histórica. A adoção de tecnologias da informação que permitam o processamento de grandes volumes de dados e que expandam e tornem mais diretas e amigáveis a experiência de interação entre o cidadão e a cidadã com o governo, a racionalização de processos produtivos intragovernamentais e a construção de estruturas de governo funcionais e eficientes terão como resultado, a um só tempo, a maior transparência da ação do governo, a diminuição da burocracia, a redução das despesas de custeio e, principalmente, a prestação de mais e melhores serviços públicos, instrumentos de promoção do desenvolvimento social.

A prestação de mais e melhores serviços públicos não pode prescindir da participação do setor privado, especialmente em um contexto de rígidas limitações de recursos em que o estado de Alagoas se encontra. Parte substancial do aumento da oferta, com ganhos de qualidade, de serviços públicos será garantida pela associação entre capitais públicos e privados ou, de maneira regulada pelo governo do estado, de maneira privada. Para definir se o serviço público será prestado diretamente pelo governo do estado, em parceria deste com a iniciativa privada, ou de maneira privada apenas, serão levados em consideração, principalmente, o retorno em termos de aumento de oferta em relação ao custo da expansão com ganhos de qualidade de cada arranjo e a capacidade e interesse do setor privado de se comprometer com atingimento de objetivos e consecução de metas de desenvolvimento social aplicáveis, seja de maneira autônoma ou em parceria com o governo.

Para isso, não somente será necessário adequar os instrumentos de associação entre os setores público e privado já existentes, como o marco legal das parcerias público privadas, como também introduzir outros eventualmente considerados imprescindíveis. Um desses instrumentos inovadores é o contrato de impacto social, por meio do qual uma entidade do setor privado, por exemplo uma empresa, compromete-se a atingir os objetivos e alcançar as metas de desenvolvimento social constantes nos termos da estratégia de longo prazo, traduzidas na expansão com qualidade de serviços públicos, e é remunerada em função de seu sucesso.

Ressalta-se que o processo de inovação regulatória e aperfeiçoamento de instrumentos de associação entre recursos públicos e privados para que a ação governamental seja crescentemente eficiente, eficaz e efetiva será contínuo. A qualidade do gasto deve ser um princípio que permeie a elaboração de todas as políticas públicas e a prestação de qualquer serviço público.

Todos os esforços de implementação das mudanças do padrão de gestão pública do governo de Alagoas, nas dimensões de recursos humanos, tecnologia, estrutura, processos e de alinhamento lógico das dimensões estratégica, de planejamento, de orçamento e de execução da ação governamental tem por objetivo aproximar o governo dos cidadãos e responder a suas demandas. Com a realização desse potencial, Alagoas será grande.

Operar essas mudanças e superar a herança patrimonialista preponderante no modelo de gestão vigente será um desafio enorme. Maior ainda, entretanto, é a vontade de realizá-las. Os recursos administrativos do governo de Alagoas devem ser empregados a favor de todos os alagoanos.



# COMPROMISSOS



## No cenário fiscal

- Concentrar recursos nas áreas-chave da prestação de serviços à população.
- Promover a revisão da atual estrutura de fundos vinculados ao orçamento estadual, simplificando a estrutura orçamentária.
- Reduzir a complexidade do regime tributário estadual e a instabilidade das normas, de forma a criar uma relação equilibrada e transparente com o contribuinte e a garantir a segurança jurídica nas relações tributárias.
- Reestruturar a administração tributária para reduzir as cobranças indevidas e tornar transparente e eficiente o contencioso administrativo.
- Neutralizar os eventuais estímulos à sonegação e à inadimplência.
- Investir em serviços de informação e inteligência fiscal, bem como na capacitação e na instrumentalização do fisco para combater a fraude e a sonegação fiscal, potencializando o aumento da arrecadação do ICMS sem aumentar a carga nominal, o que possibilitará a redução da carga tributária para micro e pequenas empresas.
- Ampliar e unificar os canais de transparência do estado, com simplificação e facilitação do acesso da população aos dados orçamentários, financeiros e administrativos de todo o estado.
- Desenvolver diagnóstico e plano de incentivos para os distritos industriais e para outras modalidades de desenvolvimento, como o porto seco.

# COMPROMISSOS



## Na gestão administrativa e prestação de serviços públicos

Para alcançar a eficiência administrativa preconizada, algumas medidas de caráter sistêmico na esfera da gestão pública se fazem necessárias, para transformar a

natureza do fazer administrativo e permitir à máquina estadual produzir resultados com os recursos escassos com que vai ter que contar.

**CONECTA ALAGOAS** - política de agilidade dos serviços e desburocratização - rapidez, acesso, transparência

1. “CONECTA ALAGOAS”. Criação de um aplicativo para os serviços públicos do Estado. Facilitando a população obter informações, realizar o pagamento de taxas, marcar consultas de saúde, fazer a matrícula escolar etc.
2. Sua utilização será gradativa e somativa, a partir de inserção de funcionalidades de grande demanda e que garantam agilização: IPVA, multas, matrícula escolar, denúncias de infraestrutura, denúncias de segurança pública etc.
3. Dispositivo de Segurança Preventiva ou **Botão do Pânico**, solução que permite às mulheres e outros segmentos vulneráveis, que se sentem ameaçados, avisarem as autoridades sobre a situação e transmitirem sua localização pelo GPS, a partir de aplicativos instalados nos smartphones. Esse serviço estará disponível na plataforma **CONECTA ALAGOAS**.

## Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade e Cibersegurança

Estratégia: melhorar a relação dos serviços públicos com os cidadãos e as empresas, otimizar a gestão e liberar recursos para a promoção do investimento público.

Reformas:

1. Serviços públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas;
2. Reforma funcional e organizacional da Administração Pública;
3. Administração Pública capacitada a criação de valor público;

Investimentos necessários:



- I. Reestruturação do Atendimento dos Serviços Públicos;
- II. Serviços eletrônicos sustentáveis;
- III. Reforço as políticas e ferramentas de segurança digital e da informação;
- IV. Transição digital da Administração Pública;
- V. Modernização e Digitalização da Administração Pública;
- VI. Capacitação da Administração Pública

**Wi-fi Alagoas-social** - acessibilidade de wifi para a sociedade gratuitamente - democratização

**1.** Trata-se de um projeto de instalação de equipamentos públicos para acesso livre ao Wi-Fi. Serão torres espalhadas em locais de grande frequência, privilegiando regiões próximas a escolas, postos de saúde e centros turísticos

Ademais, meu compromisso é de instituir um novo modelo de gestão por meio das seguintes ações:

- Redesenho e fortalecimento do sistema de planejamento e gestão;
- Reorganização da rede de parceiros para a operacionalização do modelo de gestão;
- Modernização dos mecanismos institucionais e operacionais;
- Adoção de conceitos e métodos de visão estratégica;
- Adoção da capacitação e aperfeiçoamento sistemático dos atores;
- Adoção de contratos para a formação de pactos e estabelecimento de responsabilidades para o gerenciamento das ações e cobrança do cumprimento das metas, nos diversos níveis gerenciais;
- Adoção de reuniões gerenciais sistemáticas, nos diversos níveis da organização gerencial, para o acompanhamento dos contratos firmados com base nos instrumentos de monitoramento das metas e resultados;
- Democratização do processo para que possibilite a transparência da gestão e a participação da sociedade nas decisões tomadas e na definição de prioridades;

- Descentralizar amplamente as estruturas e o poder de decisão dentro do aparelho administrativo do estado, e reforçar a descentralização das políticas públicas mediante parcerias com municípios e consórcios intermunicipais;
- Incentivar a participação da sociedade na definição de prioridades, na elaboração e execução das políticas, fortalecendo a função da ouvidoria;
- Fomentar atividades de pesquisas e estudos essenciais ao monitoramento dos indicadores econômicos, sociais e ambientais que norteiam as políticas;
- Integrar, na maior extensão permitida pelas condições fiscais, a programação financeira do Tesouro e a gestão de compras, de forma a poder definir nos editais de compras de bens e de contratação de serviços os prazos exatos de pagamento das obrigações contratadas e fornecidas, e cumprir esses prazos, dando credibilidade ao Estado como cliente junto aos seus fornecedores;
- Desenvolver um portal de compras estadual, automatizando o processo de licitação e compras governamentais;
- Valorizar o servidor de carreira, com gestão baseada na meritocracia;
- Conceber um banco de dados estadual com as informações resumidas das compras, quais sejam: especificação do produto e serviço com codificação única no âmbito do Estado para produtos e serviços idênticos ou similares, de acordo com o grau de similaridade; valor pago por unidade de medida definida; data da aquisição; data prevista para o pagamento e data do pagamento;
- Promover a gestão transparente, eficiente e integrada com a utilização de boas práticas em Gerenciamento de Projetos, Programas e Portfólio para garantir monitoramento das metas prioritárias de governo;
- Garantir a articulação dos recursos públicos com a gestão orçamentária e financeira focadas em resultados claramente definidos, priorizados e comunicados à sociedade e a todos os níveis da administração pública;
- Fortalecer a capacidade de planejamento e gestão setorial;
- Estabelecer mecanismos de pactuação e responsabilização do cumprimento de resultados, através do fórum permanente de monitoramento e avaliação do cumprimento de metas a serem realizados com todos os secretários de governo e destes com suas respectivas equipes;
- Dar condições e cobrar de todos os níveis da organização pública a prática de reuniões gerenciais focadas no cumprimento das metas e resultados;
- Resgatar o papel da Escola de Governo como propulsora do desenvolvimento profissional, envolvendo não apenas os agentes que operam as políticas públicas, mas também os que tomam as decisões;

- Garantir a implantação, de fato e de direito, da Gestão por Programas em Alagoas;
- Implantar os processos de monitoramento, avaliação e revisão dos programas de governo, visando mantê-los atualizados e integrados às demandas da sociedade alagoana;
- Fortalecer a função de planejamento do Governo de Alagoas, de forma a garantir a integração não apenas formal, mas, sobretudo orgânica dos planos de ações de governo, evitando a duplicidade de esforços e recursos;
- Instituir no Governo do estado o processo de estudos, pesquisas e análise, permanente, como subsídio para a formulação e execução das políticas públicas;
- Fortalecimento, através da colaboração técnica, das ações do Governo Estadual com os Municípios e União;
- Promover o alinhamento do controle interno com o planejamento e avaliação dos resultados;
- Fortalecer os canais de ouvidorias;
- Fortalecer a estrutura central de controle interno do Estado em recursos e estratégia, potencializando o seu papel na prevenção da corrupção e do desperdício.

## COMPROMISSOS



### Na política tributária

Incentivar em função do interesse público comprovado

É verdade que as distâncias, o isolamento geográfico e o menor desenvolvimento relativo fazem com que algum tipo de compensação tributária de desvantagens competitivas seja necessário ainda por algum tempo para atividades que realmente gerem valor para a economia do estado, em projetos que representem novos investimentos e geração de empregos.

Em outras palavras, a concessão de benefícios fiscais deve ser um instrumento de política fiscal voltado à promoção do desenvolvimento, para adoção pela União e pelos

estados brasileiros visando à redução de desigualdades sociais e regionais, a promoção de crescimento setorial, a expansão, a modernização e a diversificação das atividades econômicas, estimulando o aumento da competitividade estadual.

Fica clara a necessidade de profundas modificações no âmbito tributário estadual. Todas essas alterações são minuciosas e exigirão um extenso trabalho de desenvolvimento normativo e aplicação administrativa, sendo lançadas de imediato e concretizadas a médio prazo, ao longo dos quatro anos de governo. Afinal, foram muitos anos de distorções acumuladas, que exigirão um processo sustentado de reforma tributária que garanta a competitividade de nossas empresas e a equidade fiscal entre os nossos contribuintes. Em todas as medidas propostas, há uma premissa comum: a concessão de qualquer benefício fiscal somente se justifica se e quando a vantagem a ser gerada pelo uso privado de recursos da sociedade seja maior do que o uso público desses recursos.

- Consolidar e melhorar a qualidade da redação e dar segurança jurídica à legislação e aos regulamentos estaduais.
- Promover uma revisão da política de incentivos fiscais do estado, cuja importância reconhecemos, dentro das premissas da legalidade tributária, da vinculação a objetivos concretos de criação de emprego e renda para cada benefício concedido e da impessoalidade (sem favorecimentos individuais a contribuintes privilegiados), respeitando os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos, tudo dentro da legalidade.
- Investir na estruturação da inteligência fiscal, bem como na capacitação e na instrumentalização do fisco para combater a fraude e a sonegação fiscal.
- Divulgar de forma detalhada e clara as metodologias e dados utilizados para o cálculo da receita estimada no orçamento.
- Simplificar e unificar os procedimentos de cumprimento das obrigações tributárias e registrais das empresas junto ao estado

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Vamos nos apoiar para entender o cenário da economia alagoana neste 2022, após dois anos de grandes impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus na produção e no consumo de bens de serviços, que afetou grandemente o nível de atividade, nas avaliações do acadêmico Cícero Péricles (UFAL).

No estudo “A conjuntura econômica de Alagoas de 2021: um balanço do segundo semestre”, publicado no portal da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Feac), o professor Cícero Péricles de Carvalho apresenta o cenário das atividades econômicas, nos meses de agosto a novembro, apontando uma realidade bem diferente do ano passado.

O trabalho sinaliza dois graves problemas - a inflação em alta e a taxa elevada de desemprego -, que penalizam a população por retirar o poder de compra e diminuir o consumo; como também aponta o retorno de algumas atividades à sua normalidade, gerando expectativa para uma taxa de crescimento positiva e maior que a da economia brasileira.

O primeiro fator importante nessa recuperação econômica, como revela o professor, é a melhoria das condições sanitárias, com a queda expressiva do número de infectados e mortos neste segundo semestre, decorrente da vacinação em massa, que já aplicou 4 milhões de doses de imunizantes. Essa aceleração permitiu a superação da fase vermelha do distanciamento social em julho e o retorno à fase azul em setembro. Com o avanço na área sanitária, há uma reabertura paulatina e segura das atividades de setores fundamentais, como comércio e serviços.

Um outro elemento, apontado no estudo, como importante fator para a retomada da economia é o retorno dos programas de estímulo à economia, muito importantes no ano passado, como o Auxílio Emergencial, o Programa de Manutenção do Emprego e Renda e as linhas emergenciais de crédito, que ficaram suspensos nos meses de janeiro a abril, em plena “segunda onda” da pandemia.

Segundo ele, “a sociedade e a economia alagoanas necessitam desses recursos para enfrentar a pobreza extrema e as desigualdades sociais que marcam a vida da população, na medida em que essas políticas são massivas, capilarizadas e respondem com relativa eficiência às demandas, principalmente dos mais pobres, os que mais perderam renda nos meses da pandemia”.

Para os próximos anos, os desafios são grandes. Penso que se torna fundamental pensar e agir como foco na busca por um desenvolvimento regional que seja inclusivo, que



reduza as grandes disparidades regionais na produção de riqueza e de bem-estar para o povo alagoano.

Meu compromisso fundamental é orientar a atuação do setor público para apoiar, fomentar e contribuir de forma mais decisiva com um crescimento econômico das regiões menos dinâmicas para taxas mais próximas da média estadual e alavancar a média estadual para aproximar da dinâmica per capita nacional.

Para alcançar essa meta estratégica e de grande relevância para o nosso povo a conjunção de alguns fatores apontam a formação de um cenário nacional e externo favorável, que conjugado com as forças motrizes e as vantagens comparativas do estado, respaldados em uma política de desenvolvimento econômico estadual, com ênfase na atração de investimentos.

No cenário externo é digno de menção:

- ampliação do comércio devido ao aumento da demanda dos países emergentes e em desenvolvimento.
- Oportunidades para o segmento agroalimentar advindas das mudanças no padrão de crescimento da china.
- Oportunidades derivadas do crescimento do papel da china como investidor.
- Criação de unidade organizacional pública específica para o desenvolvimento de projetos de divulgação, exportação e facilitação comercial entre o estado de alagoas e os demais estados, a União e o comércio exterior, atuando na facilitação dos projetos e organizando uma “vitrine” de Alagoas para o mundo.

No cenário interno, os fatores mais importantes para o crescimento de Alagoas são os seguintes:

- Expansão da produção e das exportações de alimentos, especialmente para o mercado nordestino;
- Avanços tecnológicos para obtenção de ganhos de produtividade na agricultura.
- Desenvolvimento de novas técnicas, tecnologias e soluções aplicadas à cadeia de produção e distribuição de alimentos;
- Implementação, melhoria e revitalização do canal do sertão como esteio hídrico para diversas finalidades da economia regional

- Disponibilidade de recursos naturais, tais como clima, topografia, matéria-prima, biodiversidade e recursos hídricos, é considerada como uma vantagem competitiva de Alagoas.
- Fomentar as potencialidades regionais (vocacionamento e investimento nas cadeias econômicas, arranjos produtivos locais e nos distritos industriais), bem como a elaboração de estudos técnicos e econômicos para a implantação de espaços de desenvolvimento, a exemplo de portos secos que existem no país.

Para o crescimento econômico sustentável de Alagoas, com aumento da renda per capita e inclusão social, as principais estratégias a serem perseguidas são as seguintes:

- Inserir os produtos de Alagoas na agenda comercial externa do Brasil.
- Estruturar portfólios de oportunidades de negócios e projetos de investimento produtivo nas diversas regiões do Estado;
- Melhorar sistematicamente a produtividade e inovação nas empresas alagoanas.
- Aumentar a competitividade da economia e sua inserção regional;
- Oferecer uma educação geral e técnica de qualidade que irá permitir aumentar o estoque de capital humano disponível e irá se refletir, também, no aumento da produtividade do fator trabalho;
- Prover uma infraestrutura de alto desempenho, especialmente rodoviária
- Promover um desenvolvimento regional inclusivo por meio de um amplo aproveitamento das oportunidades e vocações econômicas
- Realizar promoção comercial sistemática e assertiva de Alagoas, promovendo a formação e o desenvolvimento de redes de negócios em todo o Nordeste;
- Atrair investidores e investimentos nacionais e estrangeiros para Alagoas, neste sentido com especial atenção;
- Fortalecer empreendimentos de médio porte na produção de bens ou serviços de alto valor agregado, competitivos nos mercados regional e nacional.

Para se tornar mais relevante na produção de alimentos; móveis e energia para o Nordeste e o Brasil, Alagoas dependerá da evolução da sua produtividade e competitividade, o estado precisa acompanhar as principais tendências de mudanças nos padrões alimentares e inovar para se adequar às exigências dos mercados consumidores. Alguns direcionadores estratégicos que pretendo aproveitar e incorporar na gestão e governança pública para o desenvolvimento regional integrado em prol de Alagoas mais produtivo, mais próspero e menos desigual são os seguintes:

- Fortalecer o sistema de inovação, especialmente nas atividades voltadas para a agroindústria, que é uma condição essencial para que o estado se posicione entre as economias mais competitivas da região e do País;
- Ampliar a competitividade do estado e adotar uma estratégia de exportações proativa, que serão determinantes para a qualidade da sua inserção regional e nacional e para a disseminação de prosperidade no estado.
- Agregar valor e ganhar produtividade na atividade agropecuária, para tanto irei criar as condições para empregar um mix de tecnologias, serviços modernos e utilização de energias renováveis.
- Aumentar os investimentos em infraestrutura e logística, com gestão mais eficiente dos recursos, como fatores essenciais para que se desenvolvam novos vetores de desenvolvimento no território do estado de Alagoas.



Fotografia: BRASKEN



# FOMENTO AO SETOR PRODUTIVO E POLÍTICAS SETORIAIS



## SITUAÇÃO ATUAL

O setor agropecuário, ainda é o centro dinâmico da economia alagoana, tem demonstrado melhoria em sua capacidade gerencial e de inovação e com isso pode expandir as fronteiras agrícolas do Estado. Há grande potencial para o desenvolvimento de estudos econômicos e de plano de negócios vocacionados para as diversas potencialidades regionais, em razão da sua topografia, clima, condições de solo, dentre tantas variáveis. O Canal do Sertão, importante e fundamental, deve ser alvo das políticas públicas de gestão hídrica. Assim também, um conjunto de investimentos específicos para cada região e suas particularidades. O esquema gráfico, abaixo, busca retratar esse potencial já conhecido pelos alagoanos, e merecerá um profundo estudo diagnóstico para organizar a política de investimentos regionais e fomentar as cadeias produtivas, os arranjos produtivos locais e outros espaços de desenvolvimento.



Agropecuária e proteção ambiental têm de ser desenvolvidas simultaneamente, e o estado deve apoiar, incorporar e fomentar as muitas iniciativas já em andamento por parte da agricultura empresarial e familiar de Alagoas. Isto se torna ainda mais crítico quando se constata, com grande expectativa, que o estado ainda apresenta um bom potencial de crescimento tanto na produção de produtos primários como no processo de



agroindustrialização e de agregação de valor às suas matérias-primas, seja nas culturas tradicionais ou na diversificação de sua matriz de produtos.

Apesar de seu potencial, o agronegócio não pode ofuscar a importância da agricultura familiar, responsável por parte do valor da produção agrícola e emprego gerado no campo. Alagoas tem uma importante agricultura familiar produzindo especialmente grãos (arroz, feijão e milho), frutas (banana, abacaxi), legumes e verduras, mandioca, leite, peixes, produtos apícolas e frango tipo “caipira”. Longe de competir com a grande produção empresarial, a agricultura familiar é uma atividade que deve completar a estrutura da produção rural alagoana, aproveitando as oportunidades abertas pela elevação da renda exportadora e pela urbanização dela decorrente.

O que se busca é atender e ter um olhar mais abrangente para o setor produtivo. Isso está diretamente relacionado a atender, também, aos pequenos empreendedores, ao agricultor familiar e ao pequeno produtor rural. É determinante investir na assistência e extensão rural, além da necessária capacitação gerencial básica para a gestão dos negócios.

Há falta de subsídios para o acesso dos pequenos produtores aos insumos, maquinários, novas tecnologias, benfeitorias e até mesmo a própria mão de obra. O que perdura, até os dias atuais, é o discurso político de apoio ao pequeno produtor, mas sem qualquer investimento concreto.

Dada essa precariedade, entende-se como factível o estudo para avaliar a criação de fontes de incentivo ou mesmo um fundo financeiro, que possa oferecer incentivo a esse público em particular. Incentivo, vale dizer, não apenas pecuniário, mas sobretudo de assistência técnica, extensão rural e gestão da unidade produtiva. Uma proposta de apoio assistido ao pequeno produtor em toda a cadeia produtiva, com possibilidades interessantes, inclusive, de rever e fortalecer o papel da Emater Alagoas. Uma entidade que merece ser apoiada e eventualmente “ressignificada”, para o fomento e acreditação, inclusive com parceria de outras entidades do sistema S, além de associações da sociedade civil ligadas à agricultura e desenvolvimento do trabalho e emprego.

A produção rural ocupou e integrou em Alagoas a maior parte do território estadual, incorporando fronteiras em áreas mais isoladas, mas é preciso garantir e manter a

competitividade por meio do aumento de sua produtividade, permitindo a continuidade do seu ciclo de desenvolvimento e a consolidação de Alagoas como importante estado produtor em todo o Nordeste.

Além dessa perspectiva, é essencial, não obstante, fortalecer as cadeias produtivas do agronegócio investindo em tecnologias, fomentando a pesquisa, a sustentabilidade, os processos de defesa agrícola. Para tanto, há iniciativas que não podem ficar em planejamentos inexecutáveis. Precisamos investir na expansão de incentivos à piscicultura, no fortalecimento dos sistemas de produção de aves e suínos, na recuperação de áreas agricultáveis para as culturas de grãos, oleaginosas e cana-de-açúcar, eucalipto e, sobretudo, realizar ações e investimentos decisivos nos programas de sanidade animal.

Algumas proposições para o setor da **agropecuária**:

- Dotar a EMATER/AL de corpo de funcionários próprio (fixo), no sentido de torná-la efetivamente apta a responder aos novos e crescentes desafios de assistência técnica e extensão rural, bem como às demandas de programas fundamentais para a agricultura familiar como o PAA e outros; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Ampliar a disponibilização de máquinas agrícolas para associações e sindicatos do meio rural; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Criar e manter câmaras setoriais estaduais, para a solução de conflitos entre agricultores e industriais (culturas da cana-de-açúcar, do coco etc.); (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Ampliar o programa de incentivo à produção de grãos, tendo em vista a nova realidade da agricultura alagoana; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Possibilitar maior agilidade à SEMARH no sentido de atender aos pedidos de outorga de águas para irrigação; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Melhorar e manter as estradas vicinais, pavimentadas ou não, importantes para o escoamento de nossa produção agropecuária; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Fomentar as potencialidades do agronegócio em cada região, regionais (vacionamento e investimento nas cadeias econômicas, arranjos produtivos locais, empresas e indústrias do setor agro), bem como a elaboração de estudos

técnicos e econômicos para a implantação de espaços de desenvolvimento de agricultura, a exemplo de portos secos que existem no país.

Dentro do setor serviços, um segmento de excepcional importância é o turismo. Alagoas tem um dos maiores potenciais turísticos do Brasil e hoje já apresenta destinos com altos níveis de visitação.

Esses destinos dependem de ações de sustentação de curto prazo para sua consolidação e superação de alguns problemas da infraestrutura básica e de apoio turístico. Outro conjunto de municípios tem grande potencial, especialmente destinos de pesca, de sol e praia, que também agregam elementos de apelo natural e/ou cultural, mas permanece sem a devida estruturação.

A intervenção do estado no segmento turístico deve apoiar os mercados atualmente já maduros, mas sem perder de vista os novos destinos que aproveitem o potencial natural e cultural que privilegia os alagoanos, numa dimensão de interiorização e diversificação dos destinos. Também nessa esfera, o estado tem um papel não apenas de executor da sua parcela de responsabilidade, mas também de promotor e cooperador do papel dos municípios. Ademais, como ações estratégicas para o setor proponho:

**Ambiente especializado de governança em negócios (Vitrine Alagoas)** - Captação, Coordenação, Integração e Internacionalização

1. Criar um ambiente de negócios que ordene os projetos, articule players internos e externos, apoie a estruturação de projetos, monitore a execução de projetos e concentre a demanda dos projetos especiais;
2. Atração de investimentos;
3. Inteligência de mercado e estratégia de negócios;
4. Qualificação empresarial;
5. Estratégia de internacionalização;
6. Promoção de negócios;
7. Competitividade inovação e sustentabilidade.

## Turismo – Aplicativo CATONLINE

Modernização dos serviços de turismo - Acesso, informação, rotas, eventos

**1.** O CAT ONLINE consiste em um projeto de Tecnologia de Comunicação e Informações (TICs) que oferece aos usuários, através de PWA (Progressive Web App), informações relacionadas ao patrimônio, cultura, história, tradição, gastronomia, lazer e outras que fomentam e valorizam os elementos turísticos acautelados e não acautelados de Alagoas, bem como apresenta serviços auxiliares voltados ao turista, como locais de intermodalidade (terminal de ônibus, rotas de transporte público e outros), de segurança pública (delegacia de polícia etc.) e utilidades (hotéis, restaurantes e outros).

**2.** O principal objetivo é o de ampliar a interação e acesso do turista que visita Alagoas com informações sobre os pontos turísticos e seus serviços. Será realizada a integração desses serviços ao app CONECTA ALAGOAS



Outras iniciativas para o importante segmento turístico em Alagoas e que estão entre os nossos compromissos:

- Aumentar a oferta de qualificação profissional na área por meio do incentivo à oferta de cursos livres e técnicos na área de turismo, visando os municípios indutores do turismo regional. O aumento da oferta pode ocorrer via colégios técnicos estaduais, parceria com entidades privadas, e com entidades do sistema S, como o SEBRAE e o SENAC.
- Potencializar o uso dos equipamentos turísticos tanto por turistas quanto por residentes, por meio da divulgação destes equipamentos como opções de lazer. Esta proposta trata de fomentar a articulação entre município e trade turístico local para a promoção dos equipamentos turísticos.
- Incentivar a inovação tecnológica no setor por meio de parcerias com o setor privado e o trade, fomentando o desenvolvimento de sítios de promoção dos destinos turísticos e aplicativos mobile que mostrem ao turista as opções oferecidas pelo trade turístico local e os tipos de atividades turísticas disponíveis em cada destino: turismo cultural, turismo ecológico e turismo de saúde.
- Assegurar o acesso aos destinos turísticos por meio de melhorias no acesso geral e nos transportes. Esta proposta visa ao desenvolvimento de um programa de melhoria da infraestrutura das cidades turísticas tendo como objetivo o incremento da acessibilidade de pessoas com deficiência e restrição de mobilidade aos destinos turísticos regionais, bem como suprir a necessidade de transporte público que atenda ao turista no deslocamento desde sua chegada até as visitas aos atrativos turísticos.
- Apoiar eventos artísticos, gastronômicos e circuitos culturais para impulsionar o turismo regional, concentrando esforços nas regiões com vocação turística pouco explorada a fim de que se crie um fluxo de turistas que auxilie na promoção dos destinos e aqueça a economia local.
- Fortalecer a capacidade de gestão turística do estado, bem como da governança local dos destinos – esfera municipal.
- Elaborar diagnóstico e prognóstico das potencialidades e produtos turísticos de Alagoas, com ênfase no ecoturismo.
- Criar programa de interiorização do turismo a partir do fomento e repasses regular anual às instâncias de governança das regiões turísticas de Alagoas.
- Criar programa de concessão de unidades de conservação estaduais visando a preservação a partir do turismo.



- Concluir obras de ampliação da infraestrutura do turismo em Alagoas, fortalecendo o segmento de eventos e negócios.
- Viabilizar projetos de modernização das orlas do estado de Alagoas, modernizando e qualificando o turismo.
- Concluir as obras de rodovias e modais de transporte destinadas ao turismo do estado de Alagoas.
- Concluir as obras pendentes de saneamento básico e priorização dos destinos turísticos alagoanos.
- Investir nos meios e modais de transporte para a região sul do estado.
- Investir em infraestrutura de eventos e convenções nas regiões do litoral norte, litoral sul e sertão alagoano.
- Implantar programa de formação de mão de obra especializada em turismo por meio do apoio do sistema S, empresariado e sociedade civil organizada.
- Ampliar o projeto “Turismo do Saber” de Maceió para toda a rede estadual.
- Criar programa de segmentação turística de Alagoas por meio do fomento ao turismo de eventos, gastronômico, cultural, aventura, cidades históricas e rural.
- Criar programa anual de fomento ao turismo junto à iniciativa privada por meio das entidades representativas: ABIH/AL, MC&VB, ABRASEL/AL, SINGTUR e SINDHAL.
- Criar programa estadual de captação de vôos fretados nacionais e internacionais.
- Criar o plano estadual de “Place Branding” (identidade turística) para Alagoas.
- Criar programa “Destino Alagoas Digital” com investimentos em mídia programática, influenciadores digitais e projeção virtual do turismo de Alagoas no mercado.
- Criar unidade de monitoramento e avaliação de indicadores do turismo para o desenvolvimento de estratégias, planos e ações para o setor.
- Implantar o programa “Alagoas para os alagoanos”, estimulando conhecimento, a auto-estima dos residentes e a economia do estado.

**Arranjos produtivos**, incentivos, vocações locais, produtividade e sustentabilidade - Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

#### 1. APL produção de camarão do sertão

2. APL produção de tilápia
3. APL produção de leguminosas
4. APL produção de uvas – vinhos
5. APL turismo de aventura – trilhas, rapel etc.
6. APL turismo de mergulho e pesca
7. Hotelaria especializada

Ainda com relação ao fomento, modernização, criação e ampliação dos arranjos produtivos, explico compromissos que incorporo nesta agenda de candidatura a partir de debate e proposições surgidas em diversos ambiente produtivos da sociedade alagoas, a saber:

- Usar as compras governamentais como instrumento de fomento às cadeias e APLs emergentes; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Implementar política que priorize a atração de investimentos, complementem ou ampliem as cadeias produtivas e APL, de forma a incrementar a competitividade do conjunto as empresas; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Promover a integração de políticas públicas, dotando os territórios das cadeias produtivas e APLs de infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento, com abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia e estradas; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Elaborar um Plano de Ampliação dos APLs, com base no diagnóstico dos arranjos prioritários; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);

## **Agricultura familiar**

Políticas de abastecimento e inclusão

Empreendedorismo, diversificação de mercado, economia criativa

1. Fomentar a agricultura familiar para suprir os programas existentes;
2. Identificar o vocacionamento de culturas;
3. Fomentar Arranjos produtivos Locais;

4. Suprir as principais cidades do estado de produtos de consumo básico;
5. Estimular o empreendedorismo no agronegócio;
6. Extensão e infraestrutura para aumentar a produção e a produtividade, assegurando maior segurança alimentar para a população, especialmente a mais vulnerável.



**Desenvolvimento rural** - sustentável por meio da agricultura, pecuária, pesca e aquicultura  
- Ideias de programas com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1. Diversificação e sustentabilidade de atividades alternativas à monoatividade canavieira na Zona da Mata;
2. Ampliação e verticalização da bacia leiteira de Alagoas;
3. Promoção da convivência com o semiárido;
4. Uso hidroagrícola do Canal do Sertão;
5. Integração campo-cidade, agricultura urbana e periurbana e inserção produtiva
6. Desenvolvimento da aquicultura;
7. Desenvolvimento sustentável da fruticultura Dinamização e qualificação da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura em Alagoas;
8. Fortalecimento da agricultura familiar e cooperativismo no campo

### **Parques tecnológicos**

Políticas de desenvolvimento e economia criativa - Empreendedorismo, aplicativos, ambiente de negócios, valor agregado

1. Ampliar e qualificar o investimento em ciência, tecnologia e inovação em Alagoas;
2. Desenvolvimento de linhas de financiamento em ciência, tecnologia e inovação, priorizando pesquisas com alta aplicabilidade nos setores produtivos de Alagoas;
3. Criação de centros de inovação e tecnologia nas regiões de Alagoas com estímulos a Startups e produção de tecnologia da informação;
4. Estruturação de um Parque Tecnológico em Alagoas vocacionado para indústrias leves;

**Políticas de desenvolvimento e desburocratização** - Economia, Trabalho, Agilidade, Empreendedorismo

1. Implantação de política de microcrédito para os MEI e congêneres por meio de cadastro identificado em órgãos públicos e sistema S.;
2. Implantação de política de agilização do trâmite burocrático de gestão de recursos. Antecipação de recursos por meio da Nota de Empenho (FECOEP). A Nota ser reconhecida como título de crédito;

**3.** Investimento no sistema da rede SIM, para que haja maior desburocratização e agilização dos processos para os microempreendedores

Por fim, a diversificação econômica exige a atenção a um crescimento industrial adequado. A indústria estadual, em seus segmentos extrativo mineral, de transformação, de construção civil e de serviços industriais de utilidade pública, é responsável por parte significativa do produto econômico estadual.

Nosso programa tem medidas de natureza tributária e de facilitação da vida empresarial que, sendo de caráter geral, beneficiam todos os setores aqui apontados. Adicionalmente, podemos formular políticas setoriais específicas que, aproveitando e apoiando a expansão autônoma do agronegócio de produção primária, garantam a sustentabilidade ambiental dessa expansão e induza à agregação de valor ao produto primário e a diversificação da base de geração de renda do estado.

### **Setor industrial**

- Fortalecimento e ampliação do polo industrial da química e do plástico na região metropolitana de Maceió;
- Desenvolvimento de empreendimentos de energia sustentável;
- Fortalecimento dos polos regionais e diversificação industrial;
- Explorar novas possibilidades locais de produção agropecuária com valor agregado;
- Fortalecimento da agroindústria;
- Estabelecer políticas industriais que agreguem valor aos produtos do agronegócio e que contribua para a melhoria da qualidade e dos custos de produção no setor;
- Estabelecer política de incentivos fiscais que atenda a nova política industrial e que seja competitiva em relação às políticas de incentivos fiscais dos estados vizinhos;
- Promover ampla divulgação da economia, potencialidade e infraestrutura de Alagoas em outros estados da federação e em países com os quais o estado não mantenha relacionamento comercial;
- Explorar a indústria do pescado, assim como as potencialidades da pesca esportiva como fator de atração do movimento turístico;
- Ampliação dos conhecimentos geológicos e geofísicos;



- Organizar a base de conhecimento técnico e científico para a gestão mais eficiente dos recursos pesqueiros;
- Implantar uma política de desenvolvimento industrial de modo a ampliar a competitividade da indústria, por meio de maior articulação entre o estado e o setor privado, buscando dinamizar o emprego, aumentar e diversificar as exportações, estimular os setores de base tecnológica, via incentivos à inovação e produção de bens de alto valor agregado (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Estudar a viabilidade de se criar incentivos e benefícios fiscais – estaduais e municipais – para as empresas que se instalam nos polos, núcleos ou distritos do interior de Alagoas;
- Reunir e disponibilizar, no site oficial do Governo do Estado todas as obrigações principais e acessórias impostas às empresas alagoanas (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Ampliar os mecanismos de atração de investimentos que possibilitem a diversificação produtiva local e a integração com novos mercados, implementando programas de desenvolvimento industrial competitivo, como forma de aumentar a receptividade de investimentos e reduzir as desigualdades com os estados mais prósperos; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Reestruturar os polos tecnológicos do interior com vistas a fortalecer a presença de investidores na indústria alimentícia alagoana, reforçando o desenvolvimento tecnológico como forma de atração de investimentos para o interior; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Realizar diagnósticos da situação para levantamento das principais necessidades e execução de planos diretores, em todos os polos, distritos e núcleos industriais do Estado; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Estruturar ações voltadas ao incentivo de aglomerações produtivas intensivas em tecnologias como apoio ao desenvolvimento da indústria 4.0 Alagoas; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Manter e assegurar o poder de compra do governo para o direcionamento de suas aquisições, preferencialmente no mercado interno, criando demanda efetiva para as micro e pequenas empresas, de forma a garantir sua sustentabilidade e ampliação dos postos de trabalho; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Desenvolver, articular e implementar legislação sobre compras governamentais de pequenos negócios do Estado, assegurando ao MEI o tratamento diferenciado e dispensando-o, expressamente, da apresentação de certidões e documentos

que não lhe são exigidos por lei. A legislação deve prever a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre as compras efetuadas pelos órgãos públicos junto aos microempreendedores; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);

- Promover uma maior coordenação das ações de política industrial entre o Estado e a iniciativa privada para a exploração do potencial de diversificação da cadeia produtiva da bioenergia, por meio da consolidação do setor sucroalcooleiro em Alagoas, do adensamento das cadeias produtivas da bioenergia do eucalipto e de outras biomassas, com o estímulo à entrada de novas empresas nos diversos elos da cadeia e na construção de capacitação tecnológica para esse setor; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Atualizar os mapas dos potenciais solar e eólico, acrescentando nestes as possibilidades de aproveitamento no offshore existente em Alagoas; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Incentivar e apoiar estudos de viabilidade para o desenvolvimento e implantação de suas híbridas em Alagoas, que sejam eólicas/solar ou biomassa/gás natural, com o objetivo de minimizar a intermitência ou a sazonalidade da geração; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Elaborar e implantar uma lei de eficiência energética estadual que incentive o melhor rendimento energético de instalações públicas e privadas existentes ou que venham se instalar no Estado; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Incentivar e apoiar a atração de investimentos que possam diversificar a matriz energética do Estado, também como fator do surgimento e desenvolvimento de novas indústrias; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Apoiar iniciativas públicas e empresariais para implantação de programas relativos à produção de biocombustíveis em Alagoas; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Estimular o surgimento de startups, de grupos de investidores (anjos e/ou venture capitalists) que priorizam a fixação dos novos empreendimentos em território alagoano e promovam o desenvolvimento do Estado; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018);
- Mapear as necessidades e oportunidade de apoiar a transformação digital nas cadeias produtivas, difundindo e induzindo a adoção de novas tecnologias que promovam o desenvolvimento tecnológico e conduzam o Estado rumo à 4ª Revolução Industrial; (Agenda do Desenvolvimento – Sistema S, 2018).



*"Meu lado é o lado do povo, vou trabalhar para fazer nosso Estado seguir em frente, desenvolvendo Alagoas e melhorando a vida de todos".*

**RUI PALMEIRA**